

**Universidade Federal de Pelotas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
Mestrado em Ciência Política**



**A presença jovem nas Câmaras de Vereadores dos  
municípios que compõe a Azonasul nas eleições de 2008:  
trajetória e participação política**

**André Selayaran Nicoletti**

Pelotas, fevereiro de 2013

ANDRÉ SELAYARAN NICOLETTI

**A presença jovem nas Câmaras de Vereadores dos municípios que compõe a Azonasul nas eleições de 2008: trajetória e participação política**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGC POL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), sob a orientação da Professora Dra. Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha (ISP/UFPEL) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Pelotas, fevereiro de 2013

## Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Patricia Rodrigues Chaves da Cunha (Orientadora)  
(IFISP/PPGCPol/UFPel)

---

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto  
(IFISP/PPGCPol/UFPel)

---

Prof. Dr. Hemerson Luiz Pase  
(IFISP/PPGCPol/UFPel)

---

Prof. Dr. Renato da Silva Della Vechia  
(Universidade Católica de Pelotas – UCPel)

Dedico este trabalho ao meu avô materno, Bonifácio Selayaran, com quem aprendi a admirar a política e, aos meus pais, José Luiz Nicoletti e Magda Selayaran Nicoletti, por sempre terem priorizado a minha formação, valorizando meus posicionamentos e educando-me com paixão.

## Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas pela oportunidade de integrar o corpo discente deste curso, tendo a certeza de que a dedicação e o comprometimento dos seus docentes e alunos farão do programa referência na área de Ciência Política. Agradecimento também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa durante boa parte desta caminhada e por possibilitar o contato com a prática docente através do Estágio de Docência realizado junto ao primeiro ano do curso de Direito da UFPel.

À coordenação do PPGCPol/UFPel, na pessoa do Professor Dr. Daniel de Mendonça, pela competente e dinâmica condução dos trabalhos, sempre solícito às nossas reivindicações e receptivo às nossas demandas, conduzindo com zelo as funções concernentes ao cargo que ocupa. Ao Daniel, também o meu agradecimento pelas aulas de metodologia, fundamentais para a base desta pesquisa.

À minha orientadora e amiga, Professora Dra. Patricia Rodrigues Chaves da Cunha, pela orientação, paciência, diálogos e ensinamentos transmitidos ao longo dessa caminhada, estando sempre disposta a auxiliar, inclusive abrindo as portas da sua residência e orientando nos finais de semanas e feriados. No transcorrer dessa caminhada encontrei nela uma grande amiga e conselheira. Não resta outra se não agradecer imensamente por todos os e-mails prontamente respondidos e dúvidas sanadas, além é claro, das inúmeras orientações via telefone.

Aos professores e professoras do programa pelos ensinamentos e debates travados ao longo da academia os quais foram fundamentais para o processo de amadurecimento intelectual, conhecimentos que levarei ao longo da minha carreira com a certeza de que tive grandes docentes capacitados e preocupados, não apenas com o conhecimento técnico, mas em formar profissionais capazes de refletir e compreender o espaço político que nos cerca.

Nesse sentido meu agradecimento especial aos professores da banca examinadora desta dissertação, Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto, de quem já fui aluno em diversas disciplinas e orientando no Trabalho de Conclusão de Curso nas Ciências Sociais, pelos ensinamentos, presteza e amizade, indicando bibliografia e auxiliando nesse processo com as suas sempre construtivas críticas, intelectual pelo qual tenho grande estima e apreço e a quem também agradeço pela carta de indicação para que pudesse ingressar no Doutorado em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Meu agradecimento ao professor Dr. Hemerson Pase, responsável direto por me apresentar à literatura de Cultura Política, e que aceitou prontamente participar mais uma vez de uma banca avaliadora deste acadêmico. Ao professor Dr. Renato Della Vecchia, o meu agradecimento pelo aceite em participar desta banca e pelas críticas feitas no processo de qualificação desta dissertação, críticas essas que foram revistas tentando saná-las nesta versão final. Pela competência e seriedade dos três e da minha orientadora tenho certeza que a série de críticas que certamente serão levantadas colaborará com a discussão do tema e com a carreira deste mestrando.

Agradeço aos jovens vereadores entrevistados nesta dissertação e aos meus colegas de curso, em especial, Ana Cristina Lubke Mendes, Débora Schein Mello, Tayra Fonseca Rezende e Lais Soares Sabbado – esta última, aluna especial em várias disciplinas, cujo conhecimento intelectual e manifestações em sala de aula foram verdadeiras lições, a admiro como ser humano e intelectual. Agradeço também ao professor, Romerio Jair Kunrath, pelas dicas e conversas ao longo desses dois anos e por sempre prestigiar as apresentações de trabalhos deste acadêmico.

Por fim, agradeço a todos os meus familiares, amigos e todas aquelas pessoas que compartilharam comigo o fim de mais uma etapa, sempre torcendo, valorizando, acreditando e acima de tudo compreendendo as inúmeras vezes que tive de abandoná-los para que pudesse me dedicar ao mestrado. A vocês o meu muito obrigado.

“As pessoas que, desgostosas e decepcionadas, não querem ouvir falar em política, recusam-se a participar de atividades sociais que possam ter finalidade ou cunho políticos, afastam-se de tudo quanto lembre atividades políticas, mesmo tais pessoas, com seu isolamento e sua recusa, estão fazendo política, pois estão deixando que as coisas fiquem como estão e, portanto, que a política existente continue tal qual é. A apatia social é, pois, uma forma passiva de fazer política”.

**Marilena Chaui**

## Resumo

Este trabalho tem como propósito investigar a presença jovem nas Câmaras de Vereadores da região sul do estado do Rio Grande do Sul na legislatura (2009-2012), apresentando as razões pelas quais o jovem ingressou na carreira política tradicional, colaborando com o arcabouço teórico sobre participação política, engajamento político, elite e trajetória política ajudando no fortalecimento de pesquisas sobre juventude e carreira política. Para isso recorreu-se a um conjunto de instrumentos e técnicas de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, observando que a construção da carreira política dos jovens vereadores na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul difere conforme a linha do espectro ideológico ao qual o parlamentar está vinculado, corroborando os achados de Leal (2010) e Marengo dos Santos e Serna (2007) de que a construção da carreira política na esquerda, centro e direita não é igual.

Palavras-Chaves: Participação Política Juvenil; Trajetória e Carreira Política.



## **Abstract**

This study aims to investigate the youthful presence in City Councils of the southern state of Rio Grande do Sul in the legislature (2009-2012), presenting the reasons why the young man joined the traditional political career. For this we used a set of tools and techniques of qualitative research and quantitative, noting that the construction of the political career of young councilors in the southern state of Rio Grande do Sul differs depending on the line of the ideological spectrum to which the parliamentary this, corroborating the findings of Leal (2010) and Marengo dos Santos and Serna (2007) that the construction of a political career on the left, center and right is not the same.

Key Words: Youth Political Participation, and Career Trajectory Policy.

## **Lista de Figuras**

QUADRO 1 – Relação dos jovens vereadores eleitos em 2008 nos municípios que integram a AZONASUL e seu respectivo partido.....72

QUADRO 2 – Relação do espectro-ideológico dos partidos que elegeram jovens para o cargo de vereador na Região Sul do RS em 2008.....73

QUADRO 3 – Relação Cidade/Eleito/Situação na eleição de 2012 dos Jovens Eleitos nos municípios da AZONASUL nas eleições de 2008.....84

## Lista de Tabelas

TABELA 1 – Municípios de Pequeno Porte integrantes da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul de acordo com a AZONASUL.....	65
TABELA 2 – Municípios de Médio Porte integrantes da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul de acordo com a AZONASUL.....	66
TABELA 3 – Municípios de Grande Porte integrantes da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul de acordo com a AZONASUL.....	67
TABELA 4 – Relação dos Municípios que integram a AZONASUL e o número total de candidatos, número de jovens candidatos e jovens eleitos na eleição para vereador em 2008.....	69
TABELA 5 – Relação de jovens candidatos a vereadores dos municípios da AZONASUL com as taxas de sucesso eleitoral, magnitude, e percentual na Câmara de Vereadores dos jovens eleitos em 2008.....	70
TABELA 6 – Relação de Partidos e Jovens Eleitos vereadores na Eleição de 2008 nos municípios que compõe a AZONASUL.....	74
TABELA 7 – Espectro Ideológico e número de Jovens Eleitos na Eleição de 2008 para o cargo de vereador nos municípios integrantes da AZONASUL.....	74
TABELA 8 – Divisão dos jovens eleitos em 2008 para o cargo de vereador na Região Sul do RS, por faixa-etária e espectro ideológico.....	75
TABELA 9 – Relação Escolaridade e Jovens eleitos vereadores nos municípios que compõe a AZONASUL nas eleições municipais de 2008.....	76
TABELA 10 – Relação Ocupação e Jovens eleitos vereadores nos municípios que compõe a AZONASUL nas eleições municipais de 2008.....	77
TABELA 11 – Relação Gênero/Espectro Ideológico e Candidatos Jovens nos municípios que compõe a AZONASUL nas eleições de 2008.....	79
TABELA 12 – Relação Gasto de Campanha/Espectro Ideológico e Candidatos Jovens nos municípios que compõe a AZONASUL nas eleições municipais de 2008.....	80
TABELA 13 – Relação Patrimônio/Espectro Ideológico e Candidatos Jovens nos municípios que compõe a AZONASUL nas eleições de 2008.....	81
TABELA 14 – Relação Cidade/Patrimônio Declarado em 2008/2012 dos Jovens Eleitos em 2008 nos municípios da AZONASUL.....	83

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

AZONASUL – Associação dos Municípios da Zona Sul

DEM - Democratas

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ONG – Organização Não-Governamental

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1 - Juventude e Participação Política: os Mecanismos de Estímulo à Presença Jovem na Política Tradicional.....</b>	<b>21</b>
1.1 Juventude ou Juventudes? Buscando uma definição conceitual para essa categoria social.....	22
1.2 Participação Política e Juventude: valores e práticas políticas dessa categoria social.....	26
1.3 Participação Juvenil – Os Desafios para uma maior Participação Política e Social.....	31
1.4 O Engajamento Político nos espaços tradicionais da política.....	36
1.5 A participação política a luz da tese da convergência e da divergência....	38
1.6 Retomando o Debate: as lições teóricas da participação política da juventude.....	40
<b>Capítulo 2 – Os Partidos Políticos e a Engenharia Institucional Brasileira.....</b>	<b>43</b>
2.1 Partidos Políticos e suas relações enquanto instituições formais da Democracia Brasileira.....	44
2.2 O Espectro Ideológico.....	48
2.2.1 Partidos de Esquerda, Centro e Direita no Brasil Contemporâneo.....	51
2.3 Trajetórias Políticas: Uma análise da produção acadêmica brasileira nesse cenário.....	57
2.4 Retomando o Debate.....	61

<b>Capítulo 3 – Elucidando os dados: compreendendo como esta disposta a juventude política da região sul do Rio Grande do Sul.....</b>	<b>63</b>
3.1 Caracterizando os municípios que compõe o recorte deste trabalho.....	64
3.2 A presença jovem na disputa eleitoral: o peso dos municípios.....	68
3.3. A elite política juvenil da região sul do Estado do Rio Grande do Sul: analisando o perfil social e as relações institucionais dessa classe política....	72
3.4 Retomando o debate.....	85
<b>Capítulo 4 – Trajetória e Percepções Políticas dos Jovens Vereadores...</b>	<b>86</b>
4.1 O início do interesse: as instituições responsáveis por despertar nos jovens o gosto pela política.....	87
4.2 Testando a tese da “convergência” e da “divergência” na trajetória dos jovens vereadores: buscando estabelecer a vinculação entre a participação e o espectro ideológico.....	90
4.3 Verificando a construção da carreira política e a influência no despertar para a política tradicional.....	93
4.4 O recrutamento eleitoral das jovens lideranças.....	97
4.5 O espaço da juventude nas relações institucionais.....	104
4.6 O pensamento político e social dos jovens vereadores: captando as percepções dessa elite política.....	106
4.7 Testando a percepção do vereador sobre a “política da presença”.....	108
4.8 Retomando o Debate.....	110
<b>Conclusões.....</b>	<b>111</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>122</b>

## **Introdução**

Este trabalho tem como propósito investigar a presença jovem nas Câmaras de Vereadores da região sul do estado do Rio Grande do Sul na legislatura (2009-2012), apresentando as razões pelas quais o jovem ingressou na carreira política tradicional, colaborando com o arcabouço teórico sobre participação política, engajamento político, elite e trajetória política ajudando no fortalecimento de pesquisas sobre juventude e carreira política.

O segmento social juvenil não tem se constituído como um destacado objeto de estudo nas Ciências Sociais, apesar de integrar um grupamento muito importante do ponto de vista social, político e econômico. A Ciência Política em específico tem debruçado pouca atenção a esta parcela da sociedade, principalmente no que tange a sua participação na política convencional. Em 2009 a professora da Universidade de São Paulo, Marília Sposito, realizou um levantamento do estado da arte sobre juventude, nas pós-graduações brasileiras de educação, ciências sociais e serviço social, cujo resultado demonstrou uma completa inexistência de trabalhos retratando relações entre juventude e representação no parlamento federal, estadual e municipal, o que por si só justifica uma investigação nesse sentido.

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atualizados em janeiro de 2012, a juventude – compreendida entre os 16-34 anos – constitui cerca de 56 milhões de eleitores o que corresponde a mais de 41% do eleitorado brasileiro, uma população significativa populacionalmente e que necessita ser estudada com maior afinco.

Existe uma percepção no senso comum e, em alguns estudos acadêmicos, de que a juventude já protagonizou uma série de movimentos sociais, mas que nos

últimos tempos encontra-se apática e inerte em relação à vida pública. Alguns cientistas chegam a afirmar que a juventude atual encontra-se apática e despolitizada não apresentando boas relações com as instituições democráticas. Entretanto, Cicchelli (2009) chama-nos a atenção que essa visão é uma distorção da realidade afirmando que os cientistas que assim preceituam fazem suas análises partindo da juventude da década de 80 – juventude essa ávida pela militância estudantil. A autora observa que a juventude atual mudou seu eixo de ação encontrando espaço nas associações, movimentos sociais e ONGs.

Pesquisas têm indicado que se existe apatia social ela não é característica exclusiva da juventude, mas de toda sociedade (BAQUERO e PRÁ, 2007). Estudos na área de Ciência Política vêm demonstrando que a participação política dos cidadãos de uma maneira geral é baixa no Brasil, havendo um descrédito muito grande por parte da população em suas instituições políticas, colocando o poder legislativo nas últimas posições em termos de confiabilidade (BAQUERO, 2003; MOISES, 2008).

Em relação à juventude, aqui compreendida como uma categoria social heterogênea, mas com características comuns que as unem, o que se verifica de fato é que os/as jovens têm apresentado preocupação com os desfechos políticos e com a agenda de reivindicações sociais, mas ainda apresentam resistência quanto à forma tradicional de fazer política, preferindo participar em movimentos sociais, ONGs e associações desvinculadas do Estado (BRENNER, 2011; BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006; MUXEL, 1997).

Verificamos que a participação política pode ser observada nas formas convencionais e nas não convencionais. A forma de participação política convencional, ou tradicional, refere-se às ações políticas como as diretamente ligadas aos processos eleitorais, votar, candidatar-se, ou trabalhar para eleger um candidato; enquanto às não convencionais tratam, sobretudo, de participações reivindicatórias, de expressão ou pressão, como greves, ocupações ou abaixo-assinados (BORBA e RIBEIRO, 2011).

Dessa forma, os escritos de Ciências Sociais e Ciência Política – principalmente os estudos de João Pedro Schmidt (2001), Madeleine Gauthier (2005), Rute Baquero (2008) e Marília Pontes Sposito (2009) têm centrado sua



análise na participação dos jovens fora da arena da política tradicional, influenciados certamente pelos resultados das pesquisas que apontam um deslocamento do eixo de ação desse grupamento social. A participação dos/as jovens no processo político formal enquanto candidatos/as a cargos públicos, apesar de existir, não tem sido objeto de investigação da literatura especializada.

Vale lembrar que aqueles que exercem uma função política de representação – independentemente do segmento social que representam – constituem uma minoria em termos populacionais, ou uma elite. Para compor a elite política brasileira faz-se necessário lançar sua candidatura política, que envolve uma série de quesitos a serem cumpridos, correspondentes às condições de elegibilidade, entre eles a idade mínima de 18 anos para ser vereador, a fixação de residência eleitoral, a filiação a um partido político, entre outros.

Nesse cenário, a juventude, representa uma minoria frente ao exercício da detenção do poder e da prática política. Condição similar a outros grupos minoritários na sociedade como é o caso das mulheres e negros. Esses segmentos sociais, percebendo estarem à margem das grandes discussões públicas do país, têm se articulado e constituído diversos movimentos, organizando-se para levar suas demandas e pressionar o Estado por resultados, buscando formas de ampliar a sua representação política no país.

Diante da constatação de que a juventude, em sua maioria, tende a renegar a participação na política tradicional, preferindo ocupar outros espaços políticos, nasceu o interesse em investigar os motivos que levaram alguns jovens a candidatarem-se para cargos eletivos, impondo-se a seguinte problemática: quais as razões, valores e práticas levaram os/as jovens vereadores, eleitos (as) nas eleições municipais de 2008, na região sul do estado do Rio Grande do Sul, ao ingresso na carreira política convencional?

Considerando que a construção da carreira política difere conforme a linha do espectro ideológico ao qual o parlamentar está vinculado (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007), estabeleceu-se como hipótese de pesquisa que os jovens eleitos por partidos de direita escolheram participar da política convencional e serem candidatos no processo eleitoral por ter uma linha familiar de atuação na política tradicional sendo, portanto, herdeiros de capital

político, ao passo que os parlamentares da esquerda apresentariam uma vinculação mais forte com movimentos sociais, associações e entidades estudantis, construindo seu capital político na base desses movimentos. Enquanto os parlamentares do centro seriam os portadores de uma carreira política mais heterogênea, na medida em que posicionam-se na linha tênue do espectro ideológico e, portanto, sofrendo interferência de ambas correntes ideológicas.

Na tentativa de responder a problemática de pesquisa e validar ou não a hipótese que orienta este trabalho nos valem de um conjunto de instrumentos e técnicas de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa com o objetivo de identificar o perfil e a trajetória dos jovens vereadores eleitos em 2008, nos municípios que compõem a região sul gaúcha, em direção ao exercício da representação legislativa, identificando os principais espaços de socialização política desses jovens, as influências na escolha da agremiação partidária, bem como os padrões de recrutamento utilizados pelos partidos políticos e candidatos na construção da carreira política. A classificação e análise de dados secundários, principalmente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), de dados primários, provenientes de entrevistas semi-estruturadas, assim como, das entrevistas em profundidade com os jovens representantes eleitos, foram as principais técnicas de pesquisa utilizadas.

Um estudo dessa natureza constitui uma contribuição para Ciência Política por jogar luz sobre diversos aspectos pouco explorados do exercício do poder no país, como a relação entre identidade social e a representação legislativa, o perfil e a formação de uma elite política jovem no país, a participação da juventude no exercício do poder local, a identificação de formas de engajamento e atuação partidária na construção de carreiras políticas das novas gerações, entre outros.

Valendo-nos da dolorosa missão de escolhas que o pesquisador, invariavelmente tem de enfrentar, o primeiro desafio foi determinar quais municípios seriam abarcados para a caracterização da região sul do estado. Para isso, elegemos em compreender a presença jovem nas Câmaras de Vereadores de vinte e dois municípios que integram a Associação dos Municípios da Zona Sul

(AZONASUL)<sup>1</sup> – associação criada com o objetivo de defender a municipalidade da região. Feito esse recorte, o desafio foi estabelecer qual seria a nossa delimitação temporal. Optou-se por revelar quem eram os jovens parlamentares eleitos nas eleições municipais de 2008 já que estes vereadores estavam no pleno exercício do mandato (2009-2012) – o que facilitaria a realização das entrevistas por encontrá-los em exercício no legislativo municipal, dando prioridade para uma análise qualitativa de todo o processo, mesmo sabendo que tal delimitação, quando não acompanhada por um estudo longitudinal, pode tornar os resultados encontrados episódicos. No entanto, pela escassez de estudos dessa natureza optamos pela metodologia qualitativa do trabalho, que permitisse obter resultados descritivos e explicativos, mesmo com a restrição do recorte temporal a uma eleição – servindo de parâmetro para trabalhos mais amplos.

Uma vez que o presente trabalho volta-se para investigar representantes jovens eleitos/as, a investigação recairá sobre a parte da população juvenil denominada de jovens adultos, ou seja, vereadores eleitos que em 2008 tinham entre 18 e 34 anos de idade (no capítulo 1 demonstramos de forma mais detalhada os meios que chegamos a essa delimitação). Feito esses estreitamentos necessários para a operacionalização da pesquisa encontramos um total de 25 representante que foram o objeto desta pesquisa.

Assim, esta dissertação foi organizada em quatro capítulos, sendo dois de natureza teórica e dois com perspectiva empírica engrossando os estudos relacionados à temática política que revelam traços regionais da política no Rio Grande do Sul e auxiliando na compreensão da atuação e representação política dos/as jovens na região investigada.

No primeiro capítulo a preocupação central foi elucidar os principais trabalhos na área de Ciência Política que debruçaram-se sobre o estudo da participação política, entre eles autores que são referência como José Álvaro

---

<sup>1</sup> Os municípios que integram a AZONASUL são: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

Moisés, Marcello Baquero e Pierre Bourdieu. O leitor terá acesso a discussão existente na academia acerca do conceito de juventude, verificando que tal definição está longe de encontrar uma homogeneidade teórica. Aspectos como a participação política juvenil, os valores e práticas desse segmento, os mecanismos responsáveis pela socialização política bem como a discussão sobre o engajamento político da juventude nos espaços tradicionais da política serão objeto de discussão do capítulo inicial do trabalho, dando ao leitor um panorama do que a literatura tem discutido.

O segundo capítulo foi reservado para a discussão teórica que perpassa a análise dos partidos políticos e a engenharia institucional brasileira, apresentando a discussão existente sobre o conceito de partidos políticos e o grau de estabilidade do sistema institucional brasileiro. Nesse cenário os estudos de Argelina Figueiredo, Fernando Limongi, Maria Dalva Kinzo, Maurice Duverger, Norberto Bobbio, Scott Mainwaring, entre outros, foram fundamentais. Uma breve discussão sobre o espectro ideológico e a apresentação da literatura de trajetória e carreiras políticas, em especial, André Marengo dos Santos, Carine de Souza Leal, Leoncio Martins Rodrigues, Miguel Serna também foram elucidadas, visando dar subsídio nas análises dos dados que nos capítulos seguintes passou-se a fazer.

É o terceiro capítulo o responsável por inaugurar as análises dos dados coletados, apropriando-se dos dados secundários, principalmente, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), apresentando um mapeamento da presença jovem disposta pelos municípios investigados, suas agremiações político-partidárias, perfil político e social dos parlamentares (escolaridade, idade, patrimônio declarado, ocupação e etc) e um resumo das características dos municípios em que foram eleitos.

O quarto e último capítulo trata, sobretudo, da análise de conteúdo das entrevistas realizadas, apresentando a trajetória política dos/as jovens representantes, seus valores e práticas políticas, além da análise do grau de institucionalização dos partidos políticos no que concerne a sua vinculação com os jovens parlamentares. Restando para findar o trabalho as conclusões e as referências. Nessa direção, passamos a apresentar as principais teorias e as análises realizadas.

## **Capítulo 1**

### **Juventude e Participação Política: os Mecanismos de Estímulo à Presença Jovem na Política Tradicional**

O presente capítulo tem como propósito ampliar a discussão ainda incipiente no campo da ciência política de estudos que retratam a juventude como uma categoria social importante nos espaços de disputa de poder. Para isso foi necessário investigar com afinco o estado da arte da temática, principalmente, no que diz respeito a sua conceituação e o que constatamos foi de que é na área da educação e da sociologia onde encontram-se a maior produção científica sobre o tema. Portanto, não há como desprezar tais estudos, pois foram pioneiros em tratar tal temática e são utilizados como referências nos principais estudos de ciência política. Entre os pesquisadores que debruçaram-se em compreender o fenômeno estão: Ana Karina Brenner, João Pedro Schmidt, Marília Pontes Sposito, Marcello Baquero, Madeleine Gauthier, Paulo Vannuchi, Patrícia Cunha, Pedro Moura Ferreira, Pierre Bourdieu, Regina Novaes, Rute Baquero, entre outros. A preocupação central deste capítulo consiste em traçar um arcabouço teórico que contemple, essencialmente, três aspectos imprescindíveis, a saber: cultura política, participação política e, mecanismos de estímulo ao engajamento jovem na política tradicional.

Estudos têm demonstrado que os jovens vêm ocupando espaços fora do eixo institucional tradicional, ou seja, sua participação política tem sido verificada com maior incidência em instituições fora do eixo político-partidário (BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006). Tendo em vista essa constatação nosso interesse passou a ser o de investigar como a literatura da área tem retratado aspectos relacionados à cultura política e como estudos tem encarado a participação política juvenil, suas

formas de socialização e identificar quais mecanismos podem influenciar os jovens a engajarem-se com maior frequência do debate político institucional e partidário.

Para isso, organizamos este capítulo da seguinte forma: na primeira seção o propósito é demonstrar como a literatura tem encarado os conceitos e definições sobre a categoria social juventude adiantando que há uma divergência conceitual importante nessa agenda acadêmica. *A posteriori*, a preocupação está em fazer um link entre cultura política e socialização política, em especial, socialização política juvenil, demonstrando como os estudos vêm evidenciando essa problemática. Por fim, o objetivo é elucidar os desafios para a participação jovem nos espaços da política tradicional tentando evidenciar os mecanismos de influência na mudança de perspectiva e no estímulo ao engajamento dos jovens em partidos políticos e instituições que o levem a debater temas do Estado dentro da tradicional política.

## **1.1 Juventude ou Juventudes? Buscando uma definição conceitual para essa categoria social**

O conceito de juventude apresenta característica polissêmica contemplando uma pluralidade de significados semânticos no sentido de apresentar uma série de definições diversa e, na maioria das vezes, antagônicas da mesma categoria social denominada juventude. Grande parte da literatura destaca a dificuldade em circunscrever uma definição conceitual homogênea desse grupamento social o que dificulta a consolidação de uma teoria única sobre aqueles que estão às portas da vida adulta (GAUTHIER, 2005; NOVAES e VANNUCHI, 2004; SCHMIDT, 2001). Nas palavras de Abramo (2005, p.37):

Quando se busca precisar um pouco mais o próprio termo, as dificuldades aparecem, e todo o seu aspecto impreciso e escorregadio toma relevo. Muito do que se escreve na academia sobre juventude é para alertar para os deslizos, os encobertamentos, as disparidades e mistificações que o conceito encerra. Há muitos ângulos pelos quais se pode abordar o tema (diferentes designados pelo mesmo termo); cada disciplina das ciências humanas faz um tipo de recorte e, dentro delas, diferentes correntes teóricas ressaltam dimensões distintas desse complexo ao qual o termo pode se referir.

Portanto, é extremamente importante que ao trabalhar com o tema fique claro o conceito de juventude que o autor ou dada pesquisa está trabalhando, pois conforme a abordagem e variáveis adotadas os marcos cronológicos e o conceito de juventude modificam-se, o que certamente acarretará resultados diferentes e visões diferenciadas sobre a mesma categoria social pesquisada. Assim, o propósito desta seção é apresentar as diversas concepções de juventude construídas pela literatura especializada para ao final filiar-se a uma delas ou construir um conceito próprio para esta dissertação sem qualquer pretensão de esgotar a discussão sobre o tema.

É no ramo da psicologia onde existe uma convergência teórica do conceito de juventude. Seus trabalhos tendem a compreender tal categoria partindo de uma visão biológica. Para os psicólogos o início da adolescência inicia-se com a puberdade e encerra-se com as modificações físicas do corpo do adolescente (ABRAMO 2005; SCHMIDT, 2001). Em sentido contrário temos a abordagem dada pelos estudos das ciências sociais tratando a juventude como uma categoria social agregando aspectos relacionados ao meio social compreendendo os jovens como um grupo moldado por aspectos culturais e regras socialmente construídas que determinam em que momento e por quais rituais de passagem se muda de uma fase da vida para outra (NOVAES e VANNUCHI, 2004). Schmidt (2001, p.184) destaca que *“idade é um fenômeno social e não apenas biológico”*.

Nessa direção é crucial destacar que a definição de juventude é caracterizada como a fase que antecede a entrada no mundo adulto, no entanto essa idade pode variar de país para país, pois a cultura e a estrutura social de dada localidade podem acelerar ou retardar o processo de entrada na fase adulta. Dito de outro modo, sociedades onde os jovens precisam ingressar muito cedo no mundo do trabalho, por exemplo, ou até mesmo onde a expectativa de vida da população é menor a juventude enquanto recorte cronológico apresentará uma característica diferente de sociedades onde há um adiamento da formação de família e ocupação de postos de trabalhos. Novaes e Vannuchi (2004, p.10) destacam: *“são arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam em que momento e por meio de quais rituais de passagem se muda de uma fase da vida para outra”*. Assim, ao trabalhar com o tema é crucial perceber a cultura onde o objeto de análise está

inserido. João Pedro Schmidt (2001) compartilha dessa ideia, mas chama-nos atenção para o fato de haver características universais que podem ser aplicadas nas análises de juventudes de qualquer parte do globo, são características comuns existentes, a saber: transitoriedade, marginalidade, adaptabilidade, potencialidade de mudança e reação contra o mundo adulto. É preciso compreender os jovens como atores potenciais da sociedade, pois encontram-se em uma posição estratégica favorável a mudança social (GAUTHIER, 2005).

Nota-se que existe, nos estudos da área social, uma convergência ao compreender os jovens como membros de uma categoria social moldada pelo comportamento da sociedade, mas há uma divergência significativa na forma de compreender essa categoria. Pierre Bourdieu (1983) chama-nos atenção para uma discussão teórica relevante: a existência de várias juventudes, ou como ele preceituou, pelo menos duas – a burguesa e a das classes populares. Segundo Bourdieu não há como tratar desse grupamento social de forma unívoca, pois estaríamos manipulando e abusando da linguagem. A crítica de Bourdieu é relevante no sentido de chamar a atenção ao fato de que existem variáveis e características que distinguem os atores, seja pela cultura a qual estão imersos, seja pela estrutura da sociedade que os condicionam a agir de determinada maneira. No entanto, apesar das diferenças internas que sabe-se que existe – tanto é verdade que nossa hipótese acena nesse sentido – parece-nos inconsistente com o propósito teórico encarar um grupamento social de tamanha relevância como se houvesse fragmentações capazes de gerar juventudes completamente distintas, pois como vimos nos estudos de Schmidt (2001) existem características gerais comuns à qualquer tipo de juventude. Alguns autores, talvez influenciados pelos escritos de Bourdieu, tratam do tema no plural, falando em juventudes (KRAUSKOPF, 2000).

Do nosso ponto de vista é crível que existam diferenças marcantes entre os jovens em uma mesma sociedade, no entanto essas diferenças não afastam a unidade dessa categoria. A juventude deve ser encarada como uma categoria social heterogênea, mas com características comuns que as unem. Dessa forma, filiamos-nos ao conceito adotado por Schmidt (2001, p.186), a saber:



Os conceitos de juventude e adolescência indicam fenômenos históricos e sociais (não existem do mesmo modo em todas as épocas históricas e em todos os meios de uma determinada sociedade), com diversidades internas (os segmentos juvenis de uma mesma geração podem ser, em algumas dimensões, tão diferentes entre si quanto de uma geração para outra), mas cujos componentes compartilham elementos culturais atitudinais comuns, próprios da sua geração.

A juventude, assim como a sociedade em geral, encontra-se em constante transformação. Há um nítido impacto das novas tecnologias na constituição dos valores e práticas desse grupamento social. Dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2008) demonstram que os jovens brasileiros utilizam a internet mais do que os adultos. Uma relação interessante foi observada: quanto maior for o nível de escolaridade mais intenso é o uso da internet.

A pesquisa realizada pelo IBASE (2008) permitiu demonstrar ainda que a juventude atual possui maior nível de escolaridade do que os adultos e que entre os jovens 62% dos brasileiros declararam-se católicos. Entre os problemas e demandas jovens a oportunidade de trabalho e o acesso a um diploma universitário estão entre os anseios revelados pela pesquisa. No Brasil, 24% dos entrevistados acreditam que a juventude deveria ser o tempo em que se permite o abandono da necessidade laboral em troca de um melhor investimento nos estudos – é o chamado período de moratória. Uma visão negativa a respeito da juventude foi percebida. Os jovens são considerados mais consumistas, perigosos, violentos e individualistas. Em contrapartida, são vistos como mais criativos e idealistas (IBASE, 2008).

Feito essas considerações nosso principal desafio passa a ser o de estabelecer a definição do recorte etário a ser utilizado para a seleção do objeto de análise. Esta pesquisa tem como propósito investigar o que a literatura tem chamado de “jovens adultos” (GAUTHIER, 2005), pois o enfoque é observar os jovens no espaço das instituições formais, precisamente, os jovens eleitos vereadores na última eleição municipal (2008) em vinte e dois municípios da região sul do Rio Grande do Sul. Sabe-se que a entrada no universo político tradicional enquanto candidato a vereador só é possível pelo ordenamento jurídico brasileiro aos 18 anos de idade. Portanto, nosso marco cronológico inicial para o recorte do objeto será 18 anos.

O limite etário máximo é o que nos causou maior problema em identificar. Em um primeiro momento pensamos em utilizar o corte etário estabelecido nos estatutos das alas jovens – setoriais juvenis dos partidos – no entanto verificamos que esse recorte não é homogêneo; enquanto o estatuto do PDT aponta a idade de 32 anos para figurar como membro da juventude o PP aponta a idade de 35 anos. Assim, pareceu-nos mais apropriado utilizar os parâmetros utilizados pelo Tribunal Superior eleitoral (TSE) que, baseado na Constituição Federal de 1988, estabelece a idade de 34 anos como integrante da faixa-etária de juventude. É que o texto constitucional considera que para candidatar-se a determinados cargos é necessário ter certa idade, pressupondo que a prática da atividade política para os principais cargos do país – presidente e senador – necessitam de uma dada vivência, exigindo para tais cargos a idade mínima de 35 anos – acreditando que é nesta faixa-etária onde existe a passagem do universo jovem para o adulto. Portanto, respaldado por esse preceito legal utilizaremos a idade de 34 anos como o limite máximo para o recorte dos vereadores objeto desta pesquisa. Dessa forma, nosso recorte etário será os jovens vereadores eleitos na eleição de 2008 que na oportunidade possuíam entre 18-34 anos (os nascidos de 1974 a 1990). Na próxima seção nossa preocupação está em estabelecer relações entre participação política e juventude, elucidando os valores, percepções e práticas políticas desse segmento social.

## **1.2 Participação Política e Juventude: valores e práticas políticas dessa categoria social**

Os escritos de cultura política têm contribuído para a academia no sentido de agregar percepções do indivíduo sobre suas relações com o sistema político e como essas variáveis podem interferir nas relações entre atores e instituições. Na verdade, o objeto de pesquisa da cultura política são os valores e práticas construídas em sociedade que influenciam a formação de padrões culturais e como esses padrões relacionam-se diretamente com o arcabouço institucional de um dado país.

Schmidt (2001) chama-nos atenção que elementos hoje vinculados ao pensamento culturalista já encontravam-se presentes nas clássicas obras de

filosofia política citando, por exemplo, os estudos de Platão, Aristoteles, Montesquieu, Rousseau e Marx. Entretanto, a cultura política enquanto um ramo independente de investigação na ciência política é recente, consolidando-se como um campo autônomo depois dos escritos de Almond e Verba (1965, p.13) no famoso “The Civic Culture” onde preceituam que cultura política é o *“conjunto de atitudes e orientações políticas que os indivíduos possuem acerca do sistema político e de seu papel no sistema”*. Seus achados permitiram evidenciar os fatores que viabilizam a democracia em alguns países.

Na América Latina diversos estudos utilizaram como referência aspectos vinculados à cultura política para observar o processo de redemocratização dos países no final dos anos 70. Parte da comunidade acadêmica acreditava que com a consolidação democrática ocorrida em diversos países da América Latina, inclusive com o maciço apoio da sociedade civil, a participação dos segmentos sociais estariam fortemente presentes no debate político contemporâneo o que pouco se evidenciou. Os regimes latino-americanos não têm conseguido fomentar uma participação política mais intensa e os avanços institucionais trazidos não conseguem despertar nos cidadãos o engajamento político. Estudos têm demonstrado um significativo grau de desconfiança dos cidadãos para com as instituições democráticas o que acarreta um fraco estímulo em participar ativamente na vida pública (BAQUERO e CUNHA, 2011; BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008; KLIKSBURG, 1999).

Já dizia Constant (1985) que a liberdade dos povos modernos, apesar de trazer grandes avanços, despertou nos cidadãos um sentimento de terem menos influência na vida pública, sentem-se meros coadjuvantes no processo político, não percebendo sua verdadeira importância, ou seja, a liberdade dos povos modernos promoveu como principal ônus a falta de engajamento dos cidadãos nos ditames da vida pública uma vez que essa liberdade estabelece estreitas relações com o primado da vida privada. Dito em outras palavras, a participação dos cidadãos na vida pública resume-se, na maioria das vezes, no propósito de eleger seus representantes - uma elite política capaz de promover o debate de ideias e deliberar sobre questões importantes da vida pública.

Baquero (2003) demonstrou que existe uma visão negativa por parte dos cidadãos acerca de diversas instituições da democracia, principalmente no que diz respeito aos partidos políticos, congresso nacional e governos. Para reverter tal cenário o autor aposta em práticas associativas como forma de resgatar o cidadão para a esfera pública e, em uma democracia cada vez mais participativa que possibilite aos atores sociais efetivamente sentirem-se parte do processo político como um todo.

Moisés (2008) buscando compreender o impacto da redemocratização brasileira da década de 80 na conjuntura atual realizou um trabalho pioneiro elucidando que existe um misto de influência de aspectos autoritários e democrático em nossa cultura política. Partindo de entrevistas realizadas com cidadãos de diversas faixas-etária o estudo permitiu classificar as experiências e valores construídos socialmente através de três categorias: o pensamento político autoritário - cidadãos com percepções políticas fortemente ligadas a atitudes autoritárias; ambivalente – aqueles favoráveis a práticas democráticas, mas que em determinadas circunstâncias admitem que elementos autoritários são o melhor caminho para a solução de problemas políticos e, o pensamento político democrático – cidadãos que preferem a democracia a qualquer outro tipo de poder que possa ser introduzido em nossos ordenamento institucional. Sua análise demonstrou que no Brasil existe uma cultura política ambivalente, 52% dos entrevistados inseriram-se nessa categoria. Entre os adeptos ao elemento autoritário estão os cidadãos mais velhos – certamente influenciados pelo período ditatorial em que viveram.

A pretensão dessa dissertação é elucidar traços da cultura política de um grupamento social específico, a saber: a cultura política de representantes jovens, principalmente no que tange ao processo de socialização política e das formas de participação política. Para isso recorreremos a literatura para resgatar essa discussão elucidando os valores e práticas dessa categoria social. Paul Singer (2005) citando dados do “Projeto Juventude” demonstra o que chamou de “postura ideológica da juventude” evidenciando que os jovens consideram como valores mais importantes para uma sociedade ideal a solidariedade (55%), respeito às diferenças (50%), igualdade de oportunidade (46%), temor a Deus (44%) e justiça social (41%).

Os jovens são receptivos a determinadas práticas políticas adotadas pela juventude, entre as quais, mobilizações reivindicando abertura de espaços para a prática cultural, esportiva e de lazer; ocupação de universidades visando melhor qualidade no ensino e transparência no uso dos gastos públicos. Entretanto dividem-se quanto à participação dos jovens em marchas do Movimento Sem Terra. A grande maioria da população Brasileira (69%) acredita que os governos conhecem as necessidades dos jovens, mas não faz nada a respeito (IBASE, 2008).

Valores morais, princípios políticos e a análise de disposições com relação à democracia e à igualdade também foram objeto da pesquisa do (IBASE, 2008). Os números revelam que uma minoria de jovens (23,5%) são favoráveis ao aborto; 22% acreditam que o consumo de drogas deve ser legalizado; 46% defendem a pena de morte. Para transformar o país os jovens e adultos acreditam que as políticas governamentais e a mudança no sistema econômico são as variáveis mais importantes na reestruturação do Estado. Com relação ao que consideram a principal ameaça para a democracia 55% dos brasileiros afirmam que a corrupção entre os políticos é o principal entrave para o fortalecimento democrático seguido da desigualdade econômica (47%).

Os dados das pesquisas citadas permitiram revelar que os jovens são permeados de valores e práticas políticas que constituem uma visão de mundo de uma categoria significativa na sociedade contemporânea. Essas percepções são construídas partindo de um processo de socialização política, processo esse que estabelece fortes vínculos com a cultura política. De acordo com Schmidt (2001, p.33): *“socialização política e cultura política são campos de investigação estreitamente vinculados”*. Para ele:

Socialização política é usado de modo razoavelmente unívoco na literatura, designando o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações. (p.67)

Um debate que se estabelece e de suma importância para os objetivos deste trabalho é o momento dessa socialização política, ou seja, o momento em que os jovens são despertados para o engajamento nos ditames da vida em sociedade.

Patrícia Cunha (2011, p.47) chama-nos a atenção para o fato de que *“estudos de cultura política assumem como premissa que as atitudes e valores políticos desenvolvidos na infância e adolescência têm um papel significativo nas fundações psicológicas de valores ligadas à política em uma sociedade”*. Em verdade muitas de nossas percepções de mundo, de política e sociedade são socialmente construídas na base familiar e na escola. Mas é importante destacar também que o desenvolvimento do interesse pela política pode se estabelecer como uma reação à apatia dos pais (GAUTHIER, 2005). Ratificando tais percepções Brenner (2009) reitera que os modos de socialização política dos jovens são, de fato, muito variados. Há jovens que foram inseridos no mundo da política pelos pais, pela escola, pelos professores ou até mesmo pela igreja. Segundo a autora a vida estudantil é o tempo ideal para o engajamento político uma vez que nessa fase a militância estudantil e a partidária muitas vezes se confundem: alguns entram no movimento estudantil por estratégia do partido, outros para conseguir se aproximar deles; existindo ainda aqueles que se aproximam do movimento estudantil e acabam entrando na militância partidária sem que este tenha sido o objetivo.

Almond e Verba (1965) demonstraram que quanto maior for o espaço de participação nas decisões na família e nos debates na escola, maior será a confiança do indivíduo de que pode influenciar as decisões políticas que lhe dizem respeito. Os achados de Easton e Dennis (1969) foram fundamentais para demonstrar que a socialização política é iniciada, via de regra, na infância dos indivíduos e permeada por uma rede de instituições que inclui a família e a escola. Entretanto, é importante ressaltar que muitos indivíduos são socializados politicamente em outros espaços como no ambiente de trabalho o que denota um processo de socialização em um estágio mais avançado da vida. Atentos a essa distinção Berger e Luckmann (1985) classificaram o processo de socialização em dois: primário (relacionado aos processos vivenciados na infância) e secundário (processo subsequente, que introduz o indivíduo em novos setores). Schmidt (2001) destacou o que considera as principais agências de socialização política afirmando que a família, a escola e o ambiente de trabalho apresentam maior peso nesse processo, não desprezando outros espaços como a mídia, a igreja, os partidos políticos e os movimentos sociais. Nessa direção o autor destaca que:

As pesquisas mais recentes atestam que não há um padrão universal de socialização política. Ela é tributária das circunstâncias históricas e sociais, que variam de país para país, de região para região, de classe para classe (p.117).

Feito essas observações acerca de cultura política, juventude e socialização política parece-nos necessário ingressar em um universo importante para este trabalho de dissertação: a participação política da juventude. O debate que se estabelecerá na seção seguinte permitirá elucidar características dessa participação e quais mecanismos e espaços ela encontra-se mais evidente já que o objeto desta pesquisa pressupõe a participação política dos jovens no espaço tradicional da democracia.

### **1.3 Participação Juvenil – Os Desafios para uma maior Participação Política e Social**

Como vimos na seção antecedente há um descrédito profundo dos cidadãos para com as instituições da democracia, principalmente, nos países da América Latina, fruto de diversos fatores, entre os quais a insatisfação com os políticos e o sentimento de estarem à margem do poder. No entanto, a ciência política tem dado importantes colaborações no sentido de utilizar como objeto de estudo experiências participativas e deliberativas demonstrando que vem crescendo na América Latina o engajamento dos cidadãos em instituições como associações, ONGs, movimentos sociais e organismos de proteção dos direitos humanos (ABERS e KECK, 2008; AVRITZER, 2007; LUCHMANN, 2007).

Apesar de alguns teóricos sustentarem que a estabilidade democrática não necessariamente esteja ligada a um maior grau de participação da sociedade, justificando, por exemplo, com a França, onde a participação da sociedade civil é pouco presente e a democracia estabilizada. Este estudo filia-se aqueles que entendem que quanto maior for o grau de participação dos atores sociais nas discussões políticas do país, maior confiança será gerada entre seus atores, sociedade e Estado e, conseqüentemente, mais estável e fortalecido será o regime democrático. Uma experiência interessante trazida por Kliksberg (1999) remonta a

Villa El Salvador no Perú, lá constituiu-se uma cidade onde o associativismo, as relações horizontais e a participação da sociedade é fortemente presente. Com a praticamente ausência do Estado precisaram os cidadãos unirem-se em prol da sua comunidade, construíram escolas, bibliotecas, postos de saúde e hoje são referência para todo o mundo. Um aparato tecnológico permite aos cidadãos decidirem frequentemente sobre o que querem para sua comunidade e praticamente a totalidade de seus moradores participam na direção de associações, ONGs e movimentos sociais.

Como vimos, a literatura tem demonstrado que, apesar de ainda distante do que se almeja, tem crescido a participação dos cidadãos nas questões públicas tais como a participação em movimentos sociais, conselhos e associações. No entanto nesta dissertação nossa preocupação está em elucidar como a juventude brasileira tem sido vista nesse processo de participação política uma vez que existe uma percepção acadêmica e de senso comum de que os jovens constituem uma categoria social que já protagonizou uma série de movimentos, mas que nos últimos tempos encontra-se apática e inerte da vida pública. De antemão adianta-se que esta característica não é exclusiva da juventude ela encontra-se espraiada por toda a sociedade brasileira e latino-americana (BAQUERO, 2003, MOISES, 2008). Segundo Ciccheli (2009) essa errônea percepção é reflexo da juventude que tivemos na década de 80 – juventude essa que ocupou espaço significativo na militância partidária. Transformações ocorreram na sociedade e o engajamento político dos jovens atuais deslocou-se da arena partidária para outros espaços de participação, mas muitos estudos ainda tendem a analisar a juventude de hoje pelos olhos da juventude do passado e apresentam visões distorcidas da atual realidade. Corroborando tal afirmação colaciona-se entendimento de Baquero e Prá (2007, p.30):

Quanto à juventude, avaliações sustentadas por dados empíricos passaram a questionar tanto as versões que vêem esse segmento como sujeito central das mudanças sociais como as que acentuam o conservadorismo juvenil (Schmidt, 2004); outras procuraram compreender como os jovens internalizam e constroem suas representações em relação à esfera pública (Silveira e Amorim, 2005). Na busca de enfoques alternativos para resgatar a juventude como objeto de investigação da política, estudos voltados aos temas da cultura política, da socialização e da cidadania (Ferreira, 1995; Schmidt, 1996; Baquero, 1997, Nazzari, 2002; Prá 2004), têm-se orientado



pela análise da juventude, para buscar razões que levam as pessoas a participarem ou não de ações sociais e políticas. Por esse ângulo, aspectos da cultura política como o ceticismo, o desinteresse e a baixa participação política deixam de ser considerados fenômenos recorrentes entre populações juvenis, por afetarem amplos setores da sociedade, sendo daí vistos como resultado do desencanto generalizado diante das incertezas políticas e econômicas, que caracterizam a realidade brasileira.

A participação da sociedade não pode se restringir ao voto, como querem os minimalistas como Schumpeter (MOISÉS, 2008). Deve contemplar a participação da população nas discussões políticas do país, exercendo pressão no Estado para que as demandas sejam atendidas. Segundo Baquero e Cunha (2011, p.4)

A democracia participativa proporciona além dos procedimentos formais, alternativas ou possibilidades de espaços negociados e de diálogos no desenvolvimento de discursos e práticas. Tal processo parece ser mais evidente em países em desenvolvimento onde o Estado tem se mostrado ineficiente na resolução de problemas sociais essenciais como moradia, educação, saúde e segurança. Dessa forma, a participação pode ser vista como um instrumento para gerar democracia nessas sociedades.

A juventude tem apresentado preocupação com os desfechos políticos e a agenda de reivindicações sociais, mas ainda apresentam resistência quanto à forma tradicional de fazer política, preferindo participar em movimentos sociais, ONGs e associações desvinculadas do Estado (BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006). Para reforçar tal perspectiva interessante é o entendimento de Baquero e Cunha (2011, p.6)

A participação social juvenil se realiza de várias formas, pode ser vista sobre vários ângulos e vem sendo analisada através de múltiplas abordagens. Alicia I. Palermo (2008) aponta que a juventude tem sido uma das principais protagonistas tanto dos efeitos das crises econômicas, como do esgotamento das formas políticas na região latina americana. Isso tem possibilitado distinguir em duas dimensões as formas de organização e participação juvenis. Por um lado, a participação juvenil nos chamados movimentos sociais. Por outro lado, a participação em organizações sociais em torno de produções culturais “que podem se converter em contra-hegemônica, alternativas ou contra-culturais”.

Buscando conceituar participação Gauthier (2005) afirmou que participar não se reduz a oferecer as condições necessárias à interação dos jovens em sua sociedade, esse processo é muito mais amplo do que se pensa. Participar significa não somente fazer parte de um grupo, como também tomar parte das decisões e ter parte do resultado acompanhando as atividades desenvolvidas ao longo do processo de tomada de decisões (ORTIZ, 2005).

Na tentativa de compreender os espaços de participação da juventude Baquero (2008) realizou uma análise que permitiu concluir que a participação em atividades políticas de natureza convencional atinge percentuais baixos: em torno de 30% na década de 90, ocorrendo um decréscimo em 2002, cuja participação situa-se em torno de 20%. Observou também que os jovens têm participado mais em atividades sociais e de lazer, manifestação de ruas, associações comunitárias, ONGs, e grêmios estudantis (participação com dificuldade de estender para fora dos muros da escola).

Segundo Gauthier (2005) não basta aos jovens conhecerem a organização da vida cívica (instituições) a experiência política é importante e essa experiência pode ser vivenciada em diversos espaços tanto convencional e não-convencional. Em pesquisa realizada pela autora no Quebec demonstrou que a presença dos jovens nas instâncias decisórias e de poder são bem mais numerosas do que se pensa - apesar de engajarem-se mais fora do eixo eleitoral.

O jovem precisa ter a sensação de que pode decidir, opinar e participar da formulação da agenda de reivindicações para que assim sinta-se também protagonista. É verdade que um adulto pode propor e implementar políticas para a juventude, assim como um homem pode fazer proposições em prol do direito das mulheres. No entanto, pela perspectiva da “política da presença”, termo cunhado por Anne Phillips (2001) para argumentar a necessidade de representação feminina no parlamento, denota que somente a presença de dado segmento no espaço da política tradicional somado as ideias desse grupamento são capazes de suprir as carências discursivas no espaço destinado à retórica e decisão. Assim, acredita-se que quando temos jovens ocupando espaços nas esferas do poder temas ligados às suas causas serão tratados com maior propriedade pela sua presença, em vista

dessa constatação vê-se a necessidade de incentivar os jovens a engajarem-se politicamente.

Um novo mecanismo que pode levar os jovens ao interesse pela política está na participação em Conselhos da Juventude. Uma forma de exercer uma atividade de representação que é um misto de sociedade e estado. Neste contexto é possível exercer funções similares as de um parlamentar e propor a implementação de uma série de políticas públicas de/para/com juventudes – para usar as palavras de Castro e Abramovy (2002). Desde matérias de natureza educacional até relacionadas a saúde e emprego, inúmeros desafios e perspectivas de juventude, para juventude e com juventudes podem ser debatidas e deliberadas nesse contexto. Cunha (2011) chama-nos atenção para o fato de que apesar de haver mais jovens do que adultos nesses conselhos isso não implica em maior empoderamento juvenil, apesar de poder reforçá-lo. Entre os assuntos que mais interessam os jovens estão educação (38%), emprego (37%) cultura e lazer (27%), esportes (21%), relações amorosas (20%) e família (16%) (ABRAMO, 2005).

Portanto, o que verificamos nesta seção é de que ao longo da consolidação da democracia na América Latina houve e ainda há um crescimento significativo da participação da sociedade na esfera política. A participação em mecanismos não-convencional como ONGs, movimentos sociais e associações pode servir como uma importante escola para o ingresso no universo político tradicional. Ao ter o contato direto com mecanismos da política os cidadãos sentem-se habilitados a reivindicar e participar das discussões políticas do país. Não é diferente com os jovens, pois o que os estudos têm demonstrado é de que eles tendem a renegar a participação na política tradicional, mas a participação em instituições não-convencionais pode os levar para o contato com a política partidária e institucionalizada (NICOLETTI, 2011; BRENNER, 2009; BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006;). Assim, na próxima seção passamos a estabelecer uma base teórica que permita compreender quais mecanismos são capazes de estimular o engajamento dos jovens nos espaços da política tradicional.

## 1.4 O Engajamento Político nos espaços tradicionais da política

As ciências sociais, em especial, a Ciência Política carece de estudos cuja temática verse sobre o engajamento político e juventude. A maioria dos trabalhos nesse sentido discute o engajamento/participação dos jovens em movimentos estudantis – característico desse grupamento social.

Renato Della Vecchia (2011) em sua tese de doutorado demonstra que no período da ditadura militar a participação dos jovens no movimento estudantil era significativa. Através da análise das composições diretivas dos organismos de representação estudantil percebeu que existia uma forte relação entre seus militantes e correntes políticas tanto a direita como a esquerda do espectro ideológico. Militantes independentes eram raridade nesse universo.

No entanto, um arsenal de pesquisas tem demonstrado que esse engajamento político-partidário dos jovens tem dado espaço para a participação em mecanismos não-convencionais da democracia (BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006). Também é verdade que a forma de reivindicação e engajamento mudou.

Brenner (2011) cita estudos de Muxel, Riou e Lehay (2005) realizados junto aos jovens franceses. Seus achados permitiram extrair que apenas 1% (um por cento) dos jovens entrevistados militavam em partidos políticos e a maioria deles em partidos de esquerda. Entre as formas de engajamento/participação verificadas estão a assinatura de petições públicas (36% dos jovens entrevistados); greves (25%) e boicotes (17%). Ações mais violentas como o trancamento de vias públicas e a depredação de patrimônio aparecem com 6% e 2%, respectivamente.

Cunha (2011) citando dados do IBASE (2008) demonstra que 84,8% dos jovens e 83% dos adultos pesquisados nunca participaram de um partido político. O estímulo da participação dos jovens na política convencional faz-se necessário na medida em que as agremiações político-partidárias têm se tornado um espaço para os mais velhos e a oxigenação de ideias e nomes é uma realidade pouco presente na política brasileira (BRENNER, 2009). Talvez, preocupados com tal cenário, de um tempo pra cá os partidos políticos têm demonstrado preocupação em atrair os

jovens para sua arena política. Fruto desse movimento temos as chamadas “alas jovens partidárias” que nada mais são do que setoriais juvenis dentro da estrutura partidária cujo objetivo é estimular a participação desse segmento nas diretrizes dos partidos. Segundo Brenner (2009) a existência desses setoriais dentro dos partidos políticos é prática relativamente recente no Brasil.

Cicchelli (2009) produziu uma das pesquisas mais importantes sobre engajamento político da juventude, contudo, sua análise deu-se com jovens europeus. Entre os resultados encontrados está a constatação de que os governantes e líderes políticos têm encorajado os jovens a engajarem-se politicamente e uma série de políticas públicas vem sendo implementadas com a finalidade de colocarem os jovens no centro do comando de vários programas e projetos. Alguns entrevistados chegaram a afirmar que os jovens possuem ideias inovadoras, mas precisam de algum controle que só o mundo adulto pode oferecer.

Interessante são as análises feitas por Cicchelli (2009) extraídas dos discursos das lideranças europeias. Sua análise permitiu concluir que os integrantes da extrema-direita tendem a ver os jovens como incapazes de exercer atividades ligadas ao poder. Ao passo que a tradicional direita compreende o processo de entrada dos jovens no mundo político como aprendizes capazes de aprimorar seus conhecimentos, mas pouco aptos para assumirem grandes responsabilidades. As lideranças entrevistadas na pesquisa que não possuíam vínculos com nenhuma agremiação política acreditam que os jovens são capazes de exercer ações de comando, mas restringindo-se aos temas ligados as suas causas. É na esquerda do espectro ideológico onde as ações políticas dos jovens são vistas com maior otimismo. Nas palavras de Brenner (2011, p.60) *“os jovens seriam os portadores de uma visão de mundo original, que os adultos não possuem”*.

Como podemos observar o universo da política tradicional tem apresentado resistência quanto à participação dos jovens nas diretrizes políticas. Do que adianta a presença jovem ser vista com otimismo se a essa categoria social não é dado poder? Nesse sentido Brenner (2011) e Cicchelli (2009) corroboram a afirmação de que as agremiações político-partidárias têm se constituído como um universo fechado para as jovens lideranças. ainda que, no Brasil, os estudos de Kerbauy

(2005) tenham demonstrado que há um rejuvenescimento nas Câmaras Municipais de Vereadores – como veremos adiante.

Contudo, é crucial que se diga que apesar dos estudos demonstrarem um decréscimo da participação dos jovens nos espaços da política tradicional ainda existem jovens que militam nesse cenário as pesquisas sobre eles precisam ser realizadas para chegar a resultados que permitam responder os motivos que os levaram a opção de engajamento em um partido político e a participarem da política como representantes e/ou militantes já que o que há décadas atrás era regra – participação em partidos - tornou-se nos dias atuais a exceção.

Singer (2005) demonstra que 84% dos jovens acreditam que podem mudar o mundo – a juventude deseja ajudar o mundo a mudar e pensa em fazê-lo menos mediante a militância política do que pela ação direta. O autor destacou ainda que 83% dos entrevistados demonstraram que sabem se posicionar politicamente, o que indica um grau surpreendente de posicionamento político, o qual cresce com a escolaridade. Existe um equilíbrio entre os jovens, na sua distribuição entre esquerda e direita. Segundo dados da pesquisa citada por Singer (2005) 32% dos jovens estão na direita do espectro ideológico, 27% na esquerda e 23% no centro – esses dados demonstram o posicionamento dos entrevistados e não sua relação com os partidos. No entanto, como já visto, os estudos de Brenner (2011) sugerem que a participação dos jovens em partidos políticos dá-se em maior número na esquerda. Diante desses resultados é possível afirmar que existe um equilíbrio ideológico entre os jovens, no entanto, os militantes mais a esquerda possuem vínculos mais sedimentados com os partidos políticos.

## **1.5 A participação política a luz da tese da convergência e da divergência**

As seções anteriores já demonstraram que a participação política tem se constituído como um objeto fortemente investigado no meio acadêmico fruto da relevância que tal temática incita nos estudos de ciência política pela importância em demonstrar a sua relação com o fortalecimento e amadurecimento da democracia.

Na Grécia a presença dos homens no universo político era a verdadeira regra social onde política e participação eram praticamente sinônimos. No entanto, como vimos, ao passar dos tempos a participação política passou a assumir particularidades muito próprias, pois a liberdade dos povos modernos afastou grande parte dos indivíduos das questões políticas (CONSANT, 1985).

Nessa direção a democracia – que na Grécia assumia contornos universais<sup>2</sup> – passa a ser encarada dentro de uma lógica representativa, onde os cidadãos escolhem uma elite política para representá-los nas fatias do poder. A essa participação a literatura especializada tem chamado de participação na política convencional. Outro tipo de participação também é encontrada nas sociedades contemporâneas: a chamada participação não convencional – caracterizada pelo engajamento em espaços fora da arena tradicional. Borba e Ribeiro (2011) afirmam que os estudos têm utilizado essas duas tipologias como as mais aceitas para classificar a diferenciação entre as diversas formas de participação, destacando que a participação convencional esta ligada ao momento eleitoral, como o ato de candidatar-se, por exemplo; enquanto a participação política não convencional pressupõe o desenvolvimento de atividades ligadas às ações coletivas como participar de associações e protestos.

Nessa perspectiva, há uma robusta produção acadêmica buscando demonstrar se essas duas formas de participação são complementares ou de exclusão. Segundo Borba e Ribeiro (2011,p.96-97):

As respostas caminham em duas direções: de um lado estão aqueles defensores da tese da “convergência”, ou seja, participação convencional e não convencional caminham juntas e são expressões dos repertórios de ação de uma cidadania mais crítica (Norris, 2002) e portadora de valores pós-materialistas (Inglehart, 1998; Welzel, Inglehart e Deutsch, 2005). Por outro lado, autores como Robert Putnam têm lançado um olhar de preocupação para o declínio dos índices de engajamento cívico e de acréscimo dos movimentos de protesto. Contra a tese de convergência esboçada acima afirma-se a “divergência”, ou seja, solapamento das bases sociais e culturais para o funcionamento efetivo da democracia (Putnam e Goss, 2003).

---

<sup>2</sup> Quando falamos em “contornos universais” estamos nos referindo ao fato de que todos aqueles considerados cidadãos gregos participavam de forma ativa da vida política. É importante destacar que na Grécia uma parcela significativa da sociedade era excluída do processo político como as mulheres e pobres.

Portanto, verifica-se que a inquietação da literatura está em revelar se os atores sociais que participam das atividades atribuídas à forma convencional também participam de forma complementar das formas não convencionais e vice-versa, baseados, sobretudo, na tese da convergência – defendida, principalmente por Pippa Norris, Ronald Inglehart, Cristian Welzel e Franziska Deutsch – cujo entendimento pressupõe que a participação convencional e não convencional caminham juntas. Tese que vai de encontro aos estudos de Robert Putnam e Kristin Goss, os quais, identificando um declínio dos índices de engajamento cívico, lançam mão da tese da “divergência” afirmando que os atores que integram as formas convencionais de participação não necessariamente estão imersos ou complementam os movimentos de protesto característico das formas não convencionais de participação (BORBA e RIBEIRO, 2011).

Nessa direção parece-nos fundamental que esta discussão esteja presente nesta dissertação na medida em que os dados apreendidos com as entrevistas visam testar se na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul a participação dos jovens vereadores caminha para uma convergência ou para uma divergência, dados que apresentaremos com maior propriedade no capítulo 4.

## **1.6 Retomando o Debate: as lições teóricas da participação política da juventude**

O objetivo deste capítulo era o de articular uma série de estudos que elucidassem essencialmente três aspectos, a saber: cultura política, participação política e mecanismos de estímulo ao engajamento jovem na política tradicional.

Apesar de já termos tecido algumas considerações conclusivas ao longo do trabalho iremos retomar alguns pontos importantes do debate. Nossa inquietação inicial partiu da constatação da literatura, precisamente, dos estudos de Rute Baquero (2008), Nazzari (2006) e Gauthier (2005) de que os jovens têm renegado a participação na política tradicional e seu engajamento político tem se dado nos espaços não-convencionais da política. Tendo em vista essa realidade nosso desafio passou a ser o de encontrar mecanismos e respostas teóricas que ajudassem a compreender esse fenômeno e apontar políticas de incentivo da



participação dos jovens na esfera convencional, pois acredita-se que a participação dos cidadãos na vida pública é um forte elemento capaz de melhorar as relações entre os atores e as instituições o que aprimora a democracia tornando-a robusta, estável e madura.

Os estudos de Baquero e Cunha (2011); Moisés (2008); Baquero e Prá (2007); Nazzari (2006); Baquero (2003); Constant (1985) demonstram que há um desencantamento geral e profundo da sociedade com as instituições da política formal. A falta de engajamento cívico é fruto da desconfiança e do descrédito nas instituições políticas e o desafio é fomentar cada vez mais a participação cívica da sociedade nas discussões políticas do país. Essa característica apática não é exclusividade da juventude, pelo contrário, está espalhada por toda a sociedade latino-americana que nos últimos anos vivenciou uma redemocratização sem precedentes, mas não conseguiu traduzir a liberdade democrática em bons índices de participação, apesar de termos avançado nesse sentido.

A participação ou apatia política possui fortes laços de relações com a socialização política dos atores em análise. É a socialização política uma variável fundamental para explicar o engajamento cívico. De acordo com Brenner (2009) existem modos de socialização variados, mas a família e a escola ainda ocupam uma posição de destaque nesse processo. Há também uma socialização política continuada, ou seja, uma socialização que é moldada pelo convívio social e pela prática política que dá continuidade a um movimento de socialização por toda a vida fazendo com que os atores acumulem capital social e capital político durante sua prática social. Gauthier (2005) chamou-nos a atenção para o fato de que muitos jovens e adultos desenvolvem o interesse em participar ativamente da política como reação a apatia dos pais, um elemento sem sombra de dúvida relevante na análise política.

Os partidos políticos têm tentado estimular a presença jovem em suas agremiações incentivando a criação de setoriais juvenis. Hoje praticamente a totalidade dos partidos políticos possuem suas famosas “alas jovens” – algumas mais articuladas do que outras, mas todas almejam a participação de lideranças jovens nas diretrizes dos partidos, apesar de reservarem os cargos de direção partidária para líderes fora dessa faixa-etária como bem apontou Brenner (2009).

O desafio encontrado neste capítulo foi pensar como mecanismos políticos podem estimular os jovens a engajarem-se na política convencional e nossa análise concluiu que a participação na política não-convencional é uma importante escola para esse ingresso. A recente criação de Conselhos de Juventude pelos estados e municípios é um elo que estabelece relações fecundas entre políticas públicas para juventude e participação política dessa categoria social (CUNHA, 2011). Nesses espaços os jovens têm o contato com a representação e podem sentirem-se parte integrante do processo de formulação e deliberação da agenda jovem. É esse o desafio que os partidos políticos precisam superar para atrair os jovens, ou seja, tornarem-se menos rígidos e pragmáticos e permitirem que os jovens exerçam efetivamente funções de decisões. Através dos conselhos é possível formular políticas públicas que vão desde a educação até saúde e geração de emprego e renda (CASTRO & ABRAMOVY 2002).

A presença dos jovens nos espaços da política tradicional e da não-convencional é importante, pois permite que os atores envolvam-se em questões da vida pública, discutindo, deliberando e pressionando o Estado para adoção de políticas públicas ou apontando incongruências da agenda dos governos. A politização é um processo que permite estreitar os vínculos entre cidadãos e instituições e melhora a qualidade e maturidade da democracia. Acredita-se que a participação dos jovens nos espaços políticos desenvolve características de confiança entre seus pares e nas instituições o que acarreta uma melhor relação entre atores/instituições.

O fato é que a construção da cidadania juvenil é um tema estratégico nas sociedades latino-americanas, estratégico, pois a maior parte dessa população vive na Ásia e na América Latina (KRAUSKOPF, 2000). Assim, almeja-se maior participação dos jovens nas esferas do poder e na sociedade visando melhorar as relações desse grupamento com a democracia e da democracia com a sociedade. No próximo capítulo nossa preocupação está em compreender como se estabelecem as relações entre participação política e a engenharia institucional brasileira atentando para os partidos políticos, espectro ideológico e trajetórias política.

## **Capítulo 2**

### **Os Partidos Políticos e a Engenharia Institucional Brasileira**

A participação política tratada no capítulo antecedente e objeto de análise desta dissertação estabelece fortes vínculos também com a engenharia institucional brasileira já que para tornar-se candidato ao legislativo municipal o cidadão precisa estar vinculado a um partido político. Compreender as relações existentes entre atores e instituições é peça fundamental na análise política. Dessa forma, este capítulo subdivide-se em quatro seções que visam elucidar o debate em torno das instituições. No primeiro momento nosso objetivo é demonstrar o que a literatura especializada tem produzido acerca de partidos políticos e como esses estudos têm visto as agremiações partidárias no Brasil. Em um segundo momento nossa discussão perpassará por um ponto crucial do debate político contemporâneo: o espectro ideológico dos partidos políticos – discussão emblemática na academia e que tem resultado em uma série de estudos sobre o tema com divergências teóricas significativas. A análise perpassará também pelas teorias e estudos que remontam às trajetórias políticas destacando os pontos-chaves dessa discussão. Por fim, os mecanismos de recrutamento partidário das jovens lideranças também serão analisados com a finalidade de respaldar as análises que se seguirão. Sendo assim, este capítulo tem como propósito principal estabelecer relações entre a participação política juvenil e a estrutura institucional brasileira atentando para os partidos políticos, o espectro ideológico e as trajetórias políticas.

## 2.1 Partidos Políticos e suas relações enquanto instituições formais da Democracia Brasileira

A etimologia da palavra “partidos” remonta do latim “*partis*” significando divisão, facção. O emprego dessa palavra ganhou diversas conotações no vocabulário acadêmico sendo empregado para caracterizar facções, clãs, clubes onde se reuniam os deputados de assembleias revolucionárias, comitês que preparavam as eleições censitárias, bem como as vastas organizações populares que enquadram a opinião pública nas democracias modernas (DUVERGER, 1957). Como pudemos observar o emprego de tal vocábulo apresentou significado semântico distinto, mas contemporaneamente tem sido conceituado em termos de um grupamento de pessoas com ideologias e interesses comuns dispostas a manter ou conquistar poder.

Nas palavras de Tocqueville (1997, p.136) “*os partidos são um mal inerente aos governos livres; não têm, entretanto, em todos os tempos, o mesmo caráter e os mesmos instintos*”. Nessa perspectiva são os partidos políticos agremiações que sofreram ao longo dos anos mutações em sua constituição, formação e desenvolvimento apresentando divergências em sua definição conceitual. Norberto Bobbio (1998) em seu Dicionário de Política define partidos políticos citando o postulado defendido por Max Weber, segundo o qual partidos políticos devem ser encarados como uma associação que visa um fim deliberado quer de modo objetivo – através de um plano com propósitos materiais ou ideais – quer de maneira pessoal – objetivando obter benefícios e glória para os chefes – destacando que a conjunção dessas duas concepções também é possível. A visão weberiana de partidos políticos denota de uma percepção de partidos como instrumento político para a conquista de votos numa sociedade cada vez mais burocratizada.

Giovani Sartori (1982) debruçou-se em investigar os partidos e os sistemas partidários e ao definir tais instituições apropriou-se do conceito estabelecido por Burke, afirmando: “*o partido é um grupo de homens unidos para a promoção, pelo seu esforço conjunto, do interesse nacional com base em algum princípio com o qual todos concordam*”. Nessa direção, não há como descartar os estudos de Maurice Duverger (1957) sobre partidos políticos, para ele essas agremiações são canais da opinião pública e dos cidadãos a fim de influenciar a agenda governamental. Por

essa ótica, observamos os partidos políticos enquanto mediadores dos interesses entre sociedade e Estado. Numa visão mais contemporânea temos o conceito trazido por Maria D'Alva Kinzo (2005, p.65) no qual:

Partidos políticos são instituições que surgiram como produto da ação de atores políticos nas arenas decisórias e eleitoral, portanto se deve avaliar o sistema partidário brasileiro tanto em sua eficácia em manter a governabilidade democrática, como em sua capacidade de estruturar a competição eleitoral.

Em uma análise mais simplificada de partidos políticos sua conceituação pode ser definida como o instrumento para conquistar poder. As agremiações político-partidárias são instituições voltadas na captação de votos para manterem-se ou ocuparem o poder.

A estabilidade democrática é a ambição de toda democracia. Maurice Duverger (1957) citado por Chasquetti (2008) afirmou que essa estabilidade apresenta estreitas relações com a existência de um sistema bipartidário afirmando que sistemas majoritários/distritais produzem o bipartidarismo enquanto o sistema proporcional estimula a formação do pluripartidarismo. No entanto, o sistema bipartidário pode acarretar a eleição de um presidente com minoria no parlamento. É o que elucida Figueiredo (2004, p.21) *“nos Estados Unidos, berço do presidencialismo e modelo de estabilidade política, a ausência de maioria no Congresso se tornou regra no pós-guerra”*. Para Linz (1991) tal fato acarretaria uma paralisia da agenda do governo e um forte conflito entre Legislativo versus Executivo. No entanto, a realidade empírica nos mostra que o postulado de Linz não se verificou, pelo menos nos Estados Unidos, onde recentemente o presidente Democrata angariou apoio dos republicanos para aprovação de seu pacote econômico. O fato de os partidos políticos e os parlamentares serem flexíveis em suas ideologias concorreu para a vitória governista. Certamente se os partidos fossem rígidos ideologicamente tal feito não fosse possível. No entanto o que vários estudos têm nos mostrado é que a formação de coalizões no presidencialismo é

frequente e a paralisia decisória pouco palatável (VILAROUCA, 2008; FIGUEIREDO e LIMONGI, 2006; MARENCO DOS SANTOS, 2006; DINIZ, 2005; FIGUEIREDO, 2004; AMORIM NETO e TAFNER, 2002; PALERMO, 2000).

De acordo com Álvaro Barreto (2008) a existência dos partidos políticos está mais do que consagrada em nosso sistema jurídico visto que a legislação atribuiu o monopólio do mercado eleitoral a essas instituições. Isso significa afirmar que nenhum cidadão pode ser investido em cargos eletivos sem que previamente esteja vinculado a um partido político – pelo menos no Brasil.

Feito essas considerações conceituais sobre partidos políticos parece-nos importante estabelecer um diálogo entre esses conceitos e sua relação com a engenharia institucional brasileira. Inúmeros estudos têm investigado essas relações e apresentado considerações divergentes sobre o mesmo objeto de estudo. Diversos cientistas político propagaram, no final dos anos 1980, estudos e observações registrando fragilidades das instituições democráticas brasileira. Talvez tal previsão tenha como pano de fundo o descrédito de que nossa engenharia institucional fosse capaz de manter a estabilidade do regime democrático afinal a combinação presidencialismo, federalismo, representação proporcional e multipartidarismo não encontrava eco no mundo acadêmico de que pudesse colaborar para o sucesso e/ou estabilidade do regime democrático (MARENCO DOS SANTOS, 2006). Entre os mais pessimistas está o brasilianista Scott Mainwaring (2001), segundo o autor o Brasil pode ser considerado um caso único de subdesenvolvimento partidário no mundo onde os partidos políticos, no longo prazo, dificilmente seriam capazes de servir de suporte para a democracia. Destaca: *“frequentemente, as elites políticas criam partidos para promover seus próprios interesses e os líderes estatais extinguem sistemas partidários por temerem que signifiquem uma ameaça”*.

Mainwaring (2001) afirma que o problema dos partidos brasileiro está na sua forte fragmentação partidária ocasionada pela representação proporcional o que representa um custo elevado para a formação de coalizões governamentais já que aumentaria as chances de ocasionar uma paralisia decisória e um impasse entre o Executivo e Legislativo (CHASQUETTI, 2008; FIGUEIREDO, 2004).

Em contrapartida, um arsenal de estudos empíricos tem demonstrado que os partidos políticos no Brasil são fortes institucionalmente e disciplinados nas votações, tal coesão e disciplina mostram que os partidos que compõem as bases do governo votam conforme a orientação de seus líderes e garantem a aprovação da agenda da presidência (VILAROUCA, 2008; FIGUEIREDO e LIMONGI, 2006; MARENCO DOS SANTOS, 2006; DINIZ, 2005; FIGUEIREDO, 2004; AMORIM NETO e TAFNER, 2002; PALERMO, 2000). Estudos de Figueiredo e Limongi (2009) demonstram que o Poder Executivo raramente é derrotado no parlamento, revelando que os presidentes pós-constituinte apresentam elevadas taxas de “sucesso legislativo”, aprovando a sua agenda. Essa constatação possibilita compreender que os partidos políticos brasileiros têm demonstrado estabilidade e coesão, pelo menos nas suas relações institucionais.

No que concerne aos partidos políticos é preciso haver por parte do pesquisador um cuidado redobrado nas análises que faz sobre as fragilidades ou não dessas agremiações. Redobrado, pois, conforme o campo de análise desse objeto os resultados apresentados podem diferir completamente. Dito em outras palavras, os estudos que visualizam os partidos políticos e sua relação com os cidadãos tem apontado para uma fraca identificação dos eleitores com as agremiações acarretando uma análise pouco positiva dos partidos políticos (KINZO, 2005). Em sentido contrário apontam os estudos que visualizam os partidos políticos e suas relações com os mecanismos institucionais formais afirmando que são fortes institucionalmente e disciplinados nas votações. Portanto, é importante deixar claro que ao falarmos de partidos políticos é preciso observar previamente a esfera de análise que o pesquisador está utilizando o seu objeto uma vez que a mudança de cenário pode modificar a análise sobre a mesma categoria pesquisada, neste caso, os partidos políticos. Neste trabalho, em particular, iremos analisar as relações entre jovens vereadores e as instituições formais da democracia, principalmente, partidos políticos e câmara de vereadores.

Na próxima seção nossa preocupação está em elucidar o debate acerca da existência de campos opostos no embate político contemporâneo apropriando-se da classificação utilizada pela literatura na distribuição dos partidos políticos no Brasil no posicionamento do espectro ideológico.

## 2.2 O Espectro Ideológico

Para alguns teóricos, entre eles Adam, 1996; Coletti, 1994, Tessitore, 1996 (BOBBIO, 1995), o cenário atual da política contemporânea em boa parte da Europa e, particularmente, no Brasil demonstra que os discursos e a prática das ações políticas superaram a diferenciação entre polos antagônicos justificando que uma complexidade de fatores e bandeiras até então consideradas de esquerda estariam sendo incorporados por forças políticas conservadoras e vice-versa. De outra banda, há aqueles que defendem a clara existência de polos opostos no jogo político (SINGER, 1999; BOBBIO, 1995; CARDOSO e LAMOUNIER, 1975), sustentando que os discursos, as ações e o pensamento dos atores políticos acerca de como fazer a política demonstram que existe nitidamente a clara diferenciação entre esquerda e direita onde o centro ocuparia a linha intermediária.

Norberto Bobbio (1995) em seu “Direita e Esquerda – Razões e Significados de uma Distinção Política” afirma que ao contrário do que muitos têm enfatizado a distinção entre esquerda e direita existe e está cada vez mais demarcada na política contemporânea. Destaca que alguns (ADAM, 1994; COLETTI, 1994; TESSITORE, 1994) sustentam que a queda do Muro de Berlim (1989) foi um dos principais fatores para o fim de tal distinção, pois a partir dali não havia razões para opor esquerda e direita, já que o comunismo acabara derrotado. Entretanto, Bobbio (1995, p.31) reiterou que *“não houve apenas a esquerda comunista, houve também, e há ainda, uma esquerda no interior do horizonte capitalista”*. O autor é enfático ao declarar que tal distinção é possível e rebate a série de críticas que seu ensaio recebeu. Enfatiza:

“Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivo no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla, como veremos melhor a seguir, uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda. (BOBBIO, 1995, p.31)



Em 1975 os autores Bolivar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso enfatizavam que ao contrário do que a literatura vinha afirmando os eleitores brasileiros apresentavam característica que indicavam uma espécie de consciência coletiva política que, em função da opressão do regime militar, estava silenciosa a espera de uma oportunidade segura para manifestar-se. O MDB assumia a postura de oposição ao regime militar, deslocando-se para a esquerda e o centro do espectro ideológico – a legenda reunia líderes que eram críticos ao regime, portanto longe de apresentarem uma homogeneidade ideológica. Já a Arena cultivava uma postura conservadora e fortemente relacionada com a direita. As pesquisas indicaram que era o MDB o partido onde concentrava a maior massa de trabalhadores assalariados, enquanto na Arena estavam os mais abastados economicamente.

Na mesma direção acena o estudo do cientista político André Singer (1999) o qual constatou que a identificação ideológica do eleitor brasileiro é uma das características componentes do exercício do sufrágio. Ou seja, partindo desse estudo pôde-se constatar que boa parte do eleitorado Brasileiro – nas eleições 1989 e 1994 - na hora de decidir em quem votar levaram em consideração o aspecto ideológico, considerando o Brasil um país moderno. O estudo de Singer (1999) possibilitou confrontar dados da cultura política com aqueles que valorizam o desempenho das instituições. Importante ressaltar que a eleição de 1989 esteve fortemente influenciada pelo movimento das Diretas Já e o recente retorno ao regime democrático onde a distinção das ideologias parecia estar fortemente demarcada. Tanto os estudos de Singer (1999) quanto os de Lamounier e Cardoso (1975) estão imersos em um universo muito associado à transição democrática, onde os ânimos e o universo político permitiam uma nítida polarização que era muito mais revelada pelo binômio regime militar *versus* oposição do que propriamente direita *versus* esquerda.

Figueiredo e Limongi (1995) demonstraram, que ao contrário do que boa parte da literatura vinha afirmando, os partidos políticos importam nas relações com o parlamento, apresentando altos índices de coesão e disciplina partidária nas votações, principalmente nos partidos com uma bancada significativa. Os autores revelam ainda que as agremiações político-partidárias votam de forma coesa

conforme o campo político-ideológico ao qual estão inseridos. Nesse sentido destacam:

A fragilidade dos partidos não se manifesta onde mais se esperava que ela viesse a se expressar: no plenário da Câmara dos Deputados, onde os deputados exercem seu direito individual de voto. Os partidos políticos na Câmara não são peças de ficção. A filiação partidária nos diz muito a respeito do voto provável do parlamentar. Votações tendem a dividir o plenário de acordo com padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda (p.17).

Para captar a percepção ideológica dos partidos brasileiros Leôncio Rodrigues (2002) realizou um trabalho de perspectiva neoinstitucional junto à Câmara dos Deputados. Sua pesquisa demonstrou que em determinadas siglas há parlamentares com determinadas características que podem revelar uma característica ideológica do partido, por exemplo, no PFL (atual DEM) existem mais empresários e no PT e PDT mais professores. Tal constatação pode indicar que aquele defende os interesses historicamente associados à direita enquanto esses apresentam bandeiras que clamam por uma dimensão mais à esquerda. Rodrigues (2002) analisando a formação e composição das bancadas observou que os partidos políticos presentes no parlamento possuem características próprias que os colocam em um dado patamar ideológico. A partir do momento que um partido reúne, em sua maioria, lideranças do alto ramo empresarial suas bandeiras irão em direção a defesas dos interesses desse grupamento. Partindo dessa constatação parece coerente a análise do autor na medida em que comprova-se que a composição social das bancadas encontra estreitas relações com o postulado ideológico dos partidos.

Nessa disputa ideológica são os partidos políticos os grandes protagonistas e os advogados em defesa dos interesses das ideologias que representam. Em todos os regimes democráticos do mundo são as agremiações político-partidárias as grandes responsáveis por difundir as ideologias e defender os interesses e bandeiras que acreditam. Octaciano Nogueira Filho (2006, p.156) leciona:

À medida que os partidos se organizavam e cresciam, foi necessário administrá-los com eficiência e montar instrumentos de mobilização e proselitismo, sem os quais eles não prosperam nem crescem. As organizações partidárias e não mais os “notáveis” como eram conhecidos os principais líderes parlamentares, tornaram-se então os principais protagonistas do sistema político. Daí terem sido levados a desempenhar outro de seus objetivos: intermediar perante o Estado os diferentes interesses da sociedade.

Apesar de todos os percalços que possa existir, da apatia social que frequentemente é levantada e comprovada pelos estudos de Cultura Política as ideologias encontram-se vivas e fortemente demarcadas não só no discurso eleitoral, mas na prática social e no interior dos partidos e do parlamento. O que Bobbio (1995) preceituou está cada vez mais vivo na política e não pode ser deixado de lado nas análises. Feito estas observações e considerando que direita e esquerda são constituidoras das relações políticas parece-nos pertinente tratar sobre quais partidos no Brasil compõe a direita, esquerda e o que é o tão falado centro destacado por vários especialistas da área.

### **2.2.1 Partidos de Esquerda, Centro e Direita no Brasil Contemporâneo**

Muito foi falado acerca da distinção que circunda esta seção, ou seja, a existência de polos opostos no pensamento político denominado, esquerda e direita. Partindo da constatação de que ainda é fortemente presente na conjuntura política tal distinção, parece-nos relevante elencar como os estudos de ciência política têm posicionado os partidos políticos brasileiros no transcorrer do espectro ideológico. É importante que fique claro que a literatura especializada não é unânime na classificação dos partidos políticos no Brasil. As divergências aparecem, na maioria das vezes, na classificação dos partidos posicionados mais ao centro.

Ressalta-se que não é nossa pretensão discutir os critérios utilizados pelos autores na classificação do espectro muito menos esmiuçar as características que a literatura aponta para caracterizar um posicionamento político de direita, centro ou esquerda já que considerarmos existir uma infinidade de autores brasileiros que debruçam-se nesta temática, entre eles: André Singer, Argelina Figueiredo, Cesar Zucco Jr, Eduardo Leoni, Fernando Limongi, Gabriela da Silva Tarouco e Rafael

Machado Madeira. Entretanto, extraímos desses trabalhos os principais elementos caracterizadores de cada posicionamento político a fim de colaborar com as análises que faremos no capítulo 4 desta dissertação.

É no campo da economia onde as distinções ideológicas entre os espectros são vistas com maior clareza. A direita adota posições demarcadamente pró-mercado, sendo abertos ao capital estrangeiro. Encaram o crescimento dos encargos sociais, a rigidez da legislação ambiental e o aumento dos direitos trabalhistas como aspectos inibidores do crescimento econômico. São os críticos mais contundentes da reforma agrária e em seu primado está o individualismo que deve prevalecer sobre a busca da igualdade – principalmente a valorização da propriedade e da livre iniciativa para investir. Em contrapartida a esquerda centra sua preocupação em uma maior intervenção do estado nos ditames das regras de mercado. Apresentam um discurso contundente contra as grandes forças econômicas e os grandes latifúndios. Como o seu primado é o da igualdade centram suas preocupações com as camadas sociais mais baixas. Entendem que o crescimento econômico não é o único e primordial objetivo a ser alcançado pelo Estado (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000; SINGER, 1999, BOBBIO, 1995) Zucco Jr (2009, p.1) destaca que *“esquerda e direita ainda estão claramente associadas a maior e menor intervenção do Estado na economia, respectivamente, mas houve uma considerável retração das posições mais a esquerda”*.

Bobbio (1995, p.35) exprime o real significado do pensamento político considerado de “centro”, diz:

A distinção entre direita e esquerda não exclui de modo algum, sequer na linguagem comum, a configuração de uma linha contínua sobre a qual entre a esquerda inicial e a direita final, ou, o que é o mesmo, entre a direita inicial e a esquerda final, se colocam posições intermediárias que ocupam o espaço central entre os dois extremos, normalmente designado, e bastante conhecido, com o nome de “centro”.

Portanto, como se verifica pela afirmação de Bobbio (1995), entre a esquerda e a direita há uma posição intermediária o que se denominou chamar de centro, ou como o próprio autor chamou: terceiro incluído. Esse centro possui uma posição que congrega aspectos relacionados à esquerda e também ao pensamento

de direita, digamos que o centro conjuga uma posição que permite afastar dos extremos os posicionamentos. Afirma que o centro em sistemas mais plurais ocupa um lugar central na conjuntura política. Vejamos:

O fato de que, em muitos sistemas democráticos com acentuado pluralismo, o Terceiro Incluído tenda a se tornar tão exorbitante que passa a ocupar a parte mais ampla do sistema político, relegando a direita e a esquerda às margens, não elimina nada da antítese originária; o próprio centro, ao se definir nem como direita nem como esquerda e não podendo se definir de outro modo, pressupõe a antítese e extrai da existência dela a sua própria razão de existir. (BOBBIO, 1995, p.36)

Os estudos de ideologias partidárias têm verificado que entre os parlamentares de direita há uma tendência de negarem a sua posição no espectro, fato que originou o termo “direita envergonhada” (ZUCCO JR, 2009). Nessa direção o autor enfatiza:

Imagina-se, e há espaço para se testar esta hipótese até mesmo em perspectiva comparada, que a direita envergonhada esteja associada às heranças da ditadura militar, e ao desconforto que tais heranças podem causar ao político que abertamente se apresenta como de “direita”. O curioso, e o que merece ser estudado, é por que mesmo depois de mais de duas décadas este “desconforto” continua existindo. Recentemente, o antigo PFL iniciou um processo de “modernização” que incluiu a indicação de figuras mais jovens para posições de destaque do partido e a própria mudança no nome e sigla do partido. Certamente uma resposta ao fortalecimento do PT em regiões antigamente controladas por políticos tradicionais, tal esforço parece estar direcionado à criação de uma força política democrática – o novo nome não foi escolhido à toa – e abertamente de direita. (ZUCCO JR, 2009, p.8).

Feito essas considerações acerca do pensamento político-ideológico dos partidos de direita, centro e esquerda nosso desafio passa a ser o de classificar os partidos políticos em um espectro ideológico. É importante que fique claro que a literatura especializada não é unânime na classificação dos partidos no Brasil. As divergências aparecem, na maioria das vezes, na classificação dos partidos políticos posicionados mais ao centro.

Esta dissertação versa sobre os jovens vereadores eleitos em vinte e dois municípios da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Esses jovens estão distribuídos entre os seguintes partidos: PP, DEM, PSDB, PDT, PT, PMDB, PTB. Nossa pretensão é classificar essas agremiações através da literatura especializada. Assim, passamos a classificar esses partidos ao longo do espectro.

O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma legenda criada sob a ótica da esquerda cuja agremiação congregava sindicalistas do ABC paulista liderada por Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Schmit (2000, p.49) *“foi a única legenda cujas lideranças não se encontravam na classe política tradicional”*. De acordo com os estudos de Rodrigues (2002) tal legenda apresenta uma expressiva composição de bancada formada por professores e profissionais oriundos de camadas populares com pouca renda, praticamente inexistindo na bancada petista empresários. A massiva maioria da literatura tem classificado o Partido dos Trabalhadores como um partido de esquerda (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR 2009; DESPOSATO, 2007, RODRIGUES, 2002; LEONI, 2002; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; KINZO, 1993). Assim, este estudo filia-se a esse posicionamento colocando o PT na esquerda do espectro ideológico.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – Sua composição e formação estão alicerçadas no antigo MDB (SCHMIT, 2000). Um dado parece claro para todos os autores: o PMDB não é nem nunca foi um partido de esquerda ou aproximado a ela. A dúvida está em revelar se essa agremiação partidária constituiu-se no centro ou na direita. Olavo Brasil de Lima Jr (1993) o colocou como um partido de direita, entretanto, tal classificação foge aos padrões adotados pela literatura contemporânea. Assim, filiamo-nos ao entendimento dos que classificam o PMDB como um partido de centro (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR 2009; DESPOSATO, 2007, RODRIGUES, 2002; LEONI, 2002; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; KINZO, 1993).

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – Criado em 1988, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e formado por dissidentes mais à esquerda do PMDB contrários à liderança de Orestes Quécia na seção paulista do partido. Defendiam a adoção do sistema parlamentarista. Nos anos 1994 e 1998 ocuparam o posto máximo do país tendo como presidente Fernando Henrique

Cardoso (SCHMITT, 2000; MAINWARING, MENEGUELLO & POWER, 2000). A literatura tem situado, invariavelmente, o PSDB no centro do espectro ideológico (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR 2009; RODRIGUES, 2002; LEONI, 2002; SCHMIT, 2000; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; KINZO, 1993).

Partido Progressista (PP) – É unívoco os estudos que analisam a conceituação do Partido Progressista (antiga ARENA/PDS/PPB) classificando-o como um partido de direita. Sua fundação remonta a antiga Arena e possui um viés conservador e voltado para o livre comércio. Nos estudos de Rodrigues (2002) é demonstrado que a composição de sua bancada é composta, em sua maioria, por grandes proprietários rurais. Seus parlamentares possuem um substancial patrimônio. Na prática parlamentar e em embates que exigem a predisposição ideológica o PP mantém firme a sua posição em convergência com a agenda de direita (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR, 2009; DESPOSATO, 2007; RODRIGUES, 2002; SCHMIT, 2000; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; LIMA JR, 1993).

Democratas (DEM/PFL) – Considerado o partido mais à direita do espectro ideológico. Formado por dissidentes do antigo PDS inconformados com a indicação de Paulo Maluf para concorrer às eleições presidenciais de 1989. Antiga Frente Liberal cujas bandeiras encontram-se alicerçadas nas ideias de direita. Sua composição social é composta massivamente por empresários e entre seus filiados estão figuras associadas ao Regime Militar e à antiga Arena (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR, 2009; DESPOSATO, 2007; RODRIGUES, 2002; SCHMIT, 2000; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995).

Partido Democrático Trabalhista (PDT) – Fundado depois de perder uma contenda judicial pela disputa da herança do trabalhismo varguista teve como principal liderança o ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (SEVERO, 2008; MELO, 2004 apud LIMA, 2007; MELO, 2005; SCHMIT, 2000). Situado na esquerda do espectro ideológico (TAROUCO e MADEIRA, 2011; BRENNER, 2011; ZUCCO JR, 2009; RODRIGUES, 2002, FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995).

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – Tem como herança o trabalhismo varguista e na redemocratização brasileira da década de 80 ressurgiu sob a liderança da deputada federal Ivete Vargas (RODRIGUES, 2002, SCHMIT, 2000; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000). Esta agremiação político-partidária foi a que nos causou maior dificuldade em classificar já que a literatura diverge sobre sua caracterização, sendo que parte dos especialistas a considera de direita (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR, 2009, FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995) e outra parte a coloca no centro-direita do espectro ideológico (BRENNER, 2011; KINZO, 2005). Nesse sentido, Rodrigues (2002, p.22), destaca: *“do prisma ideológico, na avaliação da maioria dos pesquisadores, o PTB é colocado no campo da direita; na do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) é classificado como de centro-direita”*. Tendo em vista tal divergência, filiamo-nos ao entendimento de parte da literatura que coloca o PTB no centro do espectro, mesmo sabendo que tal classificação não é a utilizada pela maioria da literatura da área. Entretanto, essa escolha deu-se, sobretudo, pela pouca clareza programática verificada em tal agremiação (RODRIGUES, 2002) o que, corrobora os achados de Bobbio (1995) de que os partidos de centro são os menos nítidos programaticamente.

Feito essas observações parece-nos pertinente traçar o espectro ideológico. Filiamo-nos ao entendimento de que o PT e o PDT constituem a esquerda do espectro; o PTB, PMDB e PSDB o centro e o DEM e o PP a direita. É partindo dessa caracterização que este trabalho irá se alicerçar, tendo em vista que a hipótese que orienta este trabalho está vinculada com o espectro ideológico, pressupondo que a construção da carreira política difere conforme o campo ideológico ao qual o partido esta inserido.

Na próxima seção nosso objetivo é revelar teorias que retratam as carreiras políticas e as trajetórias dentro do parlamento buscando elucidar elementos que colaborem para responder a problemática que orienta esta pesquisa.

### **2.3 Trajetórias Políticas: Uma análise da produção acadêmica brasileira nesse cenário**



A literatura brasileira sobre trajetórias e recrutamento político de lideranças vem demonstrando que as carreiras políticas na esquerda e na direita do espectro ideológico não são iguais. Esses estudos, baseados, sobretudo, em dados empíricos, elucidam que variações no padrão de carreira política podem ser explicadas pelo perfil social das bancadas e pelos recursos individuais dos candidatos eleitos (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007; PANEBIANCO, 2005; RODRIGUES, 2002). O que as análises problematizam é que os partidos de esquerda e de direita possuem formas distintas de recrutamento partidário e os atores envolvidos nessas relações apresentam características claras que os distingue ideologicamente. Sendo assim, nosso desafio passa a ser o de explicitar essas diferenças.

Uma variável importante nos estudos de carreiras políticas está associada à relação partidos políticos/profissão do candidato. O que os estudos de Marenco dos Santos e Serna (2007) e Rodrigues (2002) sugerem é que os partidos mais à esquerda do espectro ideológico recrutam seus candidatos no setor público, na classe média assalariada - entre lideranças associativas e de movimentos sociais. Ao passo que a direita apresenta um padrão de recrutamento mais elitista e tradicional recrutando candidatos entre proprietários urbanos, rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada. Na esquerda, por exemplo, existem mais professores, funcionários públicos e profissionais ligados às ciências humanas, possuindo também maior participação de assalariados e integrantes de camadas populares. Em contrapartida, na direita estão em maior número advogados, médicos e profissionais ligados ao ramo empresarial (MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007; RODRIGUES, 2002).

As carreiras políticas dos parlamentares da esquerda e da direita também diferem quando o assunto volta-se para as relações existentes entre associações coletivas e candidatos ao legislativo. Observa-se que os candidatos de partidos da esquerda apresentam maior vínculo de participação prévia em associações coletivas (associações de bairro, conselhos, entidades estudantis, etc) o que permite afirmar que suas bases são mais concentradas e seu capital político construído de maneira mais coletiva. Já os candidatos da direita apresentam menor engajamento em

associações coletivas e seu capital político descende dos recursos e capitais sociais individuais que possui (notoriedade, uso da profissão e das relações de parentesco) apresentando uma base eleitoral mais dispersa (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007).

Esses achados encontram respaldo na concepção de capital político de Bourdieu (1989) o qual afirmava existir duas formas de constituição do capital político: o pessoal (ou de reputação individual) e o de investidura – segundo o qual a bagagem política do indivíduo estava atrelada ao investimento feito por dada instituição a sua carreira. Afirmou: *“a instituição investe naqueles que investiram na instituição”* (p.191). Nessa direção Leal (2010, p.19) destaca:

Os políticos de reputação ou capital pessoal constrói sua carreira baseado na notoriedade e popularidade acumulada em outras esferas – profissional, artística, filantrópica, etc. – que não a política e as converte em votos. Já o político de reputação partidária deve sua carreira e, sobretudo seus votos, à organização partidária.

Segundo Panebianco (2005) o grau de controle das lideranças partidárias sobre as carreiras política é um indicador de institucionalização partidária, estando o processo de investidura fortemente relacionado com partidos fortes do ponto de vista institucional. Leal (2010, p.20) afirmou: *“em partidos fortes, os atores políticos tendem a desenvolver suas carreiras no e para o partido, engajando-se como militante ou mesmo funcionário remunerado precocemente”*. A socialização política desse ator é realizada, principalmente, dentro da agremiação partidária criando um espaço para a emergência endógena de lideranças. Em contrapartida, partidos fracos institucionalmente não conseguem recrutar suas lideranças entre seus militantes, recorrendo para o recrutamento de lideranças externas ao partido cuja notoriedade social e/ou profissional os possibilitem a constituírem-se como candidatos em potencial. Esse recrutamento é chamado pela literatura de “recrutamento lateral” (LEAL, 2010; PANEBIANCO, 2005).

De acordo com Panebianco (2005) nos partidos com institucionalização mais forte a atividade política tende a se configurar como uma efetiva carreira – entra-se no partido nos níveis mais baixos e sobe-se conforme o aprendizado – já nos

partidos pouco institucionalizado não há essa correspondência. Quanto ao grau de institucionalização dos partidos políticos muitos estudos foram publicados, Mainwaring (2001) e Norris (2006), por exemplo, chegaram a afirmar que o sistema de lista aberta – vigente no Brasil atualmente onde o partido oferece a lista de candidatos e o eleitor determina a ordem dela – é um dos principais responsáveis pela fraca institucionalização dos partidos políticos, pois tal sistema tende a levar o eleitor a escolher o candidato e não o partido. A solução para eles seria a adoção da lista fechada – partido oferece a lista de candidatos já ordenada e o eleitor vota no partido – o que levaria, segundo eles, a um ordenamento institucional onde os partidos políticos se fortaleceriam. Leal (2010) buscou observar se os partidos políticos em nível local são coerentes com o centro partidário (nível nacional), acreditando que quanto maior for o grau de aproximação entre os diferentes níveis maior será o grau de institucionalização das agremiações partidárias, chegando a conclusão que existe uma forte aproximação entre os diferentes níveis partidários.

Maria Teresa Kerbauy (2005) realizou um importante trabalho junto aos legislativos municipais buscando traçar um perfil de carreira dos vereadores de todo o país. Seus achados possibilitaram perceber que há uma predominância masculina nas vereanças por todo o Brasil e, na maioria das Câmaras de Vereadores, os ocupantes do posto parlamentar possuem em média o ensino médio completo, sendo que as mulheres apresentam um grau de instrução mais elevado. Um estudo longitudinal permitiu compreender um fenômeno de rejuvenescimento dessa classe política – hoje a maioria dos vereadores tem entre 30 e 50 anos de idade.

Marenco dos Santos e Serna (2007) perceberam que nos partidos mais a esquerda do espectro ideológico existe uma maior dependência dos parlamentares com a estrutura do partido, ou seja, para ser eleito o parlamentar precisa estar apoiado e vinculado pela agremiação partidária. Já nos partidos de direita essa dependência é menos emblemática uma vez que outros elementos como o capital econômico e relações estabelecidas pela ocupação profissional permitem ao candidato depender menos do partido e mais de seus capitais individuais.

O patrimônio dos parlamentares também é uma variável importante nos estudos de carreiras políticas. Rodrigues (2002) percebeu que os parlamentares com maior patrimônio estão situados na direita do espectro ideológico enquanto os

com menos recursos patrimoniais estão localizados na esquerda. Uma posição intermediária dessa variável está situada no centro. Sobre os estudos acerca de carreiras políticas Maria D´Alva Kinzo (2002, p.2) apresenta suas impressões:

Trata-se de mostrar que o recrutamento das lideranças partidárias segue um padrão que tem a ver com características sócioocupacionais e ideológicas, significativas o suficiente para diferenciar os partidos tanto em termos ideológicos como em termos do perfil social predominante de seus representantes no Legislativo.

O que os estudos sobre trajetórias e carreiras políticas tem elucidado são as diferentes formas adotadas pelos partidos políticos e por suas lideranças para a constituição de uma elite política (LAMEIRÃO, 2008). Outra variável que precisa ser introduzida nas análises de trajetórias é a relação entre gastos de campanha/votos obtidos uma vez que os estudos de Lemos, Marcelino e Pederiva (2010, p.388) indicam que a força do capital econômico importa para o sucesso das campanhas eleitorais afirmando que *“os eleitos gastam, em média, cinco vezes mais do que os não-eleitos”*.

Este trabalho de dissertação pretende evidenciar quem é a elite política juvenil que integra o poder legislativo de diferentes municípios gaúchos ao sul do estado do Rio Grande do Sul para isso buscaremos elementos que possibilitem reaplicar e aprimorar as variáveis utilizadas em outro trabalho.

## **2.4 Retomando o Debate**

Este capítulo pretendeu discutir inúmeras teorias que analisam a engenharia institucional brasileira servindo de suporte para, conjuntamente as teorias de cultura e participação política, compreender as questões e situações que levam um/a jovem a se engajar na política e tornar-se um representante político identificado com uma determinada legenda. As definições de partidos políticos, em última análise, têm os

conceituado como um organismo institucional voltado para a captação de votos para manterem-se ou ter acesso ao poder.

É importante que se diga que ao contrário do que os pessimistas como Mainwaring (2001) apontavam a engenharia institucional brasileira não fracassou. Os estudos mais otimistas como o de Figueiredo e Limongi (2006) foram fundamentais para elucidar o Brasil como uma democracia estável, perene e, fundamentalmente, governável, demonstrando haver coesão partidária e partidos políticos fortes nas suas relações com as instituições da democracia. Ainda no que concerne aos partidos políticos constatou-se que a distinção entre esquerda, direita e centro é visivelmente presente no embate político e deve ser encarada nas análises políticas. Com base na literatura este estudo filiou-se ao posicionamento que coloca PT e PDT na esquerda; PTB, PMDB e PSDB no centro e, PP e DEM na direita do espectro ideológico.

Nos estudos sobre participação ou engajamento político dos jovens em partidos políticos, discutidos no capítulo anterior, observou-se que houve um fluxo migratório que levou essa categoria social para espaços não-convencionais da política. Os jovens têm preferido participar de organizações que fogem da tradicional política havendo um decréscimo da participação e militância em partidos políticos (BRENNER, 2011; CICCHELLI, 2009; BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006). Entre os fatores levantados para essa migração está o ambiente fechado dos partidos políticos para a emergência de novas lideranças. Observou-se também, com base nos estudos de Cicchelli (2009), que conforme o campo do espectro ideológico os líderes partidários possuem uma visão diferenciada sobre a atuação dos jovens na política, sendo a esquerda o campo mais aberto para essa participação.

No que diz respeito às carreiras e trajetórias políticas observa-se que os partidos políticos mais à direita do espectro ideológico possuem um padrão mais elitista de recrutamento partidário buscando candidatos entre proprietários urbanos, rurais e profissionais liberais de profissões tradicionais com patrimônio e recursos financeiros elevados. Na esquerda estão os menos abastados economicamente e essa vertente ideológica tende a recrutar seus candidatos entre funcionários públicos, professores, sindicalistas e na classe média assalariada, via de regra, esses candidatos apresentam baixo patrimônio e recursos financeiros, dependendo

mais da estrutura partidária. Outro dado relevante é que os candidatos de partidos de esquerda possuem fortes vínculos com associações coletivas, construindo suas bases nesse cenário, enquanto os candidatos da direita dependem menos da estrutura partidária e participam em menor grau de atividades associativas (MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007; RODRIGUES, 2002).

Por fim, é preciso destacar que estudos de Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) demonstram que a força do capital econômico ainda é uma variável relevante para a obtenção do sucesso eleitoral. Nessa direção, é importante que se diga que aos jovens esse predomínio econômico é um problema, na medida em que muitas das vezes em que ingressam como candidatos não possuem ainda uma base de subsistência sólida que possibilite investir na candidatura, precisando contar com o apoio econômico familiar e/ou partidário para poder arcar com o ônus do custo de campanha. No estudo que fizemos junto aos candidatos a Deputados Estaduais no Rio Grande do Sul nas eleições de 2010 verificamos que a força do capital econômico (dinheiro) é um elemento fundamental para a obtenção do sucesso eleitoral (NICOLETTI, 2011).

No próximo capítulo passamos a focar nossa análise no objeto desta pesquisa revelando onde está posicionada essa elite política juvenil do sul do estado do Rio Grande do Sul. Para isso utilizaremos dados secundários do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) com a finalidade de caracterizar o perfil social dos jovens vereadores eleitos em 2008 nos municípios que integram a Associação dos Municípios da Zona Sul – recorte deste trabalho.

### **Capítulo 3**

#### **Elucidando os dados: compreendendo como está disposta a juventude política da região sul do Rio Grande do Sul**

Este capítulo tem como principal objetivo analisar os dados secundários apreendidos no transcorrer da pesquisa visando traçar um mapeamento que demonstre como está disposta a elite política juvenil da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Isso será realizado através de tabelas e quadros que ajudam a evidenciar os dados coletados, permitindo ao leitor uma melhor compreensão do cenário investigado. Informações como a identificação dos representantes, as agremiações a que pertencem, a classificação dessas agremiações no espectro ideológico bem como um resumo das características dos municípios em que foram eleitos e informações sobre o perfil social e econômico dos jovens vereadores eleitos nas eleições municipais de 2008 serão o foco deste capítulo.

Os dados que a seguir passamos a apresentar, em sua maioria, integram a base de dados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul (TRE-RS) cujo portal permite ter acesso ao perfil dos candidatos, gastos de campanha, patrimônio declarado e o desempenho desses atores nas eleições municipais. Essas informações foram compiladas e organizadas servindo como principal subsídio para as análises que passamos a fazer. Ainda, algumas dessas informações foram cotejadas com as falas extraídas das entrevistas realizadas com os jovens vereadores a fim de dar maior qualidade às observações. Dessa forma este capítulo tem como natureza metodológica uma análise quantitativa com o objetivo de demonstrar como está disposta à elite política juvenil do sul do estado gaúcho.

### **3.1 Caracterizando os municípios que compõe o recorte deste trabalho**

Um dos principais desafios desta pesquisa foi o de estabelecer quais municípios iriam integrar o recorte geográfico deste trabalho já que existem diversas formas de classificação de uma região. No caso do sul do Rio Grande do Sul algumas formas já são consagradas e apropriadas por diversos estudos acadêmicos como é o caso dos municípios integrantes do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (CORED-SUL) ou das cidades pertencentes à Associação dos Municípios da Zona Sul (AZONASUL). Para isso, foi necessário investigar quais municípios melhor integram esse recorte geográfico gaúcho. Entre várias possibilidades de recorte espacial da Região Sul do estado chegamos a conclusão de que os vinte e dois municípios que integram a Associação dos Municípios da Zona Sul (AZONASUL) correspondem ao melhor parâmetro de análise por constituírem um grupamento de municípios que, apesar de serem desiguais em termos populacionais, contemplam uma similaridade de aspectos do ponto de vista geográfico e da fonte de produção econômica baseada em um modelo agropecuário, característico desta região. Observa-se que os municípios escolhidos como recorte espacial desta dissertação encontram-se associados do ponto de vista institucional na busca da defesa da municipalidade e da conquista de melhorias para a região que representam apresentando uma identidade coletiva através da união de esforços para o desenvolvimento político-administrativo dos municípios que integram a associação.

No entanto, não há como desprezar que determinadas características singulares do município como o tamanho da sua população e o número de eleitores podem apresentar conjunturas que dificulte ou facilite a emergência de novas lideranças, além de representar impacto direto na magnitude eleitoral já que o tamanho da população é o critério que define o número de possíveis representantes por município. Por isso, iremos dividir os vinte e dois municípios que integram a AZONASUL em três grandes grupos cujo critério de seleção é exclusivamente a densidade populacional os caracterizando em: municípios de pequeno (população de até dez mil habitantes), médio (população maior que dez mil e inferior a cinquenta



mil habitantes) e grande porte (população maior de cinquenta mil habitantes), ficando assim constituídos:

**TABELA 1 – Municípios de Pequeno Porte integrantes da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul de acordo com a AZONASUL**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Eleitores</b>	<b>Magnitude</b>
Aceguá	4.394	3.841	9
Amaral Ferrador	6.353	4.991	9
Arroio do Padre	2.730	2.567	9
Cerrito	6.402	5.572	9
Chui	5.917	4.021	9
Herval	6.753	5.598	9
Morro Redondo	6.227	5.206	9
Pedras Altas	2.212	2.231	9
Pedro Osório	7.811	6.613	9
Santana da Boa Vista	8.242	7.200	9
Turuçu	3.522	3.300	9

Fonte População: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Fonte Eleitores: TRE-RS, 2013.

Como podemos perceber na tabela acima, dos vinte e dois municípios que integram a AZONASUL, metade deles, apresentam população inferior a dez mil habitantes o que os coloca na condição de municípios de pequeno porte. São cidades jovens, em sua maioria, atingindo o status de município há menos de vinte e cinco anos, com exceção de Herval (formalmente reconhecido em 1881), Pedro Osório (1959) e Santana da Boa Vista (1965) (IBGE, 2010). É possível observar que mesmo com diferenças significativas entre as densidades populacionais como Pedras Altas com 2.212 habitantes e Santana da Boa Vista com 8.242 habitantes a magnitude eleitoral permanece a mesma: nove cadeiras, o que representa que esses municípios mantêm o número mínimo de vagas possíveis de serem ocupadas em uma Câmara Municipal. Portanto, quanto menor o número de eleitores de um dado município menor será o número de votos necessários para atingir o êxito eleitoral.

Observa-se que entre o número de eleitores e da população efetiva há uma variação muito pequena o que caracteriza municípios com baixa incidência de população infantil e juvenil. Se analisarmos os dados de Pedras Altas veremos que o número de eleitores é maior que o número da população. Essa discrepância pode ser explicada por dois fatores: primeiro pelas diferentes fontes de informações – os

dados sobre a população foram extraídos do censo do IBGE de 2010 e o número de eleitores dos dados atualizados do TRE-RS de 2013 – portanto pode, nesse meio tempo, ter havido pessoas que migraram de municípios, faleceram ou até mesmo que tenham atingido a idade mínima para o exercício do sufrágio o que justifica a existência de maior número de eleitores do que habitantes. Segundo, a legislação eleitoral permite ao cidadão escolher qual município pretende exercer o direito ao voto, desde que mantenha um vínculo com esse. Assim, é provável que muitos eleitores de Pedras Altas sejam moradores de cidades vizinhas, mas optaram, ou por questão laboral ou por vínculo com o município votar em Pedras Altas, entretanto sabe-se que o município apresenta escassa população juvenil.

Quanto à presença jovem nas Câmaras de Vereadores desses municípios verificamos que apenas Amaral Ferrador, Arroio do Padre e Santana da Boa Vista não possuíam jovens vereadores na legislatura (2009-2012) o que indica que mesmo em municípios pequenos há a presença de jovens no parlamento já que oito dos onze municípios de pequeno porte elegeram vereadores integrantes desse segmento social. Ainda, verificou-se que os achados de Leal (2010) de que municípios menores tendem mais a direita do espectro ideológico se confirma na medida em que 42,85% dos jovens vereadores de municípios pequenos estarem nesse campo do espectro.

**TABELA 2 – Municípios de Médio Porte integrantes da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul de acordo com a AZONASUL**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Eleitores</b>	<b>Magnitude</b>
Arroio Grande	18.470	15.829	9
Capão do Leão	24.298	18.227	9
Jaguarão	27.931	22.785	9
Pinheiro Machado	12.780	10.940	9
Piratini	19.841	16.374	9
Santa Vitória do Palmar	30.990	24.478	9
São José do Norte	25.503	21.034	9
São Lourenço do Sul	43.111	35.512	9

Fonte População: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Fonte Eleitores: TRE-RS, 2013.

Para nossa análise consideramos municípios de porte médio aqueles cuja população seja maior que dez mil e inferior a cinquenta mil habitantes, perfazendo um total de oito municípios na região sul. Essas cidades são mais antigas – o formal

reconhecimento da maioria delas como municípios remonta ao tempo do Império. Possuem uma infraestrutura mais organizada que os de pequeno porte no que diz respeito ao sistema de saúde e educação.

Apesar de serem, em relação aos municípios de pequeno porte, significativamente mais numerosa em termos populacionais, apresentam a mesma magnitude na ocupação de espaço na Câmara de Vereadores, restringindo-se a nove vagas nas eleições de 2008, o que demanda a necessidade de captação de um maior número de votos para que possam obter o sucesso eleitoral.

Se nos municípios de pequeno porte tínhamos uma variação muito pequena entre o número de eleitores e a população, nestas cidades verificamos uma maior incidência de população infantil e juvenil já que existe um percentual maior nessa diferença.

Verificamos que metade dos municípios de porte médio conta com jovens vereadores no seu parlamento. As cidades de Jaguarão, Pinheiro Machado, São José do Norte e São Lourenço do Sul apresentam a presença de jovens vereadores no seu legislativo municipal, sendo que 57,14% deles integram a esquerda do espectro ideológico.

**TABELA 3 – Municípios de Grande Porte integrantes da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul de acordo com a AZONASUL**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Eleitores</b>	<b>Magnitude</b>
Canguçu	53.259	44.336	10
Pelotas	328.275	249.950	15
Rio Grande	197.228	147.196	13

Fonte População: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Fonte Eleitores: TRE-RS, 2013.

Os municípios de grande porte integrantes deste trabalho apresentaram em 2008 uma magnitude superior às outras cidades objeto desta pesquisa. Enquanto a possibilidade de ocupação de espaço nas Câmaras de Vereadores dos outros 19 municípios era restrita a nove cadeiras os municípios de grande porte apresentaram uma magnitude maior. Apresentam uma estrutura política, social e econômica mais elevada, e caracterizam-se como cidades universitárias – o município de Canguçu em menor grau, apesar de ter um polo do Instituto Federal e faculdades privadas – o que favorece a presença de um maior número de movimentos sociais,

principalmente os de natureza estudantil. É nos município de grande porte onde existe a maior concentração de uma população infantil e juvenil. Observamos que a totalidade dos municípios de grande porte conseguiu eleger jovens vereadores nas eleições municipais de 2008, sendo que 75% deles encontram-se no centro do espectro político-ideológico, divergindo dos achados de Leal (2010) de que as cidades maiores tendem mais a esquerda – pelo menos não é o que se verifica entre os jovens parlamentares eleitos em 2008.

Os dados apresentados nesta seção foram fundamentais para caracterizar os municípios objeto desta pesquisa, justificando o nosso recorte geográfico e apresentando as principais características das cidades pesquisadas. Com isso foi possível observar que a direita foi o campo do espectro ideológico que mais jovens elegeu em municípios de pequeno porte; enquanto a esquerda lidera nos municípios médios e o centro nos caracterizados como de grande porte. Feito essas observações básicas de cada município nos parece fundamental ingressar na análise da relação entre municípios e a participação política juvenil no processo eleitoral é o que passamos a apresentar.

### **3.2 A presença jovem na disputa eleitoral: o peso dos municípios**

Primeiramente é importante destacar que na eleição de 2008 todos os municípios que integram a região sul do Rio Grande do Sul tiveram jovens candidatos a vereador. No entanto, nem todas as cidades conseguiram eleger representantes que se inserissem nessa categoria. Dos vinte e dois municípios deste recorte, quinze deles contam com jovens vereadores na legislatura (2009/2012), o que corresponde a um percentual significativo de 68,18% dos municípios, um dado interessante já que demonstra uma tendência de que a população acredita que um jovem possa representar os seus interesses, ainda que outros elementos estejam inseridos nesse processo. Apenas sete municípios - apesar de terem jovens concorrendo ao cargo de vereador - não apresentaram representantes dessa faixa-etária no seu poder legislativo, o que corresponde a um percentual de 31,81%, são eles: Arroio do Padre, Amaral Ferrador e Santana da Boa Vista (pequeno porte), Arroio Grande, Capão do Leão, Piratini e Santa Vitória do Palmar (porte médio).

Ao mesmo tempo em que o percentual de cidades com jovens no legislativo municipal é significativo existe uma notável tendência de fraca participação de candidatos desse segmento no processo eleitoral já que a média da participação dos jovens enquanto candidatos, nos municípios de análise, é de apenas 16,26% o que corrobora o entendimento de Baquero (2008); Nazzari (2006) e outros de que a juventude tem se afastado da política convencional. Na tabela 4 essa realidade de participação política juvenil no espaço tradicional da política, diga-se: participação enquanto candidato ao cargo eletivo de vereador, pode ser vista de forma mais detalhada já que é possível observar a porcentagem por município. Assim, a tabela abaixo permite perceber a dimensão dessa diferenciação bem como a realidade encontrada em cada município, vejamos:

**TABELA 4 – Relação dos Municípios que integram a AZONASUL e o número total de candidatos, número de jovens candidatos e jovens eleitos na eleição para vereador em 2008**

<b>Município da Região Sul</b>	<b>Total de Candidatos a Vereador</b>	<b>Total de Candidatos Jovens</b>	<b>Porcentagem de Jovens Candidatos</b>	<b>Total de Jovens Eleitos</b>
Aceguá	41	11	26,82	1
Amaral Ferrador	28	7	25,00	0
Cerrito	37	9	24,32	1
Pedras Altas	32	7	21,87	1
Arroio Grande	46	10	21,73	0
Chuí	48	10	20,83	5
Capão do Leão	68	14	20,58	0
Herval	51	10	19,60	2
Arroio do Padre	36	7	19,44	0
Pinheiro Machado	45	8	17,77	2
Jaguarão	69	12	17,39	3
Turuçu	52	9	17,30	1
Morro Redondo	41	7	17,07	2
Pelotas	194	31	15,97	2
Rio Grande	158	22	13,92	1
Pedro Osório	58	8	13,79	1
Canguçu	73	10	13,69	1
São José do Norte	57	7	12,28	1
Santana Boa Vista	36	4	11,11	0
Sta. Vitória Palmar	57	6	10,52	0
Piratini	39	4	10,25	0
São Lourenço do Sul	68	4	5,88	1
<b>Total</b>	<b>1334</b>	<b>217</b>	<b>16,26</b>	<b>25</b>

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)

Os municípios de Aceguá e Amaral Ferrador, ambos considerados de pequeno porte, foram os que apresentaram a maior taxa de participação de jovens no processo eleitoral enquanto candidatos: 26,82% e 25,00%, respectivamente. Seguidos de Cerrito (24,32%), também de pequeno porte. Já no que diz respeito às cidades que menos jovens candidataram aparecem municípios de porte médio: São Lourenço do Sul (5,88%), Piratini (10,25%) e Santa Vitória do Palmar (10,52%).

Parece-nos interessante apresentar dados que possibilite traçar uma comparação entre os jovens candidatos e os efetivamente eleitos, o que nos dará uma dimensão da taxa de sucesso das candidaturas juvenis. Na tabela abaixo podemos constatar que num universo de 217 jovens candidatos a vereadores na região sul apenas 25 obtiveram o êxito nas urnas, o que representa um baixo percentual de 11,52% de sucesso, vejamos:

**TABELA 5 – Relação de jovens candidatos a vereadores dos municípios da AZONASUL com as taxas de sucesso eleitoral, magnitude, e percentual na Câmara de Vereadores dos jovens eleitos em 2008**

Município da Região Sul	Total de Candidatos Jovens	Total de Jovens Eleitos	Taxa de sucesso eleitoral da juventude	Magnitude	Percentual de jovens na Câmara
Chuí	10	5	50,00	9	55,55
Morro Redondo	7	2	28,57	9	22,22
Jaguarão	12	3	25,00	9	33,33
Pinheiro Machado	8	2	25,00	9	22,22
São Lourenço Sul	4	1	25,00	9	11,11
Herval	10	2	20,00	9	22,22
Pedras Altas	7	1	14,28	9	11,11
São José do Norte	7	1	14,28	9	11,11
Pedro Osório	8	1	12,50	9	11,11
Rio Grande	22	1	12,50	13	7,69
Cerrito	9	1	11,11	9	11,11
Turuçu	9	1	11,11	9	11,11
Canguçu	10	1	10,00	10	10,00
Aceguá	11	1	9,09	9	11,11
Pelotas	31	2	6,45	15	13,33
<b>Total</b>	<b>217</b>	<b>25</b>	<b>11,52</b>	-	-

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)

É importante deixar claro que o processo político eleitoral é bastante complexo, sendo calcado, principalmente, na estrutura dos partidos políticos. No entanto, para a análise do sucesso eleitoral dos jovens candidatos iremos desprezar os cálculos dos coeficientes eleitorais, tendo em vista que a multiplicidade de municípios abarcados nesta dissertação dificultaria o esmiuçar dos dados. Assim, ao fazermos as análises estamos partindo de um recorte, simplesmente, etário, não analisando, pelo menos nesse quadro, a vinculação com os partidos políticos e a complexa engenharia institucional brasileira. Dessa forma, como podemos observar o município com maior taxa de sucesso de candidaturas jovens na eleição de 2008 foi o Chuí que conseguiu eleger 50% dos jovens que concorreram, seguido pelo município de Morro Redondo com 28,57% de taxa de sucesso.

Quanto a presença da juventude na câmara de vereadores também é o município do Chuí que apresenta o maior número de jovens no poder legislativo municipal com 55,55% das cadeiras ocupadas por esse segmento. Seguido pelo município de Jaguarão (33,33%), Morro Redondo (22,22%) e Pinheiro Machado (22,22%).

Esta seção é importante para destacar que, se por um lado, a participação juvenil de uma forma geral na política convencional é baixa; por outro, esta participação existe e está presente em todos os municípios observados. A taxa de insucesso dos/as vereadores/as jovens chamam atenção para as dificuldades de uma candidatura juvenil. A aproximação entre a participação política juvenil na disputa eleitoral e os municípios, realizadas nesse capítulo, já demonstram dados importantes como a taxa de sucesso das candidaturas jovens, os municípios com mais e menos jovens na disputa de vaga para o legislativo municipal bem como a sua relação com o tamanho dos municípios. Assim, nos parece fundamental ingressar na análise dos dados que revelam quem são as lideranças jovens que atingiram a elite política juvenil da região sul do Estado do Rio Grande do Sul bem como o perfil social dessa classe política.

### 3.3. A elite política juvenil da região sul do Estado do Rio Grande do Sul: analisando o perfil social e as relações institucionais dessa classe política

A pretensão desta seção é evidenciar quem são os jovens que na eleição municipal de 2008 atingiram o êxito eleitoral, constituído-se como a elite política juvenil da região sul do estado gaúcho, evidenciando o seu perfil social (escolaridade, patrimônio declarado, ocupação), as agremiações a que pertencem e os gastos realizados na campanha eleitoral. Para isso, recorreu-se aos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul os analisando e organizando a fim de colaborar com a discussão proposta por este trabalho. Nesse sentido parece-nos fundamental iniciar apresentando os nomes desses jovens que foram objeto deste trabalho, vejamos:

**QUADRO 1 – Relação dos jovens vereadores eleitos em 2008 nos municípios que integram a AZONASUL e seu respectivo partido**

<b>Município</b>	<b>Nome do Jovem Eleito</b>	<b>Partido</b>
<b>Aceguá</b>	Liziane Brasil Jardim	PMDB
<b>Canguçu</b>	Wendel Dionata Mota Vilela	PTB
<b>Cerrito</b>	Geferson Zorzolli Heres	PMDB
<b>Chuí</b>	Alencar Rocha Borges Carlos Henrique da Silva Segovia Diego de Oliveira Mena Elisangela Caetano Martinez Hugo David Gonzales Borges	PT PP DEM PP PP
<b>Herval</b>	Jackson Campelo Xavier Paulo Cesar Martins Carvalho	PDT PMDB
<b>Jaguarão</b>	Ariom Moreno de Moreno Eduardo Justo Neutzling Thiara Gimenez Oliveira	PT PTB PT
<b>Morro Redondo</b>	Angélica Boettge dos Santos Mileck Silvia Augusta Wahart Islabão	DEM PP
<b>Pedras Altas</b>	Giovane Correa Gimenes	PT
<b>Pedro Osório</b>	Thiago Corrêa Feijó	PDT
<b>Pelotas</b>	Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite Eduardo Rodrigues Macluf	PSDB PP
<b>Pinheiro Machado</b>	Alex Sandro Duarte Oliveira Ronaldo Costa Madruga	PT PP
<b>Rio Grande</b>	Thiago Pires Gonçalves	PMDB
<b>São José do Norte</b>	Claiton Irevi Ramos Coelho	PP
<b>São Lourenço Sul</b>	Luis Clairton Behling Weber	PT
<b>Turuçu</b>	Fábio Daleski Krause	PTB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)



Pela análise do quadro 1 é possível perceber que sete agremiações político-partidárias, de diferentes concepções ideológicas, elegeram em 2008 jovens vereadores na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Tendo a percepção, ancorada na literatura especializada, de que os partidos políticos apresentam distinções do ponto de vista do pensamento das dinâmicas políticas (TAROUCO e MADEIRA, 2011; ZUCCO JR 2009; DESPOSATO, 2007; LEONI, 2002; RODRIGUES, 2002; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000; SINGER, 1999; BOBBIO, 1995; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; KINZO, 1993; CARDOSO e LAMONIER, 1975) e, sustentado na hipótese de pesquisa que orienta este trabalho de que a trajetória política dos parlamentares eleitos por partidos de direita, centro e esquerda pode se revelar diferenciada faz-se necessário a análise dos dados partindo dessa ótica. Dessa forma, é importante retomar o debate e classificar esses sete partidos de acordo com o espectro político-ideológico a que pertencem, salientando que tal distinção, conforme já discutimos no capítulo antecedente, esta amparada pela literatura da área. Assim, filiamo-nos ao entendimento de que PT/PDT integram a esquerda do espectro; PTB/PMDB/PSDB o centro e DEM/PP a direita. Tal distinção encontra-se disposta no quadro abaixo:

**QUADRO 2 – Relação do espectro-ideológico dos partidos que elegeram jovens para o cargo de vereador na Região Sul do RS em 2008**

<b>Esquerda</b>	<b>Centro</b>	<b>Direita</b>
PT	PTB	PP
PDT	PMDB	DEM
	PSDB	

Feito essas observações acerca da construção do espectro-ideológico é importante categorizar dentre os sete partidos que elegeram jovens vereadores como esta disposta essa elite política por partido. A tabela 6 nos dá uma dimensão dessa realidade:

**TABELA 6 – Relação de Partidos e Jovens Eleitos vereadores na Eleição de 2008 nos municípios que compõe a AZONASUL**

<b>Partidos</b>	<b>Jovens Eleitos</b>	<b>Percentual por Partido</b>
PP	7	28,00
PT	6	24,00
PMDB	4	16,00
PTB	3	12,00
DEM	2	8,00
PDT	2	8,00
PSDB	1	4,00
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)

O Partido Progressista (PP) conquistou o maior número de jovens vereadores na região sul do Estado do Rio Grande do Sul nas eleições de 2008, sua bancada jovem é composta por sete vereadores o que corresponde a 28% dos jovens eleitos. Seguido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com 24%; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), 16% e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 12%. O Democratas (DEM) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) ficaram empatados com 8% cada. Foi o PSDB o partido com o menor desempenho entre os que elegeram vereadores entre a faixa-etária de 18 a 34 anos, o partido tucano elegeu apenas um jovem vereador o que equivale a 4%.

Do ponto de vista do espectro ideológico há certa homogeneidade da presença jovem disposta pelos blocos ideológicos revelando uma leve tendência de maior presença de jovens vereadores na direita, reforçando os achados de Singer (2005) que elucidou a existência de um equilíbrio entre os jovens na sua distribuição entre esquerda, centro e direita. A tabela 7 nos dá a dimensão dessa realidade:

**TABELA 7 – Espectro Ideológico e número de Jovens Eleitos na Eleição de 2008 para o cargo de vereador nos municípios integrantes da AZONASUL**

<b>Linha do Espectro</b>	<b>Número de Candidatos por Espectro</b>	<b>Percentual de Candidatos por Espectro</b>
Direita	9	36,00
Centro	8	32,00
Esquerda	8	32,00
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)

A idade do vereador, quando candidatou-se ao cargo, é de suma importância uma vez que o recorte etário utilizado nessa pesquisa estende-se dos 18 aos 34 anos. Dentro desse período existem dezesseis anos de diferença, o que é bastante significativo tendo em vista que as percepções de mundo e as vivências geracionais podem afetar o processo e as concepções de política dos agentes. Assim, dividimos os dezesseis anos em dois, construindo duas categorias distintas:

**TABELA 8 – Divisão dos jovens eleitos em 2008 para o cargo de vereador na Região Sul do RS, por faixa-etária e espectro ideológico**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Esquerda</b>	<b>Centro</b>	<b>Direita</b>	<b>Total</b>
Dos 18 aos 26 anos	3	4	2	9
Dos 27 aos 34 anos	5	4	7	16
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>25</b>

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)

Como podemos observar existe um maior número de jovens eleitos na faixa-etária dos 27 aos 34 anos, eles correspondem a 64% dos eleitos. O vereador mais jovem, eleito na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul na eleição de 2008, foi Eduardo Leite (PSDB) vereador pelo município de Pelotas, na época com 23 anos. Seguido pelo vereador do Chuí, Diego Mena (DEM) que em 2008 estava com 24 anos.

Pela análise da tabela 8 percebe-se que existe uma paridade entre os jovens eleitos pelo centro, cada faixa-etária é integrada por 4 vereadores desse bloco ideológico. A maior disparidade observada é na direita visto que dos nove vereadores vinculados a esse espectro sete estão na faixa-etária acima dos 27 anos. Essa disparidade reforça os achados de Chiccheli (2009) de que os partidos de direita compreende o processo de entrada dos jovens no mundo político como aprendizes capazes de aprimorar seus conhecimentos, mas pouco aptos para assumirem grandes responsabilidades. Essa constatação permite inferir que nos partidos de direita há um retardamento da entrada dos jovens na disputa por cargos públicos, já que os números indicam que os jovens vereadores desse espectro

inserir-se, em sua grande maioria, na faixa-etária mais madura, pressupondo uma vivência prévia no partido antes de lançar-se candidato.

Apresentado esses dados referente a faixa-etária dos jovens nas Câmaras de vereadores da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, parece-nos fundamental ingressar num universo importante nesse processo: o perfil educacional dos eleitos. É o que passamos a analisar na tabela 9:

**TABELA 9 – Relação Escolaridade e Jovens eleitos vereadores nos municípios que compõe a AZONASUL nas eleições municipais de 2008**

<b>Escolaridade</b>	<b>Esquerda</b>	<b>Centro</b>	<b>Direita</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Superior Completo	1	2	4	7	28,00
Superior Incompleto	2	1	1	4	16,00
Médio Completo	0	4	2	6	24,00
Médio Incompleto	0	0	0	0	0
Fundamental Comp.	3	1	2	6	24,00
Fundamental Incomp.	2	0	0	2	8,00
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)

Um dado que merece destaque é o alto nível de escolaridade dos jovens vereadores: 28% apresentam ensino superior completo. Se somarmos os com ensino superior completo e incompleto observamos que 44% dos eleitos frequentam ou frequentaram os bancos universitários o que demonstra que os jovens vereadores, apesar da pouca idade, apresentam um preparo intelectual formal bastante elevado. Os achados de Rodrigues (2002) de que os parlamentares mais a direita do espectro apresentam maior nível de escolaridade também foram encontrados nesta dissertação, como podemos observar no quadro acima, cinco vereadores com ensino superior (completo ou incompleto) estão na direita, enquanto a esquerda e o centro apresentam três vereadores cada nesse nível educacional. Ainda, é possível perceber que os menos escolarizados (Ensino Fundamental Completo e Incompleto) estão em maior número na esquerda e os de formação intermediária (Ensino Médio Completo ou Incompleto) estão no centro. No caso dos jovens vereadores que investigamos nossa pesquisa apurou que em sua grande

maioria, eles apresentaram um maior grau de escolaridade que seus pais reforçando os achados do IBASE (2008).

Do ponto de vista da ocupação declarada à justiça eleitoral pelos jovens candidatos, antes da eleição, observamos que existe uma diversidade de atividades profissionais entre os eleitos. Em face dessa heterogeneidade de atividades buscamos tabular os dados agrupando as funções desempenhadas e construindo categorias que permitam visualizar as atividades desempenhadas pelo jovem eleito e sua posição do ponto de vista econômico e social. Assim, construímos as seguintes categorias: Empresários e Profissionais Técnicos (nesta categoria inclui-se os produtores agropecuários, agricultores, comerciantes, advogados e biólogos); profissionais da burocracia estatal (servidores público - municipal e estadual - e agente administrativo); profissionais empregados na iniciativa privada (comerciário, frentista, auxiliar de escritório e assemelhados, locutor de rádio e televisão); profissionais autônomos (carpinteiro, marceneiro e assemelhados, motorista de veículo de carga, músico e estudante) e, por fim, aqueles que declararam como atividade outras que não as disponíveis no sistema da Justiça Eleitoral. Feito esses agrupamentos, passamos a tabulação e análise dos dados:

**TABELA 10 – Relação Ocupação e Jovens eleitos vereadores nos municípios que compõe a AZONASUL nas eleições municipais de 2008**

Ocupação	Esquerda	Centro	Direita	Total	%
Empresários e Profissionais Técnicos	3	3	2	8	32,00
Profissionais da Burocracia Estatal	1	2	2	5	20,00
Profissionais Empregados na Iniciativa Privada	2	2	0	4	16,00
Profissionais Autônomos	0	1	3	4	16,00
Outros	2	0	2	4	16,00
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)

Como podemos observar existe um percentual significativo de jovens vereadores eleitos na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul que integram a categoria “empresários e profissionais técnicos”, eles correspondem a 32% do total de eleitos. No entanto, as informações reveladas na realidade estudada divergem do encontrado nos estudos de Rodrigues (2002) na Câmara dos Deputados, a saber: que os empresários e profissionais liberais técnicos encontram-se em maior número na direita do espectro. O que podemos observar, pela tabulação dos dados, é que o maior número de profissionais desse grupamento está na esquerda e centro do espectro ideológico.

Entre os jovens profissionais que estão inseridos na burocracia estatal nota-se que a direita e o centro possuem maior número. Nenhum dos eleitos pela direita encontra-se vinculado a iniciativa privada enquanto empregado, todavia os eleitos desse espectro lideram entre aqueles cuja atividade que desempenham é considerada autônoma.

Feito essas considerações a respeito da ocupação dos jovens vereadores, parece-nos crucial ingressar num universo estudado pela Ciência Política: a relação de gênero. Essa relação é interessante, também, porque em virtude da chamada lei de cotas, que faz reserva de 30% das vagas de candidaturas para um dos sexos – invariavelmente para as mulheres, por serem historicamente menos presente na política convencional – a literatura tem chamado atenção para dificuldade dos Partidos Políticos em cumprirem com a lei e da utilização por parte destes de candidatas sem nenhuma chance eleitoral ou envolvimento partidário apenas para cumprir a lei, sem que isso represente um investimento real na representação política feminina. Mulheres jovens, por não ter experiência política partidária, podem atender com mais facilidade a este perfil.

Assim, nosso intuito é apresentar ao leitor um mapeamento de como encontra-se posicionada a elite política da região sul do Estado do Rio Grande do Sul no que diz respeito ao gênero. Abaixo apresentamos a tabela 11 que elucida essa realidade:

**TABELA 11 – Relação Gênero/Espectro Ideológico e Candidatos Jovens nos municípios que compõe a AZONASUL nas eleições de 2008**

<b>Gênero</b>	<b>Esquerda</b>	<b>Centro</b>	<b>Direita</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Masculino	7	7	6	20	80,00
Feminino	1	1	3	5	20,00
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)

A tabela acima é bastante significativa da grande diferenciação de gênero existente na política uma vez que 20% dos jovens eleitos são do sexo feminino (índice alto para os padrões brasileiros de presença de mulheres nos legislativos) em contraponto com 80% de jovens vereadores eleitos do sexo masculino. Ainda, um outro dado chama-nos a atenção: o fato de existir mais jovens mulheres eleitas na direita do espectro ideológico. Num universo de cinco vereadoras três estão nesse campo do espectro, o que constitui 60% das jovens vereadoras eleitas.

O estado civil dos eleitos também foi analisado. Constatando que entre os homens a maioria declarou-se à justiça eleitoral como solteiros, o que corresponde a 55% dos eleitos. Já no tocante ao estado civil das mulheres vereadoras há uma inversão: 80% das jovens parlamentares afirmaram serem casadas.

Feito essa discussão da diferenciação de gênero entre os/as jovens eleitos vereadores da região sul, faz-se necessário revelar os dados acerca dos gastos de campanha dos jovens parlamentares. Dessa forma, atentamos para a análise dos gastos de campanha de cada candidato jovem os agrupando e tabulando. Os padrões estabelecidos na tabela 12 foram construídos pelo pesquisador tendo como parâmetro a coleta de dados junto do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul.

**TABELA 12 – Relação Gasto de Campanha/Espectro Ideológico e Candidatos Jovens nos municípios que compõe a AZONASUL nas eleições municipais de 2008**

Gastos de Campanha	Esquerda	Centro	Direita	Total	%
Sem acesso a prestação	0	0	1	1	4,00
Baixo até 500 reais	3	0	2	5	20,00
Médio de 501 a 2000 mil reais	4	5	2	11	44,00
Alto de 2001 a 5000 mil	1	1	2	4	16,00
Altíssimo + de 5000 mil reais	0	2	2	4	16,00
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte dos Gastos de Campanha: TRE-RS

Como podemos observar 44% dos jovens eleitos vereadores na eleição municipal de 2008 tiveram um gasto de campanha considerado médio, o que varia de R\$501 (quinhentos e um reais) a R\$2.000,00 (dois mil reais). Ainda, 64% investiram menos de dois mil reais em sua campanha política. São os candidatos da esquerda do espectro os que aparecem com menos investimento em suas candidaturas, num universo de cinco vereadores que investiram menos de R\$500 (quinhentos reais) três estão na esquerda. O centro lidera a lista dos que investiram medianamente em suas candidaturas e é a direita que apresenta o maior número de alto ou altíssimo investimento. No entanto, é preciso destacar que entre os que mais gastaram na campanha política estão vereadores de cidades de porte grande como Pelotas e Rio Grande o que demanda um maior investimento por serem representantes de cidades territorialmente e populacionalmente maiores.

Nessa direção, o que os dados apontam é que para atingir bons resultados em uma candidatura de vereador é preciso investir um capital financeiro mediano, salvo raras exceções, estarão fadados ao insucesso eleitoral aparecendo nas últimas posições da lista de seus partidos. Infelizmente o mercado político ainda é desigual e comandado entre outros pela força do capital financeiro (LEMOS, MARCELINO e PEDERIVA, 2010).

Para reforçar a análise, verificamos que o custeio das campanhas políticas é o principal ponto apontado pelos vereadores entrevistados quanto a dificuldade para deflagrar uma candidatura de vereador – já que por serem jovens muitos ainda não conseguiram sedimentar-se economicamente. O vereador do município de



Jaguarão, Ariom Moreno de Moreno (PT), destacou: “o principal problema pelos candidatos é justamente a falta de recursos pra fazer uma campanha agora do restante meu amigo, vamo embora”.

Outra variável fundamental para compreender a elite política juvenil da região sul do Estado do Rio Grande do Sul é o patrimônio declarado à justiça eleitoral pelos jovens eleitos. Assim, de posse desses dados buscamos construir categorias que permitissem uma análise mais precisa, apresentando-as da seguinte maneira: sem patrimônio (jovens parlamentares cujo patrimônio era inexistente em 2008); baixo patrimônio (aqueles cujo patrimônio não ultrapassava os cinquenta mil reais); médio patrimônio (parlamentares com patrimônio maior que cinquenta mil e menor que duzentos mil reais); alto patrimônio (patrimônio maior de duzentos mil e menor de quinhentos mil) e altíssimo patrimônio (aquele maior que quinhentos mil reais). Essas categorias foram construídas pelo pesquisador através dos dados secundários do TRE-RS cruzados com a classificação ideológica dos partidos políticos adotada por este trabalho, chegando-se a seguinte tabela:

**TABELA 13 – Relação Patrimônio/Espectro Ideológico e Candidatos Jovens nos municípios que compõe a AZONASUL nas eleições de 2008**

Patrimônio Declarado	Esquerda	Centro	Direita	Candidatos	%
Sem patrimônio	4	2	3	9	36,00
Baixo até 50 mil	2	3	4	9	36,00
Médio + 50 e - 200 mil	0	3	1	4	16,00
Alto de + 200 e - 500 mil	1	0	1	2	8,00
Altíssimo + de 500 mil	1	0	0	1	4,00
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte do Patrimônio Declarado: TRE-RS

Segundo Rodrigues (2002) em seu estudo junto à Câmara Federal os parlamentares de direita são os que apresentam maior patrimônio, os de centro ocupariam uma posição intermediária e a esquerda estaria no final da lista. Ocorre que a realidade estudada por ele não se evidencia plenamente no caso em tela. Aqui os jovens parlamentares da esquerda são os que apresentam maior patrimônio, entre os três classificados com patrimônio alto e altíssimo, a esquerda aparece com dois representantes (Jackson Campelo Xavier e Thiago Corrêa Feijó) e a direita com um (Eduardo Rodrigues Macluf). Buscamos cruzar as informações patrimoniais com

outros dados como escolaridade e ocupação, visando encontrar elementos capazes de nos dar melhores respostas. Na escolaridade dos mais abastados patrimonialmente encontramos Thiago Feijó (PDT) com Ensino Fundamental Completo e motorista de veículo de transporte de carga; Jackson Xavier (PDT) com Ensino Médio Completo e agricultor; Eduardo Macluf (PP) com Ensino Superior Completo e advogado. Portanto, verifica-se que apesar de jovens esses vereadores, pela atividade profissional que desempenham, consolidaram-se patrimonialmente. Entre esses, Eduardo e Jackson encontram-se na faixa-etária mais próxima aos 34 anos o que representa maior probabilidade de apresentarem uma carreira consolidada e, conseqüentemente, maior patrimônio.

Entre os nove eleitos com baixo patrimônio a direita figura com a maioria dessa parcela: quatro vereadores, seguido pelo centro com três e a esquerda com dois. Esta análise encontra dois pontos de convergência com o estudo de Rodrigues (2002): é realmente na esquerda onde está o maior número de candidatos sem patrimônio e é o centro o que concentra o maior número de eleitos com patrimônio mediano.

Desprezando a análise pela ótica do espectro ideológico verificamos que 88,88% dos jovens vereadores eleitos na faixa-etária entre os 18 e 26 anos de idade encontram-se inseridos na categoria “sem patrimônio” ou “baixo patrimônio”. Tal achado é relevante, pois essa faixa está inserida no que a literatura vem chamando de fase da moratória, ou seja, período onde ao jovem é reservado o dever de estudar, não lhe sendo exigida a prática da atividade laboral e, portanto, com menor probabilidade de conquistar patrimônio.

Ainda, podemos observar que 36% dos eleitos não apresentam patrimônio e outros 36% possuem patrimônio abaixo de cinquenta mil reais, o que elucida que 72% dos jovens eleitos estão começando a constituir seu patrimônio e que uma minoria possui um significativo subsídio patrimonial.

Se olharmos para o tempo correspondente do mandato (2009-2012) é possível observar que a massiva maioria manteve-se no cenário político tradicional, candidatando-se a cargos públicos na eleição de 2012, o que possibilita constatar se em quatro anos houve um aumento em seu patrimônio e de quanto foi esse crescimento, assim, construímos a tabela 14:

**TABELA 14 – Relação Cidade/Patrimônio Declarado em 2008/2012 dos Jovens Eleitos em 2008 nos municípios da AZONASUL**

Município	Nome do Jovem Eleito	Patrimônio Declarado/2008	Patrimônio Declarado/2012
Aceguá	Liziane Jardim (PMDB)	R\$24.000,00	Sem Bens
Canguçu	Wendel Vilela (PTB)	R\$17.000,00	R\$20.000,00
Cerrito	Geferson Heres (PMDB)	R\$114.000,00	ñ Concorreu
Chuí	Alencar Borges (PT)	R\$6.500,00	R\$55.603,78
	Carlos Segovia (PP)	R\$20.000,00	R\$11.800,00
	Diego Mena (DEM)	Sem Bens	Sem Bens
	Elisangela Caetano (PP)	R\$63.700,00	R\$51.000,00
	Hugo David (PP)	R\$1.900,00	R\$16.600,00
Herval	Jackson Xavier (PDT)	R\$1.088.000,00	R\$579.323,59
	Paulo Cesar (PMDB)	R\$167.000,00	R\$199.000,00
Jaguarão	Ariom Moreno (PT)	Sem Bens	R\$39.790,00
	Eduardo Zebu (PTB)	Sem Bens	Sem Bens
	Thiara Gimenez (PT)	Sem Bens	Sem Bens
Morro Redondo	Angélica Boettge (DEM)	Sem Bens	R\$16.000,00
	Silvia Islabão (PP)	Sem Bens	Sem Bens
Pedras Altas	Giovane Gimenes (PT)	Sem Bens	Sem Bens
Pedro Osório	Thiago Feijó (PDT)	R\$300.000,00	R\$62.000,00
Pelotas	Eduardo Leite (PSDB)	R\$10.495,12	R\$62.769,84
	Eduardo Macluf (PP)	R\$339.876,83	Ñ concorreu
Pinheiro Machado	Alex Oliveira (PT)	Sem Bens	R\$10.000,00
	Ronaldo Madruga (PP)	R\$32.000,00	R\$234.000,00
Rio Grande	Thiaguinho (PMDB)	Sem Bens	R\$348.820,14
São José do Norte	Claiton Irevi (PP)	R\$8.000,00	Sem Bens
São Lourenço Sul	Luis Weber (PT)	R\$36.500,00	R\$78.600,00
Turuçu	Fábio Krause (PTB)	R\$60.417,12	R\$135.768,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)

Dos 25 jovens vereadores eleitos em 2008, apenas dois optaram por sair da cena política local não concorrendo a nenhum cargo eletivo nas eleições de 2012. Fato que não permitiu apurar seus patrimônios transcorridos quatro anos de mandato. No entanto, o que verificamos da comparação das declarações patrimoniais dos eleitos para a Justiça Eleitoral é que 12 vereadores ampliaram seu patrimônio depois de eleitos para ocuparem o cargo de vereador, o que perfaz um percentual de 48%. Encontramos também 6 vereadores que tiveram o seu saldo patrimonial reduzido, correspondendo percentualmente a 24%. E, por fim, na comparação das declarações, mantiveram-se sem patrimônio 5 jovens parlamentares.

Passados quatro anos, desde a eleição desses vereadores em 2008, podemos constatar que muitos deles ambicionam continuar na cena política local, tanto é que nas eleições de 2012 a massiva maioria concorreu a algum cargo eletivo. Partindo do pressuposto que a reeleição é uma das formas de *accountability* buscamos, nos dados das eleições de 2012, como esses jovens, foram avaliados pelos eleitores transcorridos quatro anos de mandato. Vejamos o quadro 3:

**QUADRO 3 – Relação Cidade/Eleito/Situação na eleição de 2012 dos Jovens Eleitos nos municípios da AZONASUL nas eleições de 2008**

<b>Município</b>	<b>Nome do Jovem Eleito</b>	<b>Em 2012</b>	<b>Situação</b>
<b>Aceguá</b>	Liziane Jardim (PMDB)	Reeleição	Reeleita
<b>Canguçu</b>	Wendel Vilela (PTB)	Reeleição	Reeleito
<b>Cerrito</b>	Geferson Heres (PMDB)	Não concorreu	Sem mandato
<b>Chuí</b>	Alencar Borges (PT)	Reeleição	Reeleito
	Carlos Segovia (PP)	Reeleição	Reeleito
	Diego Mena (DEM)	Reeleição	Reeleito
	Elisangela Caetano(PP)	Reeleição	Reeleita
	Hugo David (PP)	Reeleição	1º Suplente
<b>Herval</b>	Jackson Xavier (PDT)	Cand. Prefeito	Não eleito
	Paulo Cesar(PMDB)	Reeleição	Reeleito
<b>Jaguarão</b>	Ariom Moreno (PT)	Reeleição	Reeleito
	Eduardo Neutzling(PTB)	Reeleição	Não eleito
	Thiara Gimenez (PT)	Reeleição	Não eleito
<b>Morro Redondo</b>	Angélica Boettge (DEM)	Reeleição	Reeleita
	Silvia Islabão (PP)	Reeleição	Reeleita
<b>Pedras Altas</b>	Giovane Gimenes (PT)	Reeleição	Reeleito
<b>Pedro Osório</b>	Thiago Feijó (PDT)	Reeleição	Reeleito
<b>Pelotas</b>	Eduardo Leite (PSDB)	Cand. Prefeito	Eleito
	Eduardo Macluf (PP)	Não concorreu	Sem mandato
<b>Pinheiro Machado</b>	Alex Oliveira (PT)	Reeleição	Não eleito
	Ronaldo Madruga (PP)	Cand. Vice	Eleito
<b>Rio Grande</b>	Thiaguinho (PMDB)	Reeleição	Reeleito
<b>São José do Norte</b>	Claiton Irevi (PP)	Cand. Vice	Não eleito
<b>São Lourenço Sul</b>	Luis Weber (PT)	Reeleição	Reeleito
<b>Turuçu</b>	Fábio Krause (PTB)	Reeleição	Suplente

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)

Dos vinte e cinco jovens eleitos em 2008, dezenove concorreram a reeleição para o cargo de vereador em 2012, o que corresponde a um percentual de 76%. Dois não concorreram a nenhum cargo público, são eles: Geferson Heres (PMDB) de Cerrito e Eduardo Macluf (PP) de Pelotas. Dois concorreram para o cargo de vice-prefeito: Ronaldo Madruga (PP) de Pinheiro Machado que obteve o êxito nas

urnas e Claiton Irevi (PP) que não conseguiu eleger-se vice-prefeito em São José do Norte. Eduardo Leite (PSDB) de Pelotas lançou-se ao cargo de prefeito do município, obtendo sucesso no segundo turno da disputa. Já em Herval, Jackson Xavier (PDT) ficou em segundo colocado para o cargo de prefeito.

Um dado que chama a atenção é o grande índice dos reeleitos como vereadores: 73,68% dos que concorreram a reeleição obtiveram o sucesso eleitoral nas urnas de 2012. Isso significa afirmar que dos 19 vereadores que concorriam a reeleição, apenas 5 não obtiveram sucesso eleitoral, são eles: Hugo David Gonzales Borges (PP) do Chuí; Eduardo Justo Neutzling (PTB) e Thiara Gimenez Oliveira (PT) de Jaguarão; Alex Sandro Duarte Oliveira (PT) de Pinheiro Machado e Fábio Daleski Krause (PTB) de Turuçu.

### **3.4 Retomando o Debate**

O que estava em jogo neste capítulo era revelar, através da apropriação de dados secundários, como estava disposta a elite política juvenil da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Nessa direção, caracterizamos os municípios demonstrando o número de sua população e eleitores aptos a exercer o sufrágio para logo em seguida ingressar na análise das taxas de sucesso das candidaturas jovens, apresentando a lista dos vinte e cinco parlamentares que compõe o objeto desta dissertação bem como os partidos políticos ao qual estão vinculados. A análise do perfil social dos jovens parlamentares, tais como escolaridade, ocupação, patrimônio declarado e gastos de campanha também foram destacados.

Se neste capítulo nos valem, basicamente, na análise dos dados quantitativos, no próximo e último capítulo o propósito será esmiuçar as entrevistas realizadas para demonstrar a trajetória e percepções políticas da classe política jovem investigada com a finalidade de perseguir a hipótese que orienta esta pesquisa.

## **Capítulo 4**

### **Trajectoria e Percepções Políticas dos Jovens Vereadores**

Passamos a ingressar no último capítulo desta dissertação, talvez o capítulo cerne de todo esse processo epistemológico – já que é nessas linhas que nos debruçamos em analisar propriamente a trajetória política dos jovens vereadores eleitos em 2008 nos municípios que integram a Associação dos Municípios da Zona Sul (AZONASUL). É partindo da análise da trajetória dos jovens edis que buscaremos respostas para observar se a hipótese que orienta este trabalho pode ser validada.

Os principais instrumentos de pesquisa utilizados para a escrita deste capítulo foram: a aplicação de questionários fechados e a realização de entrevistas semiestruturadas que foram gravadas, com a autorização do parlamentar, e posteriormente transcritas para o papel, objetivando uma melhor análise de conteúdo. Nosso objetivo inicial era o de entrevistar a totalidade dos jovens vereadores objeto desta pesquisa, entretanto tal feito não nos foi possível dado a resistência de alguns e a impossibilidade de outros em prestar as informações, ainda que tenhamos tentado, por mais de uma vez, contato com todos eles. Dos vinte e cinco jovens parlamentares da região sul conseguimos entrevistar dezenove - sendo sete da direita, seis da esquerda e seis do centro do espectro ideológico – o que nos garantiu uma amostra percentualmente significativa.

As próximas linhas foram escritas associando a análise de conteúdo das entrevistas realizadas com aspectos pontuais das teorias apropriadas por este trabalho acadêmico a fim de apresentar as percepções, vivências e valores dos jovens vereadores eleitos para a legislatura (2009-2012).

#### **4.1 O início do interesse: as instituições responsáveis por despertar nos jovens o gosto pela política**

Ao nos debruçarmos em compreender a trajetória dos jovens vereadores a necessidade inicial foi buscar captar o momento em que o jovem parlamentar percebeu o seu interesse pela política já que é este um marco importante da construção do sujeito político e um elemento central na construção da sua visão política. Na verdade, o que estamos buscando contemplar nessa análise são as instituições consideradas pelo vereador como central para a sua socialização política – tema muito caro aos estudos de perfil e trajetória política, principalmente quando um dos prismas do trabalho é a análise das percepções políticas dos atores envolvidos na pesquisa. Nesse contexto, o que as entrevistas mostraram é que a escola, a família e o ambiente de trabalho são as principais instituições responsáveis pela socialização política dos jovens vereadores da Região Sul do Rio Grande do Sul. Esses achados reforçam outras pesquisas que já haviam apontado essas instituições como as principais responsáveis pelos mecanismos de socialização política (CUNHA, 2011; GAUTHIER, 2005).

Um dado interessante é de que 86,66% dos entrevistados apontaram mais de uma instituição como responsável pela sua inserção na política, o que demonstra que o processo de amadurecimento, de formação e capacitação dos jovens vereadores envolveu diversos espaços, constituindo um mecanismo multifacetado de socialização política. Considerando que um mesmo vereador poderia dar mais de uma resposta sobre a instituição que considera responsável pela sua socialização política observamos que entre os jovens vereadores da região sul a escola constitui a influência de 66,66% dos entrevistados, seguido pela família com 60,00% e o trabalho com 46,66% de influência. Apenas 6,66% indicaram outras instituições como as responsáveis por despertar o gosto pela política.

Como já referido 86,66% dos entrevistados indicaram mais de uma instituição como responsável pela sua socialização política. Em vista disso, passamos a apresentar, a título de ilustração, algumas falas nessa direção. Vejamos

o que nos disse o vereador do município de Canguçu, Wendel Dionata Mota Vilela (PTB):

Eu convivo na política desde os seis anos de idade, eu já tenho trinta anos, meu pai era vereador e aí depois que ele pensou em desistir da carreira eu prossegui. Na política comercial eu era vendedor, antes de me tornar vereador eu era representante comercial aqui no município e tu sempre faz uma política, e como o meu pai era político eu militava direta e indiretamente às vezes trazendo pra ele alguns pedidos da população para que ele tentasse resolver. Então foi dessa forma que eu passei a militar na política. Na escola nunca fui líder estudantil, minha carreira começou mesmo devido a minha profissão (de representante comercial) e ao meu pai ser político.

Como podemos observar da análise do conteúdo da entrevista o jovem vereador apontou como principais influências para sua socialização política o histórico familiar de participação na política convencional e o contato através do seu trabalho. Brenner (2011) já havia destacado que o processo de socialização política acompanha o indivíduo por toda a sua vida, num processo de constante aperfeiçoamento através das redes de relações que se estabelecem ao longo da vida e parece ser o que aconteceu na trajetória desse vereador, ou seja, o fato de seu pai ter estado sempre envolvido com a política partidária o influenciou, mas foi o ambiente de trabalho – num estágio mais avançado da sua formação – que o despertou para a política convencional. Esse estreitamento entre as instituições para a constituição do interesse político pode ser observado na trajetória de outros atores, vejamos o que nos disse a vereadora do Chuí, Elisangela Caetano Martinez (PP):

Eu sempre gostei da política, mas eu comecei a saber, me informar da política bem jovem porque meu pai foi vereador no município, presidente da câmara, então eu comecei a acompanhar os trabalhos dele e da minha mãe que acompanhava e eu sempre gostei. Eu vim me encontrar realmente que eu tinha o dom de conversar com as pessoas, de falar, que eu gostava realmente de me expressar em público foi na faculdade quando eu tinha que apresentar trabalhos, quando eu tinha que me envolver com a turma, então eu via que tinha esse dom de fazer com que as pessoas prestassem atenção em mim.



Observa-se que neste caso também existe a interligação entre duas instituições: a influência familiar e o despertar para a vida pública nos bancos da universidade – um processo de socialização contínuo. Similar também é a trajetória do vereador de Pinheiro Machado, Alex Sandro Duarte de Oliveira (PT) cuja influência encontra-se na família e na escola, disse:

Eu comecei a me interessar pela política desde novo, pela minha família. Família sempre esquerdista. Família sempre discutindo questão de política, principalmente minha mãe. Fui sempre liderança na escola, líder da turma, futebol, sempre tinha time e eu que montava as equipes, sempre procurando ajudar e liderando ai com um grupo de amigos.

Portanto o que verificamos é que a massiva maioria dos jovens vereadores entrevistados nesta pesquisa apontaram pelo menos duas instituições como as responsáveis pela sua socialização política. No entanto, a trajetória do vereador de São Lourenço do Sul, Luis Clairton Behling Weber (PT) nos pareceu mais emblemática por fugir ao eixo central característico da socialização política (escola, família e trabalho). O vereador afirma ter sido socializado politicamente através da participação em movimentos sociais, destacou:

Em 2003 eu comecei a participar das cooperativas aqui do município, associações, enfim, hoje com uma convicção que ta dando certo a forma de organização da nossa categoria, dos nossos agricultores. Hoje ainda sou um agricultor, tenho minha propriedade no interior do município junto com o pai, lá são 6 hectares. Em 2005 a gente já teve um envolvimento maior na criação do sindicato da agricultura familiar, a gente discutia a organização e política do município porque nos já vínhamos de um processo de organização da produção, de uma cooperativa. Até antes de 2004 eu não gostava de política, dava propaganda eleitoral e eu desligava TV, desligava o rádio, mas ai quando a gente começou a conhecer de fato de como que a política ela era trabalhada e quanto que ela é importante para a sociedade, bom eu fui ver que se eu não me envolvesse na política as pessoas ruins se envolveriam, elas iriam fazer de fato aquilo que eu não gostava. Então a política hoje ta no meu dia a dia eu não consigo entender encaminhar, não consigo conversar com alguém sem estar discutindo a política né e uma política séria, esse é o nosso objetivo. Não tive entendido anteriormente na escola porque o meu pai me tirou da escola para estar com ele na lavoura, então não tive nenhuma formação política, até hoje pouca formação política eu tive, o conhecimento do dia a dia é o que eu tive.

Ao analisarmos os mecanismos de socialização política percebemos que existe um vasto campo de possibilidades do despertar para o interesse na vida pública, Gauthier (2005), por exemplo, chamou-nos a atenção para a possibilidade de haver o gosto pela política como uma reação a apatia dos pais. Enquanto Schmidt (2001) aponta como agências de socialização política – além das tradicionais instituições – a igreja, a mídia e os partidos políticos. No entanto, o que pode-se extrair das análises das entrevistas é de que no contexto e universo pesquisado nesta dissertação a escola, a família e o ambiente de trabalho ocupam, nessa ordem, sua relevância na constituição política dos atores. A participação em movimentos sociais também aparece como um indicativo de que nesse espaço os vínculos entre cidadãos e política também são capazes de despertar o interesse pela política.

O processo de socialização política é importante, sobretudo, porque é nele que vão sendo forjado os valores e as percepções, que se traduzem mesmo que involuntariamente ou inconscientemente em atitudes e práticas políticas que constituem as identificações ideológicas do sujeito e as práticas democráticas ou não, por exemplo, como será analisado cuidadosamente mais adiante.

O que os dados desta seção sugerem é que as instituições responsáveis pela socialização dos jovens vereadores permitiram que em algum momento de sua trajetória o interesse de ingressar na política convencional se tornasse ação. Por isso, nas linhas seguintes o nosso interesse passou a ser o de desvendar se esses atores lançaram-se candidatos no processo político com um respaldo prévio de participação em associações e movimentos sociais ou se suas candidaturas foram desvinculadas desse capital político. É o que queremos testar apropriando-se da tese da convergência e da divergência.

#### **4.2 Testando a tese da “convergência” e da “divergência” na trajetória dos jovens vereadores: buscando estabelecer a vinculação entre a participação e o espectro ideológico**

A literatura especializada, como já referimos, tem debruçado esforços em compreender o fenômeno da participação política e sua relação com o

fortalecimento e amadurecimento da democracia, utilizando como tipologia mais aceita para classificar a diferenciação entre as diversas formas de participação a divisão em dois eixos: participação convencional (ligadas ao momento eleitoral como o ato de candidatar-se, por exemplo) e a participação política não convencional (relacionadas às atividades ligadas às ações coletivas como participar de associações e protestos). No entanto, existe um arsenal de estudos que tentam compreender se essas duas formas são complementares ou de exclusão. Dito de outra forma, os teóricos estão preocupados em revelar se os atores sociais que participam das atividades caracterizadamente atribuídas à forma convencional também participam de forma complementar das formas não convencionais e vice-versa. Há, na literatura de participação política, um dissenso na forma de análise da complementaridade ou exclusão entre as formas de participação política: de um lado estão Pippa Norris, Ronald Inglehart, Cristian Welzel e Franziska Deutsch defensores da tese da “convergência” cujo entendimento pressupõe que a participação convencional e não convencional caminham juntas. Ao passo que Robert Putnam e Kristin Goss, identificando um declínio dos índices de engajamento cívico, lançam mão da tese da “divergência” afirmando que os atores que integram as formas convencionais de participação não necessariamente estão imersos ou complementam os movimentos de protesto característico das formas não convencionais de participação (BORBA e RIBEIRO, 2011).

Buscando colaborar com essa discussão, nas entrevistas realizadas com os jovens vereadores da região sul do Rio Grande do Sul, buscou-se verificar em que medida esses atores que estão inseridos na política convencional também participam de formas não convencionais da política, objetivando revelar se existe ou não uma forma de complementaridade entre as duas principais tipologias apresentadas pela literatura. Para isso, perguntamos aos edis: “já participou de algum movimento social, associação, sindicato, clubes etc?”. O resultado encontrado foi de que a maioria, 73,33% já havia participado ativamente de alguns desses espaços políticos, sendo que nesse universo 54,54% participou em mais de uma instituição, fato que aponta para a existência de uma agenda de convergência já que antes do período eleitoral desenvolviam atividades que os ligavam a sociedade civil. Talvez muito dessa participação possa estar vinculada com uma possibilidade de acumular capital político com vistas a um fim eleitoral, no entanto tal constatação

não nos foi possível captar já que o subjetivismo empregado na questão impossibilita tal afirmação.

É a vereadora do município de Morro Redondo, Angélica Boettge dos Santos Milech (DEM) a parlamentar que maior vínculo manteve com instituições da sociedade civil, vejamos o que nos disse a vereadora:

Na verdade eu fui sócia fundadora da associação de estudantes do município e também participo de uma associação de bairro que tem na minha localidade. Da associação de bairro eu antes era secretária hoje eu não sou só ajudo eles. Na igreja coordenava um grupo de jovens e no CTG coordenava a invernoada.

Visando esmiuçar melhor os dados buscamos compreender quais os tipos de organizações políticas da sociedade civil esses jovens vereadores militaram. Assim, observamos que os espaços onde se fizeram ativamente presentes foram: projetos sociais (aqui compreendidos entidades filantrópicas, movimentos sociais, cooperativas e círculo de pais e mestres), correspondendo a 31,57% de participação; seguido pelo movimento estudantil (26,31%); associação de bairros (21,05%); movimento tradicionalista (10,52%); igreja e sindicato com 5,26% cada.

A análise desses dados nos possibilita perceber que existe, na trajetória dos jovens vereadores, um interesse em estar em contato com bases fora do eixo político tradicional, reforçando a ideia de que estamos diante de uma clara agenda de convergência e reforçando os achados dos estudos de Baquero (2008) e Nazzari, (2006) de que os jovens vêm ocupando espaço na política não convencional. O que se verifica nesta análise é de que apesar de os jovens vereadores estarem imerso na política convencional também estão preocupados em engajarem-se em movimentos da sociedade civil.

Influenciados pelos estudos Marengo dos Santos e Serna (2007) esperávamos encontrar uma maior participação dos jovens de esquerda nas instituições da sociedade civil já que seus achados indicaram que os parlamentares da direita possuem menor engajamento em associações coletivas enquanto os da esquerda apresentam maior vínculo de participação prévia nessas associações. No entanto, no cenário investigado por esta dissertação notou-se uma homogeneidade

do ponto de vista do espectro ideológico na medida em que tanto os vereadores da esquerda, do centro e da direita possuem penetração em segmentos da sociedade civil.

Entretanto, com uma análise mais detalhada dos dados verificamos que apesar de todas as linhas do espectro ter penetração nos movimentos da sociedade civil é na esquerda onde o vínculo entre instituição e candidato se mostra mais estreitado já que os parlamentares de esquerda tiveram suas candidaturas, em sua maioria (75%), calcadas no trabalho desenvolvido no interior desses espaços, principalmente nas associações de bairro e nos movimentos sociais. Entre os jovens de direita e centro essa vinculação entre participação e candidatura foi de 28,57 e 25%, respectivamente, demonstrando que a maioria das instituições onde esses jovens militaram, apesar de colaborar na construção da carreira, não apresentou relação direta com a candidatura, ou seja, outras variáveis concorreram em maior medida para o alavancar da candidatura desses jovens como, por exemplo, capital social individual (notoriedade, uso da profissão e das relações de parentesco).

### **4.3 Verificando a construção da carreira política e a influência no despertar para a política tradicional**

A construção da carreira política é tema crucial na consolidação deste trabalho. Se na seção 4.1 nosso objetivo foi o de identificar as influências das instituições na socialização política dos jovens vereadores esta seção tem como preocupação central apontar a trajetória política dos jovens legisladores e como eles se tornaram candidatos. Nosso objetivo central com esta seção é testar parte da hipótese que orienta este trabalho, a saber: que os jovens vereadores eleitos em 2008 por agremiações de direita e centro, nos municípios que integram a AZONASUL escolheram participar da política convencional e serem candidatos no processo eleitoral por terem uma linha familiar de atuação na política tradicional, sendo, portanto, herdeiros de um capital político familiar. Sabe-se que uma das formas mais utilizadas na política é o recrutamento de lideranças no seio familiar para dar continuidade a trajetória da família na política. Assim, iremos testar tal

fenômeno na construção das carreiras políticas dos jovens vereadores da região sul do estado Rio Grande do Sul.

De antemão destaca-se que 60% dos jovens vereadores entrevistados apresentam uma linhagem familiar com participação na política tradicional – são filhos de ex-vereadores, de ex-secretários municipais ou de candidatos a prefeito e vereador no município – o que corrobora os estudos de recrutamento partidário no sentido de que o grau de parentesco é uma variável importante na forma de recrutamento político. Entre os vereadores com algum familiar envolvido na política tradicional 55,55% estão na direita do espectro ideológico, 44,44% no centro e nenhum integra a esquerda do espectro o que reforça nossa hipótese de que os parlamentares da direita e do centro são herdeiros de um capital político familiar.

Vejamos algumas passagens da entrevista com os vereadores do centro do espectro. O vereador de canguçu, Wendel Dionata Mota Vilela (PTB), teve a influência do pai, ex-vereador no município:

Meu pai era vereador e aí depois que ele pensou em desistir da carreira eu prossegui. Eu atuava na política como assessor do meu próprio pai. Antigamente não tinha aquele problema de ser filho, nepotismo. Meu pai foi cinco mandatos vereador. Foi vereador pelo PDS antiga Arena né, depois pelo PPB, PPR, PP e depois pelo PTB. Eu tive a felicidade de me eleger vereador devido a vontade popular e devido ao incentivo primeiro familiar até porque eu vinha de uma família política, meu pai sempre político. Foi um dos grandes maiores influenciadores, foi o meu pai.

Eduardo Leite (PSDB), vereador de Pelotas, destacou:

Na verdade, esse gosto pela política vem desde casa, né, porque o meu pai foi secretário municipal do governo do Bernardo de Souza, nos anos 80, e chegou a concorrer a prefeito em 88, claro que eu tinha 3 anos de idade naquela época, isso não foi absolutamente determinante, mas o gosto do meu pai pela política e da minha mãe como professora de ciência política, certamente acabou me inclinando a gostar de política também, muito embora os meus irmãos não sejam ligados a política. O meu pai teve envolvimento, embora não fosse político profissional, quer dizer, ele concorreu a prefeito sem ter perfil de candidato mesmo. Ele gosta de política, ofereceu a sua contribuição, mas é mais um analista político hoje em dia.

O vereador de Jaguarão, Eduardo Justo Neutzling (PTB), também teve a influência do pai, ex-candidato a prefeito, na construção da sua carreira política, disse:

Em 1996 o meu pai foi candidato a prefeito aqui na cidade eu tinha 14 anos e ai desde ai eu comecei a me interessar pela política. Só que passou a eleição, meu pai perdeu por muito poucos votos, ai depois da campanha ele acabou se decepcionando muito com a política. Quando eu inventei de entrar eles não me apoiaram muito.

Como podemos observar, apesar do seu pai não ter apoiado muito a ideia da sua candidatura a vereador, é inegável que parte do capital político construído tenha sido transferido em forma de apoios e votos ao filho, afinal o prestígio político e as relações travadas no âmbito da candidatura de 1996 são fatores que devem ser considerados na análise política. Já o vereador de Rio Grande, Thiago Pires Gonçalves (PMDB) teve seu pai envolvido na política como secretário municipal, mas afirma que esse familiar não foi uma influência para que seguisse a carreira política, afirmou: *“De forma alguma. Até bem pelo contrário, se dependesse dele, eu não seria (candidato)”*. Contudo, é patente a influência do pai no despertar do interesse pela política tradicional, assim como aconteceu com Eduardo Justo Neutzling.

É na direita do espectro onde encontra-se o maior número de parlamentares influenciados pelo capital político familiar. O vereador pelotense, Eduardo Rodrigues Macluf (PP), destacou: *“Meu pai, o único familiar que esteve envolvido diretamente com a política, com mandato eletivo, foi vereador durante 40 anos em Pelotas, hoje não ocupa nenhum cargo público”*. Na trajetória do vereador observa-se que sucedeu seu pai na vereança contando, com a herança do capital político do patriarca. Na eleição de 2012 não concorreu a reeleição e seu pai tenta, sem sucesso, retomar a cadeira no legislativo.

No Chuí, dos cinco vereadores, três tiveram a herança do capital político familiar. A vereadora Elisangela Caetano Martinez (PP), afirmou: *“Meu pai foi vereador, presidente da câmara e também candidato a vice-prefeito do Chuí e minha*

*mãe é do conselho tutelar da cidade*". Na mesma direção é a herança do vereador Diego de Oliveira Mena (DEM):

Meu pai foi vereador, meu primo suplente de vereador, meu tio vice-prefeito em 2004, minha mãe ocupou cargo de diretora de assistência social, então a família toda foi sempre umas pessoas que trabalharam para a comunidade.

Já o vereador Carlos Henrique da Silva Segovia (PP) teve o tio e um primo como candidato, mas afirma que estes não tiveram influência na constituição da sua carreira por serem de partidos distintos do seu, mas confessa que ajudou na campanha política do tio, disse: *"Meu tio foi vereador, se elegeu, numa eleição em que eu não concorri e apoiei ele. Depois ele faleceu e na próxima concorri e me elegi"*. O fato de ter ajudado seu tio no processo eleitoral certamente o ajudou a se capitalizar politicamente. O capital político herdado não pode ser visto como uma simples transferência de votos, pois esse processo não é automático. A compreensão da engenharia institucional brasileira, a presença e frequência em reuniões políticas que permitem ao jovem compreender a dinâmica de funcionamento destas, a forma de se comportar, a percepção da prática partidária, o reconhecimento da legitimidade para ocupar esses espaços, a consciência crítica que permite desacordo em relação a algumas práticas, entre diversas outras questões são elementos que contribuem para formação, atração ou afastamento do jovem da política tradicional. Assim como, para a possibilidade de sucesso eleitoral. Essas são as verdadeiras heranças políticas que um capital político herdado pode propiciar. Portanto, mesmo que o jovem vereador não reconheça uma herança direta de seu tio, porque ele concorre por uma legenda diferente da dele, esses elementos estão presentes em sua trajetória lhe dando subsídios para adentrar na política como um representante, mesmo defendendo um programa, ou ponto de vista, diferente de seus parentes.



#### **4.4 O recrutamento eleitoral das jovens lideranças.**

O recrutamento eleitoral é uma variável importante na análise das carreiras políticas, pois através da forma em que o recrutamento foi feito encontramos elementos capazes de identificar se o vereador apresentou uma candidatura sedimentada em bases partidárias ou se sua carreira foi construída fora do eixo partidário, assumindo elementos fortemente personalistas. Dito de outro modo, Leal (2009, p.19) destaca:

Os políticos de reputação ou capital pessoal constrói sua carreira baseado na notoriedade e popularidade acumulada em outras esferas – profissional, artística, filantrópica, etc. – que não a política e as converte em votos. Já o político de reputação partidária deve sua carreira e, sobretudo seus votos, à organização partidária (Leal, 2009, p.19)

Assim, para identificar elementos de vinculação entre partidos políticos e candidatos a vereadores, buscamos identificar: a) a média de filiação partidária (somando-se o tempo de filiação de cada vereador até atingir o êxito eleitoral e dividindo pelo número de vereadores do espectro) – acreditando que quanto maior o tempo de filiação maior é o vínculo existente com o partido político e maior será a sua formação política dentro das fileiras partidárias; b) quais fatores influenciaram a filiação partidária; c) a forma pela qual o vereador tornou-se candidato – verificando de onde partiu o convite e/ou interesse na candidatura; e d) conhecimento acerca do pensamento político do espectro ideológico – partindo do pressuposto que partidos fortes institucionalmente mantêm seus militantes informados do seu programa político. Dessa forma, passa-se a análise dessas variáveis.

##### **a) O tempo médio de filiação partidária.**

Os vereadores da direita foram os que apresentaram a maior média de tempo de filiação, perfazendo 8,33 anos, seguido pela esquerda com uma média de 6,25 anos. São os jovens vereadores do centro os que apresentaram o menor tempo

médio de filiação, 3 anos. Estes dados permitem, ainda que precariamente, inferir que os parlamentares da direita e da esquerda do espectro possuem um maior vínculo com o partido político do que os parlamentares do centro, tendo em vista o tempo médio de filiação partidária. No entanto, esses dados isolados não são capazes de precisar essa vinculação política, por isso, agregamos outras variáveis a fim de ter um resultado mais preciso.

## **b) Influências na Filiação Partidária**

Parece-nos interessante verificar quais fatores influenciaram a filiação partidária desses jovens vereadores. Ao analisarmos o conteúdo das entrevistas verificamos que existem basicamente dois tipos de influência para a escolha pela filiação partidária, sendo: identificação com a sigla partidária – parece-nos que esta identificação torna mais próximo partido político do candidato já que pressupõe um conhecimento prévio do programa e diretrizes do partido o qual escolheu militar e convite de alguma liderança do partido – aspecto mais frágil do recrutamento político uma vez que o convite pode pressupor um desconhecimento do programa partidário já que o estímulo maior, neste caso, são as relações de amizade estabelecidas e não o vínculo ou a identificação partidária.

Nessa lógica, percebemos que 75% dos vereadores da esquerda e 54,54% dos jovens vereadores da direita afirmaram terem escolhido sua filiação partidária pela identificação que tinham com a sigla, ao passo que entre os vereadores de centro não existe essa identificação. Por fim, verificamos que o centro também é o líder de vereadores cuja influência na filiação partidária foi o convite de lideranças do partido, 50% dos vereadores desse espectro afirmaram que ingressaram nos seus partidos políticos a convite.

Nota-se que é na esquerda e na direita do espectro ideológico onde estão, em maior número, os parlamentares que afirmam terem escolhido sua filiação pela identificação com o partido, é também nesses campos do espectro onde encontram-se os jovens vereadores com maior tempo de filiação. Percebe-se que os

parlamentares dos extremos - direita e esquerda - possuem uma identificação maior com o partido político do que os parlamentares de centro.

### **c) A forma do recrutamento eleitoral**

Quando perguntado “como o vereador tornou-se candidato?” a resposta que obtivemos era basicamente duas: vontade pessoal ou convite partidário. É importante lembrar que nas eleições municipais é muito comum o convite, por parte dos partidos políticos, de lideranças da sociedade ou até mesmo pessoas sem um bom capital político a fim de ajudar no somatório da lista partidária ou da coligação para que o partido ou grupo atinja o maior número de cadeiras possíveis no legislativo municipal. Entretanto, estamos partindo do pressuposto de que nesta análise estão inseridos candidatos com potencial, visto terem sido eleitos pela comunidade.

Constatamos que entre os vereadores da esquerda a totalidade dos entrevistados recebeu o convite para ser candidato através de lideranças partidárias o que demonstra um recrutamento eleitoral lateral, já que a maioria dos parlamentares desse espectro, 75%, possuía vinculação com segmentos da sociedade civil ocupando cargos de liderança em associações de bairro, movimentos sociais e conselho tutelar e não apresentavam vinculação com um capital político familiar. Já entre os vereadores do centro existe uma inversão, uma vez que 75% dos entrevistados afirmaram terem ingressado como candidatos por vontade pessoal. Todos com forte identificação com o capital político eleitoral familiar. O vereador de Rio Grande, Thiago Pires Gonçalves (PMDB), como já referido, afirmou que apesar de seu pai ter sido ex-secretário municipal do município, não o apoiou. Sua atividade como jornalista, apresentando um programa musical na rádio, foi o seu maior capital, transformando sua atividade profissional em votos.

Entre os vereadores da direita 57,14% dos entrevistados afirmaram que receberam o convite para concorrer através de lideranças partidárias, um recrutamento lateral já que esses desempenhavam lideranças em espaços da

sociedade civil, principalmente como conselheiros tutelares. Verifica-se que 42,85%, dos jovens parlamentares desse espectro, declararam que foi por iniciativa própria que tornaram-se candidatos – desses, 66,66% com forte vinculação familiar e 33,33% com profissões tradicionais no recrutamento político como advogados e jornalistas.

#### **d) O conhecimento do espectro ideológico**

Por fim, procuramos testar se os jovens vereadores tinham conhecimento do que representa, basicamente, uma atividade política de um partido de esquerda, centro e direita. Percebemos que entre os vereadores de centro 75% dos entrevistados não tem conhecimento exato do que constitui um pensamento político de esquerda, de centro e de direita. Alguns confundem a questão ideológica com o binômio “situação versus oposição”, vejamos trechos das entrevistas. Vereador Thiago Pires Gonçalves (PMDB) do município de Rio Grande:

A atividade política de um partido de esquerda, principalmente, é cobrar com mais veemência e por muitas vezes é confundido porque o partido de esquerda ele vai de encontro, vamos dizer assim, a sempre prejudicar a imagem do que está no governo. Então nem sempre é com a intenção de ajudar, colaborar, fazer parte e fazer o seu papel. O vereador de esquerda às vezes não faz o seu papel apenas de fiscalizador, mas sim também de encontrar erros e jogar isso na rua para prejudicar a imagem do que está. (Vereador Thiago Pires Gonçalves, PMDB – Rio Grande).

Na mesma direção é o entendimento do vereador Eduardo Justo Neutzling (PTB) de Jaguarão:

Eu entendo que essa política nós temos que acabar com ela porque nós estamos eleitos, nós somos vereadores. Entendo que não tem que ter o lado da esquerda, da direita, eu acho que nós temos que unir todos porque as pessoas quando entram pro meio da política é pra ajudar as pessoas e se nós temos o lado do centro, da esquerda, da direita acaba tendo embates políticos, acaba tendo a política de situação e oposição e quem não acaba sendo beneficiada é a comunidade.

Verifica-se nesses pronunciamentos que há uma confusão entre o que difere as ideologias partidárias. Os vereadores evidenciam que a principal distinção seria no fato do partido ser oposição ou situação ao governo. É evidente que nem sempre a esquerda estará na oposição e a direita na situação, o processo político é bastante dinâmico, pode existir a possibilidade do governo ser composto por partidos de todos os espectro. No entanto, os estudos nos dizem que a distinção entre as ideologias existe (MARENCO e SERNA, 2007; RODRIGUES, 2002; SINGER, 1999; BOBBIO, 1995; CARDOSO e LAMOUNIER, 1975). Não é o critério de oposição ou situação que determina o real programa do partido. Entre os vereadores de centro que demonstraram conhecimento com relação ao espectro ideológico está o vereador pelotense, Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite (PSDB), diz o edil:

Basicamente o que divide, o que diferencia as posições ideológicas são sobre a presença do Estado em maior ou menor intensidade na relação entre as pessoas, especialmente no que se refere à detenção dos meios de produção. A esquerda toda defende os meios de produção totalmente nas mãos do Estado e a direita a livre iniciativa. Então é nessa medida que a gente verifica que as posições ideológicas existem, ideologia também existe, o que não tem existido na prática é o emprego dessas ideologias quando esses partidos chegam aos governos. [...] A questão está nas formas de organização do Estado e na sua presença em relação à economia e é isso basicamente a diferenciação entre essas questões de direita e esquerda.

O vereador tucano apresentou uma visão bastante difundida nos estudos de ideologias político-partidárias: a distinção entre os espectros verificada na forma de observar a economia. Estudos de Zucco Jr (2009); Mainwaring, Meneguillo e Power (2000); Singer (1999) e Bobbio (1995) já afirmavam que é no campo da economia onde as distinções entre os pensamentos políticos da direita e da esquerda são mais contundentes, demonstrando suas reais posições programáticas. Destaca-se, neste caso, a socialização política primária, que contribui sem dúvida para sofisticação da resposta do vereador, que se aproxima das concepções científicas. Uma vez que, além da instrução formal, como destacado pelo próprio, sua mãe era professora de Ciência Política.

Se entre os parlamentares do centro encontramos pouco conhecimento do pensamento político dos espectros ideológicos – o que representa uma fraca

formação política – é entre os jovens vereadores da esquerda que apresentam-se os mais esclarecidos quanto ao espectro ideológico. Esses vereadores destacam, sobretudo, a forma com os governos visualizam as diferentes classes sociais. O vereador do município do Chuí, Alencar Rocha Borges (PT), afirma:

Partido de direita tradicionalmente eles vem historicamente no país defendendo os interesses daquelas pessoas que mais tem. O partido de centro é um partido que já vê a classe pobre mais necessitada com olhares mais benéficos digamos assim e a esquerda, na sua maioria, no meu entendimento eu acho que sem dúvida não vai desprezar a classe média nem a alta, mas tem como principal objetivo defender sempre os interesses daquelas pessoas que trabalham, pessoas pobres.

Esse posicionamento encontra respaldo nos estudos de Singer (1999); Bobbio (1995) ao afirmarem que o primado desse espectro ideológico é a luta pela igualdade e pela emancipação. A preocupação do bloco de esquerda está em tornar o cidadão um sujeito protagonista da transformação e inseri-lo como ator capaz de ser um decisor de políticas. Se pegarmos o perfil social dos parlamentares em nível nacional realizado por Rodrigues (2002) veremos que é na esquerda onde encontra-se a maior fatia de parlamentares originários das classes populares o que por si só já representa uma maximização de que interesses dessas classes sejam defendidos por seus parlamentares.

Na direita do espectro ideológico verificamos que uma maioria, 57,14%, tende a negar a existência de blocos ideológicos, sustentando que essa distinção não existe mais o que reforça os estudos de Adam, 1994; Coletti, 1994 e Tessitore, 1994 (BOBBIO, 1995) os quais afirmam que os discursos e prática das ações políticas superam a diferenciação entre polos antagônicos justificando que uma complexidade de fatores e bandeiras até então consideradas de esquerda estariam sendo incorporadas por forças políticas conservadoras e vice-versa. Nessa direção destaca-se a fala do vereador pelotense, Eduardo Rodrigues Macluf (PP):

Esse tipo de classificação pra mim não existe no momento em que nós temos mais de 30 partidos no país. Uma política séria não se faz com siglas de aluguel. Hoje o Brasil dá essa oportunidade, essa brecha para que se criem siglas a todo momento defendendo interesses pessoais e não ideias.

[...] Nós estamos vendo exemplos hoje de políticas públicas adotadas pelo governo Dilma que jamais se esperou que um governo de um partido dito de esquerda fosse adotar, principalmente no campo econômico e no campo de infraestrutura do país.

Percebe-se que existe uma tendência entre os vereadores de direita em negar sua posição no espectro ideológico, talvez pelo fato dessa corrente política ter sido, no Brasil, fortemente vinculada ao regime militar é a chamada "direita envergonhada" (ZUCCO JR, 2009; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000). Existe também, nos vereadores desse espectro, um desconhecimento do pensamento político ideológico o que constitui 28,57% dos entrevistados. Veja o que nos disse a vereadora de Morro Redondo, Angélica Boettge dos Santos Milech (DEM):

Eu acho que o de esquerda é aquele partido que é só do contra, não importa se o projeto ta ou não de acordo com a realidade né? É só pra ser contra mesmo. De direita tudo ta bom, não sei se é por ai. E de centro tu consegue fazer uma média do que ta acontecendo e dar a tua opinião. Não sei se seria isso, é o que eu imagino.

É o vereador do município do Chuí, Hugo David Gonzales Borges (PP) o vereador da direita que descreve a diferenciação entre os blocos ideológicos aproximando-se mais da distinção conceitual trazida pela literatura, diz:

Eu acho que a esquerda ela visa muito essa questão da distribuição de renda e de forma social que até é boa, mas tem que incentivar a forma de que as pessoas trabalhem. Tem que incentivar abrir mais campo de trabalho de mercado. O PP é um partido que visa o progresso, o progresso se consegue quando tem o desenvolvimento. Pra vencer hoje na vida tem que te dedicar muito, trabalhar para conseguir mais. O melhor tipo de sistema que eu acho é o capitalismo e o PP é um partido que visa isso ai. O centro fica entre o dois né, que eu acredito que também seja correto.

Observa-se que os vereadores de esquerda são os que definem de maneira mais precisa as diferenças entre o espectro ideológico o que denota uma formação de base no partido político. Realmente os achados de Marengo dos Santos e Serna (2007) confirmam-se no caso em análise, ou seja, que na esquerda existe uma proximidade maior entre parlamentar e agremiação político-partidária. A direita tende a desconstituir a existência do espectro ideológico utilizando um discurso de que essa distinção ideológica não se aplica mais nos partidos políticos do Brasil. Os parlamentares do centro são os que mais confundem as diferenças ideológicas com o binômio “situação/oposição” talvez pela sua posição no espectro assumir posturas de ambas as linhas ideológicas, o que torna um pouco mais nebulosa a distinção ideológica.

#### **4.5 O espaço da juventude nas relações institucionais.**

A literatura que vem estudando juventude nos espaços tradicionais da política tem destacado algumas peculiaridades que serão possíveis de serem testada neste trabalho como a constatação de serem os partidos políticos um universo fechado para as jovens lideranças (BRENNER, 2011; CICCHELLI, 2009). Sabemos que todos os jovens objeto deste trabalho integram uma elite política e, como consequência, apresentam um prestígio político dentro dos partidos políticos pelo posto que ocupam. No entanto, buscamos testar se os partidos políticos têm aberto espaço para essas lideranças dirigirem a agremiação partidária.

Assim, perguntamos: “O Sr(a). já exerceu algum cargo dentro do seu partido? (presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro)? Em caso positivo qual (is) o(s) mais importante (s) que exerceu?” Encontramos que 33,33% dos jovens entrevistados já haviam ocupado o posto de presidente (cargo máximo dentro da estrutura local do partido). É na esquerda onde os jovens vereadores mais presidiram partidos revelando uma tendência nos estudos de juventude que afirmam que esse campo do espectro político-ideológico é o mais aberto para as jovens lideranças (CICCHELLI, 2009). Se considerarmos os cargos dentro da executiva municipal (presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro) veremos que há uma massiva participação política jovem na instância superior do partido - 73,33% dos



entrevistados afirmaram já terem participado de algum desses cargos – o que indica que os partidos políticos, nos municípios investigados, valorizam as jovens lideranças, ainda que poucos deles consigam chegar ao posto máximo (presidente).

A ocupação de espaço no legislativo também foi verificada, buscamos elucidar se os jovens tem tido assento na mesa diretora da casa. Destaca-se que as regras para a composição da mesa diretora das Câmaras de Vereadores são de fato muito variadas, alguns regimentos internos contemplam a divisão de acordo com a proporcionalidade das bancadas, revezando-se os partidos políticos na presidência da casa, outras indicam a eleição por voto direito dos pares. Apesar dessa importante distinção é de se ressaltar que na relação institucional também é possível observar a presença jovem na direção do legislativo municipal. Apenas 20% dos jovens vereadores entrevistados nunca ocuparam assento na mesa diretora do poder legislativo municipal. Um percentual de 40% dos entrevistados afirmou já terem ocupado a presidência do legislativo na legislatura (2009-2012). Foram os jovens vereadores do centro do espectro os que mais presidiram câmaras e foram os jovens parlamentares da esquerda os que menos presidiram legislativos.

Buscamos identificar se o vereador fez da atividade política sua profissão, para isso perguntamos: “além da atividade como vereador (a), hoje o Sr (a). exerce alguma outra atividade profissional?”. Nessa direção encontramos que 73,33% dos entrevistados possuem atividades profissionais além da atividade da vereança, um percentual significativo que permite inferir que grande parcela dos jovens vereadores não utiliza o cargo de vereador como única fonte de renda.

A fidelidade partidária também foi testada neste trabalho. Percebemos que 87,5% dos entrevistados tem o partido pelo qual se elegeram como sua única filiação. Entre os vereadores que trocaram de partido estão Thiara Gimenez Oliveira – que por divergência com o partido trocou, durante o mandato, o PT pelo PSB, acabando perdendo a sua cadeira no legislativo – e Thiago Pires Gonçalves – que já foi filiado ao PP, mas abandonou o partido a convite de um vereador que na época era do PMDB, disse: *“eu já tinha a intenção de ser candidato pelo PMDB e como eu seguia sempre esse vereador, que mudou de partido, eu resolvi acompanhá-lo”*.

#### **4.6 O pensamento político e social dos jovens vereadores: captando as percepções dessa elite política.**

Nosso desafio na reta final deste trabalho de dissertação foi identificar traços do pensamento político e social dessa elite política da região sul do estado do Rio Grande do Sul objetivando elucidar o posicionamento desses jovens vereadores sobre temas polêmicos que estão na pauta da juventude e, sobretudo, da sociedade brasileira como um todo. Discussões como a legalização do aborto, legalização do consumo da maconha, adoção de pena de morte, reforma agrária, cotas sociais e raciais nas universidades públicas, entre outros, foram abordados nas entrevistas realizadas. Esses temas já foram objeto de pesquisa de outros estudos com juventude como os achados de Singer (2005) e do IBASE (2008). No entanto, não existe, pelo menos que se tenha conhecimento, uma análise do pensamento das lideranças políticas sobre esses temas.

Assim, buscamos identificar qual o pensamento da elite política juvenil investigada acerca desses temas. Verificamos que em alguns assuntos mais delicados houve uma tentativa de esconder o posicionamento – certamente pela preocupação com repercussão da entrevista. Em assim sendo, resolvemos preservar, pelo menos nessa análise, os nomes dos parlamentares, restringindo-nos apenas na análise do tema, posicionamentos e espectro ideológico. Encontramos que uma minoria dos parlamentares entrevistados é favorável à legalização do aborto, 13,33%; 20% acreditam que o consumo da maconha deve ser legalizado no Brasil (percentual semelhante ao encontrado pelo IBASE (2008) com a juventude brasileira); 26,66% defendem a pena de morte – no estudo do IBASE (2008) esse percentual chega a 46%. Ainda, 73,33% dos jovens vereadores são favoráveis à reforma agrária e 80% defendem o casamento civil de pessoas do mesmo sexo. Acreditávamos que os pontos de vistas iriam variar conforme a linha do espectro ideológico já que a literatura de ciência política nos mostra que existem determinados pontos dessa análise sensíveis a um dos lados do espectro como, por exemplo, a direita ser mais tendente a defender a pena de morte e a esquerda mais propensa a defender o aborto. No entanto, nos pontos destacados acima, não encontramos diferenças capazes de fazer essa distinção, o que encontramos foram percentuais similares entre as agremiações políticas de direita, centro e esquerda.

Entretanto, foi na discussão sobre cotas raciais e sociais nas universidades públicas que a distinção entre o pensamento político dos parlamentares nos espectros ficou mais evidente. Quando perguntamos se o parlamentar é favorável a cotas raciais nas universidades públicas verificamos que 100% da esquerda colocou-se a favor dessa política compensatória, ao passo que 71,42% dos jovens vereadores da direita colocaram-se contrários. O centro ocupou a posição intermediária com 50% de aceitação da política de cotas raciais.

Quando trocávamos a expressão “cotas raciais” por “cotas sociais” verificamos que havia uma melhor aceitação por parte dos parlamentares da direita, 71,42% - o mesmo percentual que é contra as cotas raciais – colocava-se favorável a política de cotas sociais. A esquerda mantinha-se com 100% de aceitação e o centro ocupava mais uma vez a posição intermediária com 50%. Dessa forma, o que os dados indicam é que os jovens parlamentares de partidos de esquerda são favoráveis a ambas políticas, ao passo que os de partidos de direita são favoráveis a política de cotas desde que seja social e não racial.

Buscamos a percepção por parte dos jovens vereadores acerca dos principais problemas que acredita que a juventude tem de enfrentar no país e no município hoje. Encontramos que o acesso ao mercado de trabalho é o principal desafio apontado (22,5%), seguido pelo acesso ao esporte e lazer (20%); qualificação profissional (17,5%), combate às drogas (12,5%) e envolvimento do jovem no espaço público (10%).

O preconceito para com o segmento jovem na política apareceu nas entrevistas realizadas. Diz o vereador de Pinheiro Machado, Alex Sandro Duarte Oliveira (PT): *“Embora a juventude tenha um discurso bom, enxergue bem, saiba o que quer, existe pouco representante, tem um preconceito, não sei identificar qual é o preconceito, mas têm”*. No entanto, observa-se que esse preconceito é circunstancial, geralmente no início da atividade legislativa, pela incerteza de como o jovem se prestará na posição de legislador. Transcorrido o mandato esse preconceito vai perdendo força pela demonstração do trabalho. Vejamos o que nos disse o vereador pelotense, Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite (PSDB):

Certamente têm o ônus e o bônus, né, na medida em que há uma exaustão aí em relação aos políticos tradicionais por parte da sociedade nós somos encarados como o novo e uma possibilidade de esperança em relação à política, isso certamente é positivo, de outra parte sempre há aqueles que querem duvidar da capacidade de um jovem de operar as mudanças que a sociedade necessita. Eu tenho a sensação que isso a partir da demonstração do trabalho, da nossa capacidade de trabalho e vontade tem se revelado mais sendo como uma virtude, afinal nós temos conquistado muitos espaços, e, temos combatido qualquer preconceito que pudesse haver com o jovem.

O vereador do Chuí, Diego de Oliveira Mena (DEM) também acena nesse sentido, diz: *“Hoje não existe mais, mas no primeiro ano de mandato quando eu fui eleito e principalmente quando eu fui convidado pra assumir a secretaria de saúde caiu muita crítica, teve uma certa discriminação”*.

Na próxima seção iremos jogar luz sobre um aspecto importante da análise política: a chamada “política da presença”, tema cunhado por Phillips (2001) para argumentar a necessidade de representação das minorias no parlamento.

#### **4.7 Testando a percepção do vereador sobre a “política da presença”.**

Buscamos testar também a percepção do jovem vereador sobre a “política da presença” – termo cunhado por Anne Phillips (2001) para argumentar a necessidade de representação das minorias no parlamento. Por esse prisma os assuntos relacionados às minorias – neste caso a juventude – serão melhor tratados se representantes desse segmento tiverem assento no parlamento. Nessa direção, perguntamos aos jovens vereadores: “O Sr(a). acredita que se não houvessem jovens na câmara de vereadores os assuntos relacionados a esse segmento seriam prejudicados?”. Encontramos que 64,28% acreditam que a presença no parlamento é fundamental para a defesa dos interesses do grupo. Nessa direção é o entendimento do vereador pelotense, Eduardo Rodrigues Macluf (PP):

Eu acredito que sim (que se não houvesse jovens no parlamento os assuntos desse segmento estariam prejudicados), pelo fato dos jovens estarem mais identificados, conhecerem, participarem do dia-a-dia das

discussões e até vivenciarem essas discussões. Talvez, não vou te dizer que não ocorresse esses assuntos, mas o mais experiente de hoje foi jovem um dia, mas os anseios da juventude há 20 anos atrás eram diferentes dos anseios da juventude de hoje, eu acho que estaria prejudicado, eu acho que essa mescla de jovens e experientes, de homens e mulheres enfim de representações de todos os segmentos da sociedade é fundamental para a composição de uma Câmara.

O vereador jaguarense, Ariom Moreno de Moreno (PT), compartilha dessa ideia, ressaltando o choque de gerações existente na câmara:

Seriam prejudicados, eu acredito que sim. Eu acredito até porque eu acho que vai haver um choque de gerações né? Toda vez que o jovem viveu essa experiência - aqui tem três vereadores da juventude, tem um da media idade, depois tem um que tava acima de 50 anos – então existe um confronto de ideias, de ideais que a gente vê que os projetos que tramitavam, que tramitam da maioria dos demais vereadores, dos vereadores que são colegas não são relacionados à juventude sempre são focados numa media idade.

Importante destacar que mesmo entre aqueles que argumentaram não ser a presença física de um jovem fator fundamental para uma fraca representação desse segmento, nas narrativas, sempre destacaram que o fato de haver jovens no parlamento ajuda na tratativa de temas voltados a esse segmento. Vejamos o que nos disse o vereador de Rio Grande, Thiago Pires Gonçalves (PMDB):

Acho que ter jovens aqui ajuda, mas se não tivesse, não estariam prejudicados. Acho que é bom que tenha, que as coisas andam melhores e as visões que o jovem tem para o jovem é diferente. Prejudicaria, acho que não; mas ajuda quando se tem.

Verifica-se que a elite política juvenil da região sul do Rio Grande do Sul percebe que a presença de vereadores jovens maximiza a possibilidade de que temas relacionados a categoria social jovem sejam tratados no poder legislativo municipal.

## 4.8 Retomando o Debate

Este capítulo foi importante para esta dissertação na medida em que possibilitou apresentar a trajetória política e as percepções dos jovens vereadores sobre temas presentes na agenda social cotejando os dados com aspectos pontuais da teoria. Encerra-se aqui as análises desta dissertação com a certeza de que tentamos apresentar os dados centrais para responder a hipótese que orienta este trabalho. Nas próximas linhas estaremos apresentando as conclusões a que esta dissertação chegou, perseguindo responder a problemática que orienta este trabalho e buscando validar ou rechaçar as hipóteses levantadas.

## Conclusão

O nosso objetivo central desta pesquisa foi identificar quais as trajetórias que levaram os jovens vereadores, eleitos nas eleições municipais de 2008, na região sul do estado do Rio Grande do Sul, ao ingresso na carreira política tradicional – amparados pela constatação da literatura de que esse segmento social tem preferido participar de espaços não convencionais da política como associações, movimentos sociais e ONGs (BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006). Para isso, passamos a buscar elementos capazes de identificar quais os perfis e variáveis que concorreram para o ingresso desses jovens na carreira política tradicional, especificamente, na ocupação de assento como parlamentar municipal.

Respaldados pelos estudos de carreira política (LEAL, 2010; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007; PANEBIANCO, 2005) tínhamos como hipótese central de que a construção da carreira diferia conforme a linha do espectro ideológico ao qual o jovem parlamentar estava vinculado, ou seja, partimos do pressuposto de que os jovens eleitos por partidos de direita escolheram participar da política convencional e serem candidatos no processo eleitoral por ter uma linha familiar de atuação na política tradicional sendo, portanto, herdeiros de capital político, ao passo que os parlamentares da esquerda apresentariam uma vinculação mais forte com movimentos sociais, associações e entidades estudantis, construindo seu capital político na base desses movimentos. Já os parlamentares do centro seriam os portadores de uma carreira política mais heterogênea, na medida em que posicionam-se na linha tênue do espectro ideológico e, portanto, sofrendo interferência de ambas correntes ideológicas.

Antes de ingressar propriamente na análise da validação ou não da hipótese de pesquisa, parece-nos fundamental apresentar alguns achados que ajudam a revelar um mapeamento da disposição dessa elite política juvenil do sul do estado

gaúcho, ressaltando que ao longo do desenvolvimento dos capítulos já apresentamos algumas considerações conclusivas que, na medida do possível, tentaremos recuperar nesta conclusão.

Se considerarmos que as regras eleitorais vigentes em nível nacional são as mesmas utilizadas nas eleições municipais iremos constatar que todos os municípios, independente do seu tamanho, estão submetidos sob o manto do mesmo regramento legal, o que poderia nos levar a pensar que o tamanho do município não interfere nos resultados encontrados. De fato, do ponto de vista do sistema eleitoral não há distinções quanto ao tamanho do município, salvo a distinção na magnitude. No entanto, Leal (2010) evidenciou que o tamanho das cidades apresenta impacto direto no perfil da elite política. Nessa direção encontramos que nos municípios classificados como de pequeno porte há um predomínio de jovens parlamentares da direita (42,85%); nos de médio porte existem mais jovens vereadores da esquerda (57,14%) e nos considerados de grande porte existe um número significativo de parlamentares vinculados ao centro (75%).

Dos vinte e dois municípios deste recorte, quinze deles contou com jovens vereadores na legislatura (2009/2012), o que corresponde a um percentual significativo de 68,18% dos municípios, um dado interessante já que demonstra uma tendência de que a população acredita que um jovem pode representar os seus interesses, ainda que outros elementos estejam inseridos nesse processo. A Câmara Municipal do Chuí é a que apresenta o maior número de jovens no poder legislativo municipal com 55,55% das cadeiras ocupadas por esse segmento. Seguido pelo município de Jaguarão (33,33%), Morro Redondo (22,22%) e Pinheiro Machado (22,22%).

Se a presença de jovens nas câmaras de vereadores é significativa o mesmo não se pode dizer da presença desse segmento no processo eleitoral, enquanto candidatos ao cargo de vereador. A média de participação do segmento jovem na disputa por vaga nos vinte e dois municípios abarcados por este trabalho é de 16,26% corroborando o entendimento de Baquero (2008); Nazzari (2006) e outros de que a juventude tem se afastado da política convencional. São os municípios de Aceguá, Amaral Ferrador e Cerrito (todos de pequeno porte) os que



apresentaram a maior taxa de participação de jovens como candidatos e são as cidades de São Lourenço do Sul, Piratini e Santa Vitória do Palmar (todas de médio porte) as que menos jovens candidataram.

Na relação entre juventude e partidos políticos verificamos que sete agremiações político-partidárias, de diferentes concepções ideológicas, elegeram em 2008 jovens vereadores na região investigada, sendo que o Partido Progressista (PP) e o Partido dos Trabalhadores (PT) foram os que conquistaram o maior número de jovens parlamentares, 28% e 24%, respectivamente. Foi o PSDB o partido com o menor desempenho entre os que elegeram vereadores entre a faixa-etária de 18 a 34 anos, o partido tucano elegeu apenas um jovem vereador o que equivale a 4%.

Para fins de classificação do espectro ideológico consideramos, com base na literatura, PP e DEM (direita), PT e PDT (esquerda), PMDB, PSDB e PTB (centro), verificando que no cenário da presença juvenil no legislativo municipal da região sul existe uma homogeneidade da presença jovem disposta pelos blocos ideológicos revelando uma leve tendência de maior presença de jovens vereadores na direita, o que reforça os achados de Singer (2005) que elucidou a existência de um equilíbrio entre os jovens na sua distribuição entre os campos do espectro.

No tocante ao perfil social dos eleitos passamos a apresentar as principais variáveis, iniciando pela faixa-etária dos jovens parlamentares. Considerando que há um grande interstício temporal entre as faixas-etárias objeto desta pesquisa e vislumbrando que as vivências de um parlamentar de 18 anos certamente não são as mesmas de um vereador de 34 anos – fruto da diferença geracional existente – constatamos que existe uma concentração maior de jovens vereadores eleitos entre os 27 e 34 anos, principalmente na direita do espectro ideológico. Dado que aliado ao tempo médio de filiação dos parlamentares (que na direita é de 8,33 anos) permite inferir que nos partidos de direita há um retardamento da entrada dos jovens na disputa por cargos públicos, reforçando os achados de Chiccheli (2009) de que as lideranças políticas da direita tendem a ver os jovens como o futuro do partido. Por isso, uma incidência maior de parlamentares desse espectro insere-se na faixa-etária mais próxima dos 34 anos, pois denota uma participação prévia no partido político como aprendizes capazes de aperfeiçoarem-se para o exercício de mandato.

As mulheres são minoria na composição da elite política juvenil, a presença feminina entre os jovens eleitos é de 20% o que corresponde a 5 mulheres num universo de 25 jovens eleitos. Entre as mulheres 80% delas foram eleitas em cidades de pequeno porte e 60% estão a direita do espectro ideológico. Quando o assunto é o estado civil dos parlamentares observa-se que 80% das mulheres declararam-se casadas enquanto 55% dos homens afirmaram serem solteiros.

No que diz respeito ao grau de escolaridade dessa elite política verificamos que há um alto nível de escolaridade, considerando que 28% apresentam ensino superior completo, 16% ensino superior incompleto e 24% ensino médio completo, demonstrando que boa parte dos jovens vereadores, ao lançarem-se candidatos, apresentam um preparo escolar razoável. Identificamos que os parlamentares da direita apresentam maior nível de escolaridade do que as outras faixas do espectro reforçando os achados de Rodrigues (2002). Ainda, foi possível perceber que os menos escolarizados estão em maior número na esquerda e os de formação intermediária no centro.

O vereador, ao requerer sua inscrição como candidato à justiça eleitoral, precisa informar a sua ocupação, nessa direção agrupamos as profissões declaradas conforme a natureza das atividades desenvolvidas, encontrando que 32% dos eleitos integram a categoria “empresários e profissionais técnicos” – aqui compreendida as atividades de produtores agropecuários, agricultores, comerciantes, advogados e biólogos. Os jovens parlamentares do centro e da direita possuem uma maior vinculação com atividades relacionadas a burocracia estatal (servidores público - municipal e estadual).

O custeio das campanhas eleitorais foi o principal motivo apontado pelos eleitos para deflagrar uma campanha política de vereador. O fato de serem jovens ainda não os possibilitou a sedimentarem-se economicamente, muitos deles acabam recorrendo à família para o custeio de suas campanhas. Tivemos acesso aos gastos de campanhas declarados à justiça eleitoral e verificamos que 44% dos eleitos tiveram um gasto de campanha considerado mediano o que varia entre quinhentos e um a dois mil reais. 20% gastaram menos de quinhentos reais. Foram os jovens da esquerda os que menos capital investiram na sua campanha política, os de centro

os que mais investiram medianamente e os da direita os que apresentam o maior número de alto ou altíssimo investimento.

Predomina na classe política jovem da região sul do Rio Grande do Sul a presença de parlamentares sem patrimônio (36%) ou com baixo patrimônio (36%) – aqui compreendido o patrimônio de até cinquenta mil reais – demonstrando que a maioria dos parlamentares não possui um bom capital patrimonial – certamente por estarem começando a perseguir esse objetivo. Do ponto de vista patrimonial, no estudo que Rodrigues (2002) realizou junto aos parlamentares da Câmara Federal, percebeu que os vinculados a direita são os que apresentam maior patrimônio, os de centro ocupariam uma posição intermediária e a esquerda estaria no final da lista. No entanto, no cenário investigado por este trabalho tal constatação não se evidencia plenamente na medida em que os jovens parlamentares da esquerda são os que apresentam maior patrimônio. Ainda, é a direita a faixa do espectro que concentra o maior percentual entre os com baixo patrimônio. Entretanto, encontramos dois pontos de convergência com o estudo de Rodrigues (2002): é realmente na esquerda onde está o maior número de candidatos sem patrimônio e é o centro o que concentra o maior número de eleitos com patrimônio mediano.

A eleição pode ser considerada um importante momento para que os eleitores exerçam o seu poder de avaliação dos mandatos. Quando reconduzem o parlamentar ao posto estão avalizando as atividades desenvolvidas por este no transcorrer dos quatro anos de mandato, num processo denominado pela ciência política de *accountability*. Assim, verificamos que dos 25 jovens parlamentares, eleitos em 2008, 19 concorreram a reeleição em 2012, sendo que apenas 5 não foram reconduzidos ao cargo.

O processo de socialização política foi tema de discussão deste trabalho, na medida em que esta variável é um importante indicador de quais instituições influenciaram os jovens ao interesse pelas questões políticas. Da mesma forma que contribui para formação do posicionamento ideológico do indivíduo. Respaldados pela literatura (CUNHA, 2011; GAUTHIER, 2005, SCHMIDT, 2001), não foi surpresa verificar que a escola, família e o ambiente de trabalho, nesta ordem, foram as principais “agências de socialização” dos jovens vereadores. Percebeu-se também que 86,66% dos jovens entrevistados atribuíram a mais de uma instituição a

responsabilidade pela sua formação política. Foi na trajetória do vereador de São Lourenço do Sul, Luis Clairton Behling Weber (PT), que observou-se um outro espaço de socialização: os movimentos sociais.

Respaldados pelos estudos de Brenner (2011) e Chicchelli (2009) esperávamos encontrar poucos jovens na liderança de agremiações partidárias, entretanto, encontramos que 33,33% dos entrevistados já haviam ocupado o posto de presidente (cargo máximo dentro da estrutura local do partido), sendo que a maior parte deles em partidos de esquerda – seguindo uma tendência encontrada nos estudos de juventude de que a esquerda é o campo ideológico mais receptivo a presença jovem em sua arena política (CICHELLI, 2009). Esse percentual é ainda maior quando analisamos a relação entre juventude e direção do legislativo. Constatou-se que 40% dos jovens já haviam presidido câmaras municipais – a maioria deles de partido de centro.

Feito essas observações acerca do mapeamento da elite política juvenil, apresentando dados e os confrontando com outros estudos da mesma natureza, passamos a verificar se a hipótese que orienta este trabalho pode ser validada.

No capítulo 4 constatamos que na classe política juvenil investigada prepondera a tese da convergência, ou seja, 73,33% dos jovens entrevistados afirmaram que apesar de estarem envolvidos na política tradicional também participam ativamente de formas alternativas da política como a presença em associações, movimentos sociais e entidades desvinculadas do engajamento político-partidário, sendo que mais da metade deles (54,54%) participam ou participaram de mais de uma instituição desse tipo. Poderíamos ser levados a pensar que quanto menor for a cidade menos associações desse tipo seriam encontradas – fato que não se verificou já que em todos os municípios existem organizações da sociedade civil, principalmente ligadas a área social.

Nessa direção, amparados pelos achados de Marengo & Serna (2007) esperávamos encontrar um maior número de jovens de esquerda vinculados na liderança dessas instituições já que seus estudos encontraram que parlamentares da direita possuem menor engajamento em associações coletivas enquanto os da esquerda apresentam maior vínculo de participação prévia nessas associações. Entretanto, na elite política investigada por este trabalho encontramos que tanto os

vereadores de esquerda, centro e direita possuem penetração em segmentos da sociedade civil o que denota uma homogeneidade de participação entre os espectros. Com o esmiuçar dos dados verificamos que apesar de todas as linhas do espectro ter penetração nos movimentos da sociedade civil é na esquerda onde o vínculo entre instituição e candidato se mostra mais estreitado na medida em que suas candidaturas tiveram como base o trabalho desenvolvido no interior desses espaços, principalmente nas associações de bairro e nos movimentos sociais. O índice de vinculação direta entre participação e candidatura, entre os parlamentares da esquerda, foi de 75%. Entre os jovens de direita e centro essa vinculação entre participação e candidatura é de 28,57 e 25%, respectivamente, o que demonstra que os jovens desses espectros também participam ou participaram de atividades da sociedade civil, mas o tipo de instituição que a maioria participou, apesar de colaborar na construção da carreira, não apresenta relação direta com a candidatura, ou seja, outras variáveis concorreram em maior medida para o alavancar da candidatura desses jovens como, por exemplo, capital social individual (notoriedade, uso da profissão e das relações de parentesco), como veremos a seguir. Esses achados, aliados a outras variáveis, permite confirmar parte de nossa hipótese, a saber: “parlamentares da esquerda apresentam uma vinculação mais forte com movimentos sociais, associações e entidades estudantis, construindo seu capital político na base desses movimentos”.

Ainda no que concerne a esquerda do espectro verifica-se uma maior proximidade entre os jovens parlamentares e o partido político, o que permite afirmar que as agremiações dessa linha ideológica apresentam maiores níveis de institucionalização partidária. A média de filiação partidária dos jovens parlamentares, antes de elegerem-se vereador, foi de 6,25 anos o que indica que antes de tornarem-se candidatos já militavam no partido político. A totalidade dos entrevistados afirmou que o convite para que concorressem partiu do próprio partido seguindo a tendência dos achados de Leal (2010) de que nos partidos mais enraizados institucionalmente os atores políticos tendem a desenvolver suas carreiras no e para o partido, engajando-se como militante precocemente. Entre os jovens da esquerda 75% dos entrevistados afirmaram que filiaram-se ao partido político pela identificação que tinham com a sigla. Essa faixa do espectro é a que

apresenta maior domínio quanto às diferenças programáticas entre as linhas do espectro ideológico o que mostra uma formação política consistente.

Seguindo na verificação da hipótese central deste trabalho passamos a analisar as características dos jovens parlamentares de direita. Partimos do pressuposto de que “os jovens eleitos por partidos de direita escolheram participar da política convencional e serem candidatos no processo eleitoral por ter uma linha familiar de atuação na política tradicional sendo, portanto, herdeiros de capital político” e é isso que procuramos testar. Entre os jovens vereadores de direita entrevistados 71,42% possuíam algum familiar vinculado ao universo político tradicional (ex-vereadores, candidatos a prefeito e vice-prefeito, candidatos a vereador, ex-secretários municipais), validando, portanto, a nossa hipótese. Nota-se que nos partidos de direita há uma forma de recrutamento partidário nas relações de parentesco – uma das formas levantadas por Leal (2010) e Marengo dos Santos e Serna (2007). Entre os jovens vereadores da esquerda não existe, em nenhum dos entrevistados, qualquer relação de parentesco que possa ter influenciado na construção da carreira política. Outra variável importante no recrutamento de lideranças desse espectro é o uso da profissão como alternativa para a captação de votos, 42,85% deles, antes de concorrer a vereador, desempenhavam a função de conselheiro tutelar (também provido pelo voto popular) – capitalizando-se politicamente o que certamente colaborou na captação de votos.

Para testar os níveis de aproximação entre os jovens de direita e seus partidos políticos recorreremos às mesmas variáveis já evidenciadas na análise dos jovens de esquerda. Assim, constatamos que a média de filiação partidária entre os parlamentares de direita, antes de elegerem-se vereador, foi ainda maior que na esquerda: 8,33 anos, o que indica que muito antes de consolidarem-se como candidatos já militavam no partido político. Se na esquerda tínhamos a totalidade dos entrevistados afirmando que concorreram a convite do partido, o percentual dessa forma de recrutamento na direita é também significativo, porém menor: 57,14%, demonstrando um grau de enraizamento institucional partidário razoável, porém menor que na esquerda do espectro. Entre os jovens de direita 54,54% afirmaram que escolheram a sigla partidária pela identificação que tinham com o partido – essa forma de filiação mostra um maior vínculo entre atores e agremiação político-partidário tendo em vista que a escolha pela filiação partiu de um

conhecimento prévio do programa partidário. Na direita um fenômeno interessante é verificado: uma maioria, 57,14% tende a negar a existência de blocos ideológicos, sustentando que essa distinção não existe mais já que posicionamentos tradicionalmente considerados de direita estariam sendo incorporados por lideranças de esquerda e vice-versa. Há, portanto, uma nítida tendência entre os vereadores de direita em negar sua posição no espectro ideológico, talvez pelo fato dessa corrente política ter sido, no Brasil, fortemente vinculada ao regime militar (MAINWARING, MENEGUELLO & POWER, 2000).

Por fim, passamos a verificar a validade da hipótese no tocante aos partidos de centro, a saber: “os parlamentares do centro seriam os portadores de uma carreira política mais heterogênea, na medida em que posicionam-se na linha tênue do espectro ideológico e, portanto, sofrendo interferência de ambas correntes ideológicas”. Esta linha do espectro é a menos enraizada institucionalmente. A totalidade dos seus jovens parlamentares tiveram algum familiar vinculado a política tradicional o que permite-nos afirmar que é a linha com a maior influência das relações de parentesco. Seus parlamentares apresentaram o menor tempo médio de filiação no partido político, antes de tornarem-se vereador: 3 anos – o que permite-nos afirmar que a militância política na sigla, se comparado aos jovens dos outros espectros, é relativamente baixa. Se na esquerda e no centro verificamos uma maioria que afirmou terem sido candidatos a convite do partido, aqui, 75% destacou que a vontade pessoal em ser um vereador foi o caminho para que se consagrasse candidato. E no que diz respeito ao conhecimento das distinções programáticas dos espectros verifica-se que 75% dos entrevistados confundem as diferenças ideológicas com o binômio “situação/oposição”, talvez pela dificuldade desse campo do espectro em constituir uma identidade ideológica, já que assumem posturas de ambas as linhas ideológicas.

Nota-se que os jovens vereadores de esquerda são os que apresentam maior aproximação com o partido político, revelando uma forte institucionalização partidária desse campo ideológico – são políticos de reputação partidária para usar as palavras de Leal (2010). Os jovens de direita também apresentam um razoável vínculo com o partido, no entanto, em comparação com a esquerda do espectro, apresentam índices percentualmente menores. É o centro do espectro o mais volátil institucionalmente já que seus jovens apresentam pouca aproximação com o partido

político, apresentando fortes traços de uma fraca institucionalização partidária, onde a maioria de suas lideranças foi recrutada com base em um capital político individual. Assim, constata-se, pelo menos no caso investigado, que quanto mais aos extremos estiverem os campos ideológicos maior serão os níveis de vinculação entre atores políticos e agremiação partidária, ao aproximarem-se os campos, há uma maior tendência de haver um frágil vínculo entre parlamentares e suas siglas.

Para finalizar esta dissertação iremos apresentar as percepções dos vereadores entrevistados sobre temas que estão na pauta das discussões políticas em nível nacional. Nessa direção encontramos que 13,33% dos entrevistados são favoráveis à legalização do aborto; 20% acredita que o consumo da maconha deve ser legalizado no Brasil; 26,66% defendem a pena de morte; 73,33% são favoráveis à reforma agrária e 80% defendem o casamento civil de pessoas do mesmo sexo. Esperávamos encontrar diferenças significativas sobre o posicionamento dos jovens acerca desses temas de acordo com a linha do espectro a qual estão vinculados, já que a literatura indica que os partidos políticos têm posicionamentos distintos sobre essas diferentes temáticas, entretanto, não identificamos diferenças capazes de fazer essa distinção tendo em vista a homogeneidade entre os resultados encontrados.

Todavia, foi na percepção dos jovens sobre as políticas afirmativas para o acesso a universidade pública que encontramos a maior discrepância entre os posicionamentos. No tocante as cotas raciais encontramos que 100% da esquerda é favorável a essa política compensatória, ao passo que 71,42% dos jovens de direita colocaram-se contrários. O centro ocupou a posição intermediária com 50% de aceitação. Quando trocávamos a expressão “cotas raciais” por “cotas sociais” verificamos que havia uma melhor aceitação por parte dos parlamentares da direita, 71,42% - o mesmo percentual que é contra as cotas raciais – colocava-se a favor dessa política, sendo que a esquerda e o centro mantinham-se com o mesmo percentual de aceitação. Assim, concluiu-se que os jovens parlamentares de partidos de direita são favoráveis a política de cotas desde que esta seja social e não racial. Na visão dos vereadores entrevistados encontramos que o acesso ao mercado de trabalho (22,5%), ao esporte e lazer (20%); a qualificação profissional (17,5%), ao combate às drogas (12,5%) e o envolvimento dos jovens no espaço público (10%) constitui o principal desafio a ser enfrentado pela juventude.



Identificamos ainda que 64,28% acreditam que a presença de jovens no parlamento é fundamental para a defesa dos interesses do grupo, corroborando a tese de Phillips (2001) de que somente a presença das minorias no parlamento é capaz de tratar com maior propriedade os temas relacionados à suas causas, verificando que a elite política juvenil investigada percebe que a sua presença maximiza a possibilidade de que temas relacionados a comunidade jovem sejam tratados nas câmaras de vereadores.

Esta pesquisa teve como natureza um processo exploratório quantitativo e qualitativo, propondo-se a traçar um mapeamento da elite política juvenil, eleita nas eleições de 2008, nas cidades que compõe a região sul do Estado do Rio Grande do Sul apontando a trajetória política dos jovens de acordo com o campo do espectro ideológico e suas percepções sobre temas que afetam a sociedade. Esperamos estar colaborando com a academia, ainda que minimamente, principalmente nos estudos que retratam a participação da juventude em espaços formais da democracia. Objetivamos avançar ainda mais na solidificação deste objeto por entendermos que estudos da presença das minorias são necessários para traçar um panorama da relação desses segmentos com a democracia.

## Referências Bibliográficas:

- ABERS, Rebecca N. e KECK, Margaret E. Representando a diversidade: estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **CADERNO CRH**, Salvador, v.21, n.52, p.99-112, Jan/Abr. 2008.
- ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni; VENTURINE, Gustavo. **Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Boston: Little, Brown & Co, 1965.
- AMORIM NETO, Octávio; TAFNER, Paulo. Governos de coalizão e mecanismos de alarme de incêndio no controle legislativo das Medidas Provisórias. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, n.45, p.5-38, 2002.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.50, n.3, p.443-464, 2007.
- BAQUERO, Rute. Jovens e participação sociopolítica – em que paradigma de participação suas ações se inserem? In: BAQUERO, Rute (Org.) **Agenda Jovem. Os Jovens na Agenda**. Ijuí: Editora Unijui, 2008, p.123-142.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma Outra Sociedade: O Capital Social na Estruturação de uma Cultura Política Participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.21, p.83-108, Nov, 2003.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- BAQUERO, Marcello; CUNHA, Patrícia. A Corrupção como Limite à Participação Política Juvenil: um estudo em democracias sulamericanas. In: BAQUERO, R.; NAZZARI, R. (Org.). **Forma de (ex) pressão juvenil e (in) visibilidade social**. Cascavel: Coluna do Saber, 2011, p.55-77.
- BARRETO, Álvaro (Org.). **Sistema Partidário em Pelotas: organização, eleições e troca de legenda (1979-2004)**. Pelotas: Editora da UFPel, 2008.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda – Razões e Significados de uma Distinção Política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Unb, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRENNER, Ana Karina. **Jovens de partidos: a experiência da socialização política**. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, USP, 2009.
- BRENNER, Ana Karina. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários**. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: USP, 2011
- BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação Convencional e Não Convencional na América Latina. In: BAQUERO, Marcelo (Org.). **Cultura (s) Política (s) e Democracia no Século XXII na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p.95-118.
- CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVY, Miram. Por um novo paradigma de fazer políticas – Políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.2, jul/dez, 2002, p.19-46.
- CHASQUETTI, Daniel. **Democracia, presidencialismo y partidos políticos en América Latina: evaluando la “difícil combinación”**. Montivideo: ICP-UDELAR, 2008.
- CICCHELI, Vincenzo. **The Contemporary Engagement of Young people in France: normative injunctions, institutional programs and the multiplying forms of grouping**. Itália: Italian Journal of Sociology of Education, 2009, p.104-127.
- CONSTANT, Benjamin. Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos. **Revista Filosofia Política**, n.2, 1985, p.1-7.
- CUNHA, Patrícia Rodrigues Chaves da. Capítulo 2 – Cultura Política e Participação Democrática. In: **Tese Doutorado Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar. **Os Partidos e as Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- DELLA VECCHIA, Renato da Silva. **O Ressurgimento do Movimento Estudantil Universitário Gaúcho no processo de redemocratização: as tendências**

**estudantis e seu papel (1977/1985)**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2011, 413pg.

DESPOSATO, Scott W. Reforma Política Brasileira – O que precisa ser consertado, o que não precisa e o que fazer. In: NICOLAU/POWER (Org) **Instituições representativas no Brasil**. Belo Horizonte: Balanço Reforma - UFMG, 2007.

DINIZ, Simone. Interações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Processo Decisório: Avaliando Sucesso e Fracasso Presidencial. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n.1, 2005, pp.333-369.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora da UNB, 1957.

EASTON, David; EASTON, Sylvia; DENNIS, Jack. **Children in political system: origins of political legitimacy**. New York: McGraw-Hill, 1969, 468pg.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n.58, 2º semestre de 2004, pp.7-28.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon/ RENNÓ, Lúcio (Org). **Reforma política – Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.249-280.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Poder de Agenda e Políticas Substantivas. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lúcio (org). **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. São Paulo: FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.38, n.3, 1995, pp.497-525.

GAUTHIER, Madeleine. A participação dos jovens na vida cívica. In: CASTRO, Lúcia Rabello de; CORREA, Jane. **Juventude Contemporânea: Perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005, p.57-76.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Pesquisa: “Juventude e Integração Sul-Americana: Diálogos para Construir a Democracia Regional”**, Brasil, IBASE, 2008, p.01-20.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/> Acessado em: 05/10/2012.

IBGE. **Censo Demográfico** 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/> Acessado em: 20/08/2012.

- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. In: **Opinião Pública**, Vol. XI, n.2, Campinas, Outubro, 2005, p.337-365.
- KINZO, Maria D'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.20, n.57, fevereiro/2005, pp. 65-81.
- KINZO, Maria D'Alva. Bases Sociais do Recrutamento Político no Sistema Partidário Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.17, n.50, outubro de 2002, p.161-162.
- KINZO, Maria D'Alva. **Radiografia do quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1993.
- KLIKSBERG, Bernardo. Capital Social y Cultura, Claves esenciales del Desarrollo. **Revista de La CEPAL**, n.69, Santiago do Chile, dezembro de 1999, p.85-102.
- KRAUSKOPF, Dina. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. In: BALARDINI, S. (Coord.) **La participación social e política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: Clasco, 2000.
- LAMEIRÃO, Camila. A elite da política paranaense composição, lógica de recrutamento e valores democráticos. **Revista Sociologia Política**, v.16, n.31, nov/2008, pp.239-244.
- LEAL, Carine de Souza. **Quem faz a política no município? Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2010, 102pg.
- LEI 8.069/1990 – **Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acessado em: 22/08/2012.
- LEMOS, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, Vol.16, n.2, novembro, 2010, p.366-393.
- LEONI, Eduardo. Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, n.3, 2002, pp.361 a 386.
- LIMA, Vanessa Moreira. **A Migração partidária e a reeleição na Câmara de Vereadores de Pelotas nas legislaturas 1983-2004**. Monografia Especialização em Sociologia e Política. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2007.

- LIMA JR., Olavo Brasil de. A reforma das instituições políticas: a experiência brasileira e o aperfeiçoamento democrático. **Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.36, n.1, 1993, pp.89-117.
- LINZ, Juan. Presidencialismo ou Parlamentarismo: faz alguma diferença? In: LAMOUNIER, Bolivar (org). **A opção parlamentarista**. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.
- LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. In: **Lua Nova**, n.70, São Paulo, 2007, p.139-170.
- MAINWRING, Scott P. **Sistemas Partidários em novas Democracias. O Caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo – Quais são, o Que Defendem, Quais são suas Bases**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- MARENCO DOS SANTOS, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.22, n.64, junho 2007, p.93-113.
- MARENCO DOS SANTOS, André. No futuro do pretérito: as profecias não cumpridas para a democracia brasileira. In: SCHULER, Fernando/ AXT, Gunter (Org.). **Brasil contemporâneo: crônicas de um país incógnito**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2006, pp.29-51.
- MELO, Carlos Ranulfo. Migração Partidária na Câmara dos Deputados. In: BENEVIDES, Maria Victória / VANNUCHI, Paulo / KERCHE, Fábio (Org.). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia. Lições da Experiência Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.23, n.66, São Paulo, fevereiro de 2008, p. 11-43.
- MUXEL, Anne. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. **Revista Brasileira de Educação**, n.5/6, São Paulo, 1997, p.151-166.
- NAZZARI, Rosana Kátia. **Juventude brasileira: capital social, cultura e socialização política**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006, 212pg.
- NICOLETTI, André Selayaran. Juventude em Ação: Uma discussão teórica acerca da Participação Juvenil na Disputa por vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul nas Eleições de 2010. In: **XIII Encontro de Pós-Graduação da Furg**. Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2011.
- NORRIS, Pippa. Recruitment. In: KATZ, R e CROTTY, W. **Handbook on Political Parties**. London: Sage Publications, 2006, pp.89-108.

- NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Apresentação do Livro. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.7-17.
- NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. **Sistemas Políticos e o Modelo Brasileiro**. Brasília, Unilegis, 2006.
- ORTIZ, Marcos Afonso. Enfoque participativo. In: **2º Seminário de Redesenvolvimento**. São Paulo, outubro/2005, p.1-9.
- PALERMO, Vicente. Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 43, n.3, 2000, pp.521-557.
- PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? In: **Estudos Feministas**, ano 9, Brasília, 2º semestre, 2001, p.268-290.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, Ideologia e Composição Social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.
- SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política no Brasil. A socialização política dos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, 369pg.
- SCHMIT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SEVERO, Ivete Beatriz Guimarães. **Cadeira vazia? Migração Partidária na Câmara de Vereadores de Bagé (1983-2004)**. Dissertação Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, 2008.
- SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro – Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 – 1994**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- SINGER, Paul. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- SITE DA AZONASUL**. Disponível em: <http://www.azonasul.org.br/Informacoes/1>. Acessado em: 21 de maio de 2012.

- SITE DO TSE** Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acessado em 05 de abril de 2012.
- SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira. Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. Belo Horizonte, Argumentum, 2.v, 2009.
- TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Liberalismo, Conservadorismo e Partidos Políticos no Brasil. In: **XXVIII Congresso Internacional da ALAS**, Pernambuco, 2011.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 2ªed. Tradução Neil Ribeiro da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977
- VILAROUCA, Márcio Grijó. Taxa de Sucesso Legislativo do Executivo no Processo Bicameral: Comparando os Governos FHC e Lula (1995-2006). In: **6º Encontro da ABCP**, Campinas, 2008, pp.2-29.
- ZUCCO JR, Cesar. Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: **Seminário Legislator Views**, Princeton University, 2009.



## Anexo I

### Questionário

Este procedimento metodológico fez-se necessário para traçar um perfil dos jovens vereadores objeto desta pesquisa. As perguntas foram pensadas e articuladas junto com o arcabouço teórico dividindo-se em quatro blocos específicos, a saber: dados pessoais, políticos, educacionais e familiares. Vejamos:

#### DADOS PESSOAIS DO VEREADOR

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Sexo: M ( ) F ( )

Como você se declara: ( ) Branco ( ) Negro ( ) Pardo ( ) Índio ( ) Outro.  
Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não Informou

Religião: \_\_\_\_\_ ( ) Não Informou

Com que frequência você lê jornais?

( ) Diariamente ( ) eventualmente ( ) raramente

Com que frequência você assiste telejornais?

( ) Diariamente ( ) eventualmente ( ) raramente

#### DADOS POLÍTICO

Qual o seu partido político? \_\_\_\_\_

Quando você se filiou ao partido? Ano: \_\_\_\_\_

Qual/quais fatores influenciaram sua escolha pela filiação partidária?

Já foi filiado a outro partido? ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, qual/quais partido/os: \_\_\_\_\_ Qual motivo o fez abandonar a sigla: \_\_\_\_\_

Quantos mandatos de vereador você já exerceu: \_\_\_\_\_

**DADOS ESCOLARES**

Qual a sua escolaridade: \_\_\_\_\_

Formação em: \_\_\_\_\_

Onde você cursou o Ensino Fundamental (se for o caso):

( ) Ensino Público ( ) Ensino Privado ( ) Não Informou.

Onde você cursou o Ensino Médio (se for o caso):

( ) Ensino Público ( ) Ensino Privado ( ) Não Informou.

Onde você cursou o Ensino Superior (se for o caso):

( ) Ensino Público ( ) Ensino Privado ( ) Não Informou.

Onde você cursou sua pós-graduação (se for o caso):

( ) Ensino Público ( ) Ensino Privado ( ) Não Informou.

**DADOS FAMILIARES**

Qual a profissão do seu pai: \_\_\_\_\_

Qual a profissão da sua mãe: \_\_\_\_\_

Qual a escolaridade do pai: \_\_\_\_\_

Qual a escolaridade da mãe: \_\_\_\_\_

Seu pai possui vínculo com alguma dessas atividades?

( ) Partido Político

( ) Sindicato

( ) Associação Profissional

( ) Igreja

( ) Clube

( ) Escola

( ) Associação/Movimento Social/ONGs

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

Sua mãe possui vínculo com alguma dessas atividades?

Partido Político

Sindicato

Associação Profissional

Igreja

Clube

Escola

Associação/Movimento Social/ ONGs

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

Você possui vínculo com alguma dessas atividades?

Sindicato

Associação Profissional

Igreja

Clube

Escola

Associação/Movimentos Sociais/ONGs

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**Posicionamento sobre alguns temas:**

Posicionamento sobre	A favor	Contra	Não tem posição formada	Não Respondeu
Participação dos jovens em Marchas do Movimento Sem Terra				
Legalização do Aborto				
Legalização da Maconha				
Pena de Morte				
Reforma Agrária				
Casamento de pessoas do mesmo sexo				
Imposto sobre grandes fortunas				
Cotas raciais nas universidades públicas				
Cotas sociais nas universidades públicas				

## ANEXO II

### Entrevista Semi-Estruturada

#### a) Bloco de Cultura Política:

1. Quando o Sr. Começou a se interessar por política?
2. Qual foi a sua primeira forma de atuação política?
3. Antes de se tornar vereador (a), quais atividades profissionais o Sr. exerceu?
4. Além da atividade como vereador (a), hoje o Sr. exerce alguma outra atividade profissional?
5. Já participou de algum movimento social, associação, sindicato, clubes etc? Qual (is)? De que forma o Sr. Participou? Exerceu algum cargo de liderança nessa organização? Qual (is)?
6. Além da última eleição para vereador, que outras o Sr. Já disputou? Para que cargos e em que anos?
7. Na sua opinião, quais fatores o levaram a entrar para a política e hoje ser representante municipal?
8. Algum familiar seu está envolvido com a política? Se sim, que familiar? Ele (a) ocupa ou já ocupou cargo político? Se sim, que familiar? Qual cargo?
9. Esse familiar pode ser considerado uma influencia para que o Sr.(a) optasse por seguir uma carreira política?
10. O Sr.(a) se considera um representante da juventude?
11. O Sr (a) considera que a juventude lhe identifica como sendo representante deles (as)?
12. Quais os 3 principais problemas que o Sr.(a) identifica que a juventude tem de enfrentar no país? E no seu município hoje?
13. E o país, quais os principais problemas que ele tem de enfrentar em relação à juventude, e o seu município?
14. O que é representação política para o Sr. (a)?
15. Qual o papel de um representante?
16. O Sr. já apresentou alguma proposta no legislativo relativo a juventude?

17. Quais as características o Sr.(a) identifica no eleitorado jovem?

**b) Bloco de Juventude e Partidos Políticos:**

18. Quais formas de organizações da juventude existem em seu município? (conselhos, secretaria, pastoral, associação de jovens rurais).

19. Quando o Sr. (a) começou a participar em um partido político? Com que idade o Sr. (a) se filiou a um partido?

20. De que maneira o seu partido vê e trata os jovens?

21. A quais partidos já foi filiado (a). Por que deixou os outros partidos?

22. Já ocupou algum cargo público na prefeitura/governo do estado/união? Se sim, quais?

23. O Sr. já exerceu algum cargo dentro do seu partido? Qual (is) o mais importante (s) que exerceu?

24. Na política é comum os partidos políticos e os políticos serem classificados como de esquerda, centro e direita. Esse tipo de classificação também é usado entre os partidos políticos aqui do município?

25. Em âmbito nacional o seu partido político é classificado como \_\_\_\_\_, no município o Sr. acha que essa visão se modifica?

26. O que o Sr. considera uma atividade política de um partido de esquerda, de um partido de centro e de um partido de direita?

27. O Sr. acha que existe preconceito na sociedade com o fato de ser um jovem político? E dos teus colegas de partido? (Se sim, quais tuas percepções sobre esse fenômeno?)

28. Como jovem, quais as dificuldades encontradas para deflagrar uma campanha eleitoral de vereador?

29. Como o Sr. fez para angariar recursos para sua campanha política? Esse custo foi em torno de quanto?

30. Como se dá a distribuição de recursos no interior do seu partido para as campanhas eleitorais?